



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Luana Caroline dos Santos

**Violência armada e escola pública:  
desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro**

Duque de Caxias

2022

Luana Caroline dos Santos

**Violência armada e escola pública:  
desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Comunicação e Cultura

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Leticia de Luna Freire

Duque de Caxias

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S237  
Tese

Santos, Luana Caroline dos  
Violência armada e escola pública: desafios à atuação do professor  
em favelas do Rio de Janeiro / Luana Caroline dos Santos - 2022.  
100f.

Orientadora: Leticia de Luna Freire

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada  
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Violência na escola – Teses. 2. Escolas Públicas – Rio de Janeiro  
(RJ) - Teses. I. Freire, Leticia de Luna. II. Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III.  
Título.

CDU 377.8

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

Data

Luana Caroline dos Santos

**Violência armada e escola pública:  
desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Comunicação e Cultura.

Aprovada em 09 de setembro de 2022

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Leticia de Luna Freire (Orientadora)

Faculdade de Educação – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Neiva Vieira da Cunha

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

---

Prof. Dr. Marcelo Baumann Burgos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Lucía Eilbaum

Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2022

Dedico esta dissertação a toda minha família, que precisou trabalhar muito para chegar onde estamos hoje. Pela primeira vez em nossa história uma mulher chega ao mestrado. É o melhor presente que eu poderia dar para eles, sendo também um incentivo para as próximas gerações.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu a minha entrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tão sonhada por mim na época do pré-vestibular, me possibilitando dentro dela, novas oportunidades que hoje vislumbro em um horizonte superior e momentos inesquecíveis.

Aos meus pais Carlos e Cristiana, que sempre fizeram de tudo para eu ter um estudo de qualidade e caminharam junto comigo em toda minha trajetória, apoiando e incentivando incondicionalmente minhas escolhas.

À minha prima Sandra Viana, que me entusiasmou no ano de 2017 ao falar que eu deveria fazer uma pesquisa sobre os impactos que a violência armada vinha trazendo para as escolas do Rio de Janeiro. Tal ideia me despertou o interesse para essa pesquisa.

À professora Leticia de Luna Freire, agradeço a atenção desde o primeiro dia em que pedi para ser minha orientadora no final da graduação e depois no mestrado, me ajudando imensamente nas indicações de textos, nos esclarecimentos de dúvidas, nos contatos para as entrevistas e sendo tão paciente comigo.

Aos colegas pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC), que acompanharam minha trajetória até o mestrado e vibraram comigo a conquista, sobretudo à amiga Luciane Souza, que me ajudou a estudar para a seleção, e ao Guilherme Gomes, que entrou no mestrado comigo e dividiu os intensos sentimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, que me acolheu e contribuiu para a minha formação. E à turma de 2020 que vivenciou todos os desafios comigo até o processo final do curso.

Por fim, aos docentes que contribuíram em meu exame de qualificação, professores Neiva Vieira da Cunha, Lucía Eilbaum e Marcelo Burgos, dando sugestões e conselhos importantes sobre como eu poderia prosseguir e finalizar essa dissertação.

Aos professores que aceitaram participar das entrevistas para essa pesquisa, enfrentando seus medos e expondo suas realidades dentro das escolas públicas em favelas do Rio de Janeiro. Suas narrativas foram a peça-chave para a construção desse trabalho.

## RESUMO

SANTOS, Luana Caroline dos. **Violência armada e escola pública**: desafios à atuação do professor em favelas do Rio de Janeiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a relação entre violência armada e atuação dos professores que trabalham em escolas públicas situadas em áreas marcadas por confrontos armados entre traficantes de drogas e agentes de segurança pública no Rio de Janeiro. Sem pretensões generalizantes, a pesquisa teve como objetivo geral analisar alguns impactos que este tipo de violência vem trazendo para a atividade docente nas escolas localizadas em áreas conflagradas, assim como discutir a forma como os professores lidam com esta experiência e constroem estratégias pedagógicas quando ocorrem os tiroteios no entorno da escola, enquanto eles estão realizando alguma atividade com os alunos. Para a construção do trabalho, foram realizados levantamentos bibliográfico, documental e jornalístico, além de 15 entrevistas semi-dirigidas com professores e ex-diretores de escolas públicas em áreas consideradas com níveis elevados de violência armada, abrangendo diferentes regiões da capital. Como uma parte do trabalho foi realizada antes da pandemia de Covid-19 e outra parte durante a pandemia de Covid-19, os efeitos da crise sanitária e da suspensão das atividades presenciais nas escolas sobre a percepção e a problematização da violência armada também passaram a ser objeto de atenção. A partir da análise dos materiais e dados coletados, buscou-se refletir, ao longo de três capítulos, sobre o contexto histórico da violência armada em favelas do Rio de Janeiro, incluindo o olhar da mídia e do poder público acerca dos impactos dessa violência sobre as escolas públicas, e a perspectiva, os desafios e as estratégias dos professores entrevistados diante desse fenômeno, nos contextos pré e pós-pandemia. Com isso, o trabalho ressalta a importância de o tema ser debatido nos cursos de formação de professores, assim como de o Estado garantir um ambiente seguro (fisicamente e psicologicamente) para a atuação destes profissionais.

Palavras-chave: Violência armada; Escolas públicas; Favelas; Professores; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

SANTOS, Luana Caroline dos. **Armed violence and public school**: challenges to the performance of the teacher in shanty towns of Rio de Janeiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

This dissertation aims to analyze the relationship between armed violence and the performance of teachers who work in public schools located in areas marked by armed confrontations between drug traffickers and public security agents in Rio de Janeiro. Without generalizing pretensions, the general objective of this research was to analyze some of the impacts that this type of violence has brought to the teaching activity in schools located in conflict areas, as well as to discuss how teachers deal with this experience and build pedagogical strategies when there are shootings around the school, while they are performing some activity with the students. To construct this work, a bibliographic, documental and journalistic survey was carried out, in addition to 15 semi-directed interviews with teachers and former principals of public schools in areas considered to have high levels of armed violence, covering different regions of the capital. As part of the work was carried out before the Covid-19 pandemic and part during the Covid-19 pandemic, the effects of the health crisis and the suspension of classroom activities in schools on the perception and problematization of armed violence also became an object of attention. Based on the analysis of the materials and data collected, this study sought to reflect, in three chapters, on the historical context of armed violence in the shanty towns of Rio de Janeiro, including the view of the media and the government about the impacts of this violence on public schools, and the perspective, challenges and strategies of interviewed teachers in the face of this phenomenon, in the pre- and post-pandemic contexts. With this, the work highlights the importance of the theme being discussed in teacher training courses, as well as the importance of the State guaranteeing a safe environment (physically and psychologically) for the performance of these professionals.

Keywords: Armed Violence; Public Schools; Shanty towns; Teachers; Rio de Janeiro.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Manchete de Jornal – adolescente morre dentro da escola no Rio de Janeiro.....	35
Figura 2	Morre jovem baleado durante tiroteio no Complexo da Maré.....	36
Figura 3	Capa do jornal Extra sobre as cartas entregadas por crianças da Maré para o Tribunal de Justiça do Rio pedindo menos violência na comunidade...38	
Figura 4	Carta de uma criança da Maré enviada para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	40
Figura 5	Blusas escolares manchadas de sangue.....	41
Figura 6	Placa “Escola. Não atire” .....	44
Figura 7	Carta de uma criança da Maré enviada para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	45
Quadro 1	Perfil dos Entrevistados.....	50
Figura 8	Imagem de um professor cantando com alunos no corredor de escola para “abafar” o som de tiros.....	62
Figura 9	Manchete de jornal – Professores do Rio aprendem com a Cruz Vermelha.....	70
Figura 10	Gráfico – Mortes causadas por policiais no Rio de Janeiro durante a suspensão das operações pelo STF.....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
DAPP	Diretoria de Análise de Políticas Públicas
DPRJ	Defensoria Pública do Rio de Janeiro
DPO	Destacamentos de Policiamento Ostensivo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GAPE	Grupamento de Aplicação Prático Escolar
GETAM	Grupamento Especial Tático Móvel
GPAE	Grupo de Policiamento em Áreas Especiais
NUPEC	Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIDHDD	Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento
PODE	Partido Podemos
PROEIS	Programa Estadual de Integração na Segurança
PSD	Partido Social Democrático
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
STF	Supremo Tribunal Federal
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA ARMADA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO E SEUS IMPACTOS SOBRE AS ESCOLAS PÚBLICAS</b> .....	21
1.1 <b>A intensificação da violência nas favelas cariocas</b> .....	23
1.2. <b>Segurança ou insegurança pública?</b> .....	27
1.3. <b>Os efeitos das UPP's sobre as escolas públicas nas favelas do Rio de Janeiro</b> .....	31
1.4. <b>Educação em meio ao fogo cruzado</b> .....	33
1.5. <b>Os impactos da violência armada nas escolas segundo os jornais</b> .....	35
1.6. <b>O enfrentamento dos impactos da violência armada nas escolas segundo o poder público</b> .....	42
<b>2 O PROFESSOR, SEUS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM MEIO AOS CONFRONTOS ARMADOS</b> .....	50
2.1. <b>O confronto armado como desafio para a atividade docente</b> .....	52
2.2. <b>Estratégias educativas dos professores diante da ocorrência de tiroteios no entorno</b> .....	61
2.3. <b>O curso da Cruz Vermelha para os professores do Rio de Janeiro</b> .....	69
<b>3 AS MUDANÇAS PROVOCADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A VIOLÊNCIA ARMADA E O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM FAVELAS</b> .....	73
3.1. <b>O trabalho dos professores entrevistados pós-pandemia</b> .....	76
3.2. <b>A violência armada nas favelas em meio à pandemia da COVID-19</b> .....	79
3.3. <b>As ações do STF e a ADPF das favelas</b> .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>ANEXO - Roteiro das entrevistas</b> .....	99

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado é um desdobramento e um aprofundamento do meu trabalho de conclusão do curso de pedagogia na UERJ (SANTOS, 2018), realizado sob a orientação da professora Leticia de Luna Freire, no qual refleti sobre os impactos da violência armada na atividade docente em escolas públicas localizadas em áreas vulneráveis do Rio de Janeiro. O objetivo geral da pesquisa é analisar a perspectiva de professores que atuam em escolas públicas em algumas favelas da cidade acerca dos impactos da violência armada sobre o seu trabalho, antes e depois da pandemia do novo coronavírus.

Para o desenvolvimento deste trabalho realizei, num primeiro momento (que começou em 2018 e foi retomado ao longo do mestrado), um levantamento bibliográfico e jornalístico sobre o tema da violência armada nas favelas com foco nos impactos sobre as instituições escolares. Em seguida, realizei entrevistas semi-dirigidas com treze professores (homens e mulheres) e dois ex-diretores, que trabalhavam em instituições de ensino públicas municipais e estaduais (escolas e creches) situadas nas áreas de Costa Barros, Mangueira, Caju, Bangu, Vidigal, Complexo do Chapadão, Cidade Alta, Santa Cruz e Maré (Fogo Cruzado, Nova Holanda, Vila do João e Salsa), abrangendo a região central e as Zonas Sul, Norte e Oeste da cidade. As entrevistas foram feitas, entre 2018 e 2021, mediante a aplicação de um roteiro com perguntas que tinham como objetivo coletar dados sobre a formação profissional dos professores, o local onde trabalhavam e se o consideravam uma área violenta, se encontravam dificuldades no trajeto até a escola, suas rotinas e experiências dentro das unidades de ensino quando aconteciam tiroteios no entorno, a relação dos responsáveis das crianças com a escola e a sua avaliação sobre a segurança nas escolas.

Além disso, durante a pesquisa foi necessário investigar sobre o curso para professores chamado “Acesso mais seguro para serviços públicos essenciais”, oferecido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)<sup>1</sup>, que buscava capacitar os profissionais da rede de educação municipal acerca dos procedimentos que devem ser tomados em situações de tiroteios e de técnicas de como lidar com as situações de perigo nas escolas municipais. Além de realizar uma visita a esta instituição para saber mais sobre tal iniciativa, uma ex-diretora que entrevistei mencionou sua participação neste curso, sendo estes materiais também aqui analisados.

---

<sup>1</sup>A Cruz Vermelha é uma das principais instituições de ajuda humanitária do mundo.

Como pude observar nas entrevistas realizadas na primeira exploração do tema, os profissionais que trabalham nessas instituições escolares estão mais propensos a enfrentar diversos desafios, que englobam desde a preocupação com a preservação da vida, sua e de seus alunos, à restauração de rotinas pedagógicas frequentemente interrompidas pelos tiroteios. A pesquisa de mestrado busca refinar as análises realizadas em parceria com minha orientadora a partir da monografia, produzindo novas articulações entre materiais empíricos e referências teóricas – algumas delas podem ser vistas em capítulos recentemente publicados (FREIRE e SANTOS, 2022; FREIRE, 2021). Além disso, busquei incorporar as transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus, que afetou não só a problemática tratada, mas também o meu próprio percurso na pós-graduação.

O projeto de mestrado previa inicialmente a realização de trabalho de campo em uma escola específica, de modo a permitir uma análise mais situada do problema a partir de uma realidade empírica que pudesse observar e acompanhar durante algumas semanas. A interrupção das aulas presenciais nas escolas públicas por vários meses entre 2020 e 2021 por causa da pandemia inviabilizou, porém, esta proposta metodológica e acabei focando na tentativa de retomar o contato com os que já haviam sido entrevistados entre 2018 e 2019, permitindo abordar os impactos da pandemia por meio de conversas realizadas *online*. No final de 2021 fui ainda convocada, por concurso público, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis, assumindo o cargo de professora da educação básica no início de 2022, o que me levou a residir na região serrana do estado e manter o trabalho de pesquisa e as reuniões de orientação no formato remoto, a despeito da retomada das atividades presenciais escolares e universitárias.

Desde março de 2020, quando ingressei no mestrado e a pandemia atingiu o país, a pesquisa foi realizada no âmbito do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC) – coordenado pela professora Leticia de Luna Freire – estando diretamente relacionada à linha de pesquisa do núcleo “Território, políticas públicas e cotidiano escolar”, assim como ao projeto “A cidade, o bairro e a escola: sociabilidades, conflitos e experiências cidadinas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, também coordenado por ela no PPGCEC. Foi nesse contexto institucional, de crise sanitária e de mudança na vida pessoal, com a permanência das atividades acadêmicas de modo remoto durante a maior parte do mestrado, que realizei esta pesquisa.

Antes de iniciar a descrição dos capítulos, é necessário apresentar algumas ideias e conceitos que atravessaram a pesquisa. Violência armada evoca muitas ideias e

representações, mas a utilizei neste trabalho para se referir ao “uso intencional da força, com armas de fogo ou explosivos, por grupos organizados ou semi-organizados, contra indivíduos, grupos ou Estado, inibindo o avanço do desenvolvimento sustentável”, conforme definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE-DAC, 2008, p. 105). Embora Nielebock e Carvalho (2008) distingam violência armada de conflitos armados, pensamos que a noção de violência armada pode incorporar adequadamente as situações de tiroteios em algumas favelas do Rio de Janeiro, que é o tipo de violência sobre o qual se debruça a presente pesquisa. Ainda que os tiroteios configurem a situação de maior perigo, englobamos nesta terminologia também os constrangimentos impostos pela presença ostensiva de armas de fogo em algumas localidades do Rio de Janeiro, seja nas mãos de traficantes de drogas, seja nas de policiais, deixando os moradores e a comunidade escolar em constante alerta.

Os conceitos de “efeito vizinhança” e “segregação residencial” também foram fundamentais na definição do objeto de pesquisa, ao ajudarem a compreender como as escolas públicas em algumas favelas do Rio de Janeiro vêm enfrentando, há pelo menos três décadas, problemas relacionados ao domínio de territórios populares por traficantes de drogas e à repressão policial, o que por muitas vezes gera nesses espaços confrontos armados que vitimam quase sempre inocentes (Leeds, 2006). Muitas escolas da cidade estão localizadas em áreas onde há forte presença do tráfico de drogas e dos confrontos armados. A partir disso, busquei refletir de que maneira isso afeta o trabalho do professor nestas escolas.

É de extrema relevância reconhecer que o local e o contexto podem influenciar as vivências e o cotidiano da escola. No caso de algumas favelas do Rio do Janeiro, o fato de ser um espaço marcado por violência armada e altos índices de letalidade por conta da presença do tráfico de drogas e das operações policiais traz consequências negativas para os alunos. De acordo com Burgos (2009, p. 64), essa “sociabilidade produziria efeitos negativos sobre o comportamento dos alunos, frequentemente caracterizados pelos professores como agressivos, inquietos e dispersivos.” Esse trecho define a percepção dos professores entrevistados na pesquisa do autor, que classificam “cultura da violência” como algo predominante nas vivências nas favelas, pelo fato de julgarem a linguagem e o comportamento de seus alunos como exemplos do que eles presenciam (BURGOS, 2009).

O território pode influenciar nas relações sociais e na vida dos indivíduos, por exemplo em função dos fatores socioeconômicos, culturais e políticos (RIBEIRO, 2014). Diante disso, é importante ressaltar que o aspecto que abordamos são os impactos negativos da violência armada nas favelas do Rio de Janeiro no dia a dia das atividades escolares, já que várias

favelas possuem uma vizinhança vulnerável por conta da forte presença de grupos armados ligados ao tráfico de drogas.

Segundo o estudo de Ribeiro (2014), a escola não pode ser considerada uma instituição isolada, pois ela faz parte de um espaço com características próprias, que são necessárias para análise do que se evidencia no cotidiano escolar. Assim, todos os pressupostos que afetam várias dimensões da vida social, inclusive que atingem o entorno da escola de maneira positiva ou negativa, tem uma definição conhecida como “efeito vizinhança”. Toda instituição educacional encontra-se em um território que interfere no cotidiano das pessoas, na maneira de como se desenvolverá o processo de ensino-aprendizagem, nas rotinas e práticas da comunidade escolar. Ou seja, o território atua nas relações sociais, e sobre a vida das pessoas.

[...] uma vizinhança violenta pode afetar o cotidiano de uma criança em suas várias condições de vida. Indaga-se basicamente se o fato de essas crianças vivenciarem a pobreza não apenas no seu domicílio, mas também no bairro (vizinhança), teria implicações no seu desempenho escolar (FLORES, 2008 apud SANT’ANNA, 2009, p.174)

Ellen e Turner (1997) abordam como a vizinhança importa, em uma perspectiva na qual o local pode afetar a vida das famílias e das crianças em diferentes estágios. As autoras apontam que, para entendermos o efeito vizinhança, é preciso levar em consideração os diferentes caminhos que o indivíduo tem contato nos diferentes estágios de sua vida em um determinado local, e de que forma essa trajetória é influenciada. Por exemplo, o desenvolvimento cognitivo e emocional de uma criança pode ser influenciado pela vizinhança antes dela começar seu processo escolar. Porém, de acordo com as hipóteses de Ellen e Turner (1997), isso acontece quando a família é vulnerável a sofrer com os efeitos.

Geralmente na infância os indivíduos são acompanhados pela sua família, com a qual, através do convívio diário, será possível aprender sobre os valores e ter uma perspectiva de vida e um comportamento de acordo com a aproximação do núcleo familiar. Agora, quando a pessoa se torna adolescente, sua convivência passa a ser com mais frequência com outros pares. Dessa forma, se não houver um controle e uma boa educação, os jovens correm risco de serem influenciados e moldados por esses pares externos do ambiente da família, podendo ser de forma positiva ou negativa. Além disso, é através da socialização que todos nós conseguimos adquirir conhecimentos individuais em relação às redes de apoio e econômicas que serão indicadas pela rede social de cada um (ELLEN e TURNER, 1997).

Se uma escola é situada em um espaço vulnerável ao tráfico de drogas e à violência armada, sendo esses fatores expostos de forma contínua na rotina dos estudantes e da instituição, a trajetória individual do aluno poderá ser prejudicada, fazendo com que ele tenha dificuldade de aprendizagem e influenciando sobre os demais resultados escolares. Isso também pode afetar igualmente o trabalho do professor, que muitas vezes não está acostumado com aquela realidade e precisa criar maneiras de seguir trabalhando e estimular os alunos.

A violência atribuída ao tráfico de drogas teria como reflexo externo um ciclo vicioso, do qual o aluno, na percepção dos professores, tem muita dificuldade de se libertar, por conviver com relações de poder que reconfiguram os valores, invertendo os padrões formais aceitos e ditados pela sociedade (PENHA e FIGUEIREDO, 2009, p. 266).

De acordo com Bourdieu (2007), a vizinhança impacta o processo de escolarização e influencia a socialização do estudante. O fato de a instituição escolar ser marcada por uma cultura legitimada pelas classes dominantes gera um choque com a realidade do aluno morador da favela. Dessa forma, a percepção de desordem nas atitudes é julgada por alguns profissionais da educação pelo fato de sua realidade não atender do mesmo modo que esse aluno compreende. Melhor explicando, a distinção das culturas impulsiona dificuldades de aprendizagem em jovens de classes populares.

A cultura inclui, por exemplo, os hábitos familiares, a partir do momento em que a convivência difícil também é considerada um fator negativo proveniente do efeito vizinhança sobre a vida dos alunos, visto que é através da família que a criança tem um tipo de criação dentro de casa, ou outros costumes que vão diferenciar uma família para outra. Então, quando uma criança cresce em uma família de vivência violenta, com um histórico de parentes agressivos, alcoólatras, usuários de drogas e até mesmo de violência doméstica ou sexual, tudo isso pode afetar o seu comportamento, suas condições psicológicas e seu desempenho escolar (BURGOS, 2009). É a partir da socialização da escola que o aluno irá entender que existem outros comportamentos e costumes, através da convivência com os diferentes (ELLEN e TURNER, 1997).

Para finalizar, os argumentos apresentados em torno da ideia de efeito vizinhança nos levam a pensar que áreas vulneráveis à violência armada, em função do tráfico de drogas e das operações policiais prejudicam o cotidiano dos seus moradores, mas também afetam os serviços públicos, como as escolas. Afinal, um ambiente tem o poder de agregar aspectos (positivos ou negativos) que transformam o comportamento do indivíduo. Pode-se dizer que a

segregação urbana contribui para reforçar a negatividade de uma vizinhança e a negatividade de uma vizinhança também contribui para que o espaço seja segregado.

A noção de efeito vizinhança conecta-se, portanto, com a noção de segregação residencial, visto que a segunda condensa os problemas citados anteriormente. Antes de incluirmos novamente a escola como uma das principais instituições que sofre com os impactos do território, é necessário apresentar o que este conceito representa para a sociologia urbana. Alves, Franco e Ribeiro (2008, p. 46) caracterizam a segregação residencial como “uma forma urbana que conjuga distanciamentos sociais e proximidades físicas”. Isso quer dizer que, por mais que os territórios populares estejam próximos às áreas onde as classes mais abastadas se concentram, isso não significa que seus moradores terão as mesmas oportunidades, e irão ter socializações semelhantes.

A cidade do Rio de Janeiro possui um modelo de segregação residencial baseado na presença das favelas espalhadas pela cidade, mais fortemente concentradas nas áreas mais enobrecidas da cidade. Esse “modelo carioca de segregação” (ALVES, FRANCO e RIBEIRO, 2008) tem uma organização social própria, que se dá através da distinção entre a favela e o restante da cidade e tem como consequência o isolamento territorial nas favelas por conta, na maioria das vezes, do preconceito, abalando a ligação ou o convívio das pessoas que moram nesses lugares com as pessoas que moram fora deles. De acordo com Ribeiro (2014), todo território é composto por relações sociais específicas, econômicas e políticas projetadas em espaços concretos. Sendo assim, os espaços socio-territoriais têm características próprias que os diferem uns dos outros na mesma região.

De acordo com Bourdieu (1998), a dominação do capital possibilita um distanciamento no contato com pessoas e as outras coisas indesejáveis para aqueles que pertencem à classe alta. Os mais ricos buscam se aproximar de indivíduos com o mesmo poder aquisitivo e essa socialização mostra-se vantajosa na construção do capital social, a partir do momento em que a rede social dessas pessoas lhes ajuda a ter acesso a melhores oportunidades e frequentar os lugares considerados mais valorizados. Ao contrário disso, os excluídos da dominação do capital são mantidos à distância, tanto fisicamente quanto simbolicamente, sendo “condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 1998, p. 164).

As favelas, por serem geralmente afetadas pela pobreza e pela fragilização social, tem mais tendência a sofrer com o isolamento territorial. O preconceito e os estereótipos praticados pelas pessoas de fora também provocam a segregação, que resulta nessa exclusão

social das classes populares. A fragilização social e o isolamento social são problemas que influenciam a vida de moradores e estudantes, pois muitos encontram dificuldades de acesso ao mundo fora da favela, às melhores oportunidades de emprego e à educação de qualidade em outras regiões da cidade. Desse modo, esses fatores contribuem para a baixa autoestima, ao ponto de os moradores acharem que não serão capazes de buscar mais oportunidades para suas vidas, devido a não acreditarem neles mesmos (SANT'ANNA, 2009).

a distância social entre os moradores das favelas e os moradores dos bairros onde estas se localizam se faz acompanhar de uma hierarquização do acesso a outros equipamentos e serviços, configurando uma situação que poderíamos caracterizar como de relativa segregação social, cujo reflexo se dá na qualidade diferenciada da oferta escolar de acordo com o público atendido (CHRISTOVÃO E SANTOS, 2010, p. 279)

Deste modo, a desigualdade social é bastante existente quando comparamos as diferenças de oportunidades e dificuldades entre moradores que vivem em regiões afetadas pelo isolamento urbano e moradores que vivem em espaços mais privilegiados da cidade. Em meio disso, as escolas fazem parte dessa realidade. Há pesquisas que buscam entender se os efeitos da segregação residencial impactam a qualidade de ensino das escolas públicas localizadas nas áreas mais afetadas. Segundo Salata (2007 *apud* Sant'Anna, 2009), no Rio de Janeiro as escolas situadas nas áreas centrais, possuem um nível maior de qualidade em comparação as outras localizadas mais distantes.

Dessa forma, não é pela construção negativa criada pela sociedade que uma escola situada em área de favela, onde há diversos problemas sociais, não conseguirá alcançar bons resultados escolares. A defasagem escolar depende de diversos fatores que contribuem no processo de aprendizagem, não só o fato de uma criança morar desfavoravelmente. Porém, Christovão (2009), em sua dissertação de mestrado, apresenta que os espaços segregados contribuem sim para a desigualdade das escolas inseridas.

Segundo sua pesquisa, a segregação residencial afeta o processo de escolarização, tanto na vida social do aluno quanto no funcionamento da instituição. Para explicar esse processo, a autora baseia-se em trabalho de campo realizado no Morro do Cantagalo e analisa seus dados à luz de Bourdieu, que define a escola como reprodutora da sociedade, na medida em que o sucesso escolar depende da estrutura social em que o indivíduo convive. Ademais, também chama a atenção para o choque entre a cultura da escola e a dos jovens periféricos. Seus estudos mostram que, pelo fato de a escola seguir o padrão da cultura dominante, as

divergências crescem quando a realidade das crianças moradoras de favelas não se adequa com o que a escola quer impor (CHRISTOVÃO, 2009).

O trabalho de campo em duas escolas em favelas vizinhas na Zona Sul do Rio de Janeiro, foi necessário para que Christovão (2009) entendesse que ambas as instituições sofriam com a estigmatização da “escola de favela”, que só recebe “favelados”, e por isso elas eram definidas como escolas de baixa qualidade. O preconceito acontecia mediante uma representação negativa do lugar, que não desenvolveria e ofereceria serviços públicos de boa qualidade. Assim, a escola sofria com os resultados da segregação residencial, da mesma maneira que os próprios moradores não conseguiam acessos a melhores oportunidades fora das favelas, pelo fato de sempre estarem sendo excluídos no meio urbano.

São variados os trabalhos sobre a violência armada nas Ciências Sociais, mas fora desse campo ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a investigar o impacto da violência armada sobre esses espaços populares. No campo da educação, destacamos a dissertação de mestrado de Rosana Muniz, que tem como título “Os caminhos da aprendizagem no Complexo do Chapadão”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ, que tem como título (MUNIZ, 2019), onde também desenvolvi minha pesquisa. E, mais recentemente, a coletânea organizada por Leticia de Luna Freire e Neiva Vieira da Cunha, também da UERJ, “Educação e favela: refletindo sobre antigos e novos desafios”, que dedica uma parte inteira à temática, reunindo cinco capítulos com olhares e abordagens distintos (FREIRE; CUNHA, 2022).

Um dos textos, assinado por Eduardo Ribeiro, analisa os impactos escolares das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas da capital fluminense, assunto relevante para entender melhor a relação entre segurança pública, território e os serviços públicos essenciais nessas localidades. Além do capítulo escrito por mim e minha orientadora, no qual apresentamos alguns resultados da presente pesquisa, outro capítulo interessante a ser mencionado, escrito por Mario Brum e Rosana Muniz, revela dados da pesquisa de mestrado realizada no PPGCEC/FEBF-UERJ, a respeito dos efeitos da violência armada no Complexo do Chapadão. Na análise dos materiais empíricos, os autores reforçam a importância do Efeito-Escola e os desafios dos profissionais da educação na luta pelo processo de ensino-aprendizagem dos alunos, ultrapassando todas as barreiras que a violência armada traz para o planejamento escolar e a saúde mental dos alunos e funcionários dessas escolas, dando significado ao poder que a escola tem para transformar vidas.

Embora o tema da relação entre violência armada e educação ainda seja pouco abordado nos cursos de graduação e pós-graduação em Educação, a grande mídia tem

dedicado uma relativa atenção aos impactos da violência armada sobre as escolas nos últimos anos. A análise de material jornalístico também se mostrou relevante no processo de construção da pesquisa.

Com a inesperada pandemia devido ao novo coronavírus em 2020, houve a necessidade de refletir sobre as consequências que esse contexto poderia ocasionar no tema da pesquisa, visto que, para evitar a propagação do vírus, as autoridades sanitárias recomendaram o isolamento social e o fechamento provisório de diversos estabelecimentos e instituições, inclusive as escolas em todo o estado.

A suspensão das aulas presenciais fez com que os professores adequassem seu trabalho ao formato remoto, em casa, assim como seus alunos também deixaram de ir às escolas durante esse período, tendo que se adaptar ao ensino *online*. Dessa forma, muitos docentes não ficaram mais expostos ao problema dos confrontos armados, visto que boa parte deles não reside nas mesmas áreas de seus locais de trabalho, suspendendo os desafios antes enfrentados por esses profissionais diante dos problemas impostos pelo contexto escolar de algumas favelas e periferias. Porém, novos desafios também surgiram com a pandemia, dado que o professor também é um sujeito que, como muitos, pode passar por adoecimentos tanto físicos quanto psicológicos.

A partir disso, o foco da pesquisa passou a ser buscar relatos desses profissionais sobre como lidavam com estas experiências, encarando esses desafios constantemente. Quais são os seus maiores obstáculos e suas expectativas como um dos responsáveis pela educação de crianças e adolescentes em um cotidiano marcado pela ocorrência de tiroteios? Quais são os sentimentos e percepções desses docentes sobre seu trabalho nas escolas diante das condições de violência armada? Quais são os impactos gerais da pandemia sobre as escolas públicas em favelas do Rio de Janeiro, em particular sobre o trabalho docente, e quais são as ações públicas que surgiram para conter as operações policiais nas favelas e os confrontos armados durante o período de restrições sanitárias?

É importante ressaltar que a pesquisa não tem intenção de fazer denúncias sobre a realidade conhecida, mas de produzir uma análise sobre o tema da violência armada que priorize a perspectiva e a experiência dos professores. A relevância acadêmica e social da pesquisa reside, a meu ver, não somente na escolha do tema, ainda pouco estudado, mas também na abordagem proposta, focada nas vivências e visões dos professores. Ouvindo e analisando o que eles têm a dizer sobre o assunto, espero contribuir com a reflexão acerca dos impactos dessa realidade sobre a atuação docente e, indiretamente, com a construção de

políticas públicas que possam enfrentar, de modo mais adequado, o problema da violência armada e garantir o pleno direito à educação nas favelas e periferias.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma contextualização histórica geral da violência armada nas favelas do Rio de Janeiro, no que se refere à ocorrência de confrontos entre traficantes de drogas e policiais ou entre facções criminosas rivais. O início fala brevemente por que as favelas se tornaram espaços estigmatizados e marcados pela pobreza, para em seguida chegar às condições que contribuíram para a instalação do tráfico de drogas fortemente armado e o aumento dos conflitos nas favelas cariocas. Aborda, ainda, uma apresentação dos impactos da violência armada sobre as instituições escolares inseridas em áreas vulneráveis no Rio de Janeiro, através de matérias jornalísticas. E quais posicionamentos o poder público teve, nos últimos anos, em relação a essa problemática.

O segundo capítulo apresenta a análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas com os profissionais de educação entre 2018 e 2021, apontando sua perspectiva sobre o tema, assim como as estratégias e os desafios por eles enfrentados em sua prática nas escolas. Além disso, serão expostas as estratégias pedagógicas, citadas pelos professores entrevistados, que são consideradas por eles melhores alternativas para adotar dentro das escolas, quando há tiroteios próximos a instituição, no sentido de preservar a saúde física e mental dos alunos e a natureza de seu próprio trabalho pedagógico.

O terceiro capítulo aborda a inesperada chegada do novo coronavírus no Brasil, que obrigou as autoridades públicas (principalmente prefeitos e governadores) a convocarem os cidadãos a fazerem isolamento social para evitar o risco da transmissão em maior número de pessoas e o colapso do sistema de saúde. Diante disso, matérias jornalísticas como a do Diário do Rio (2020), relataram que a medida sanitária provisória possibilitou resultados satisfatórios, além de diminuir a propagação da Covid-19, reduziu o número de tiroteios nas favelas.<sup>2</sup> A decisão do STF também foi importante nesse cenário, tendo em vista a ação judicial que determinou a suspensão das operações policiais nas favelas cariocas, sem justificativa plausível, durante o período pandêmico.

Os desafios surgidos frente à pandemia contribuem ainda para entender como os profissionais da educação vivenciam problemas pessoais e passam por adoecimentos tanto físicos quanto emocionais. A sobrecarga de trabalho e as pressões para lidar com o ensino

---

<sup>2</sup> Reportagem de Altair Alves. Disponível em: <https://diariodorio.com/rio-registra-menos-tiroteios-e-mortesdurante-periodo-de-isolamento-social/>

remoto trouxeram mal-estar para a maioria dos docentes. Além disso, a interrupção das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas trouxe desvantagens no processo de ensino aprendizagem em modo geral, incluindo os alunos. No caso dos estudantes que já moravam antes nas favelas, eles continuaram vivenciando, durante a pandemia, situações de violência em seus locais de moradia e da escola que prejudicavam suas aprendizagens. Porém, de forma pior dado que estar em casa para alguns não significou estar necessariamente em segurança.

E, por último, nas considerações finais, procuramos enfatizar algumas ideias a respeito do material produzido pela pesquisa e refletir, de maneira crítica, sobre a formação do profissional da educação que, em muitas ocasiões, se defronta com situações extremamente graves de violência nas instituições escolares.

## **1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA ARMADA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO E SEUS IMPACTOS SOBRE AS ESCOLAS PÚBLICAS**

Antes de iniciar uma discussão sobre o contexto histórico da violência armada na cidade do Rio de Janeiro, busco apresentar um pouco de como se deu o processo de favelização e a estigmatização das favelas que, no decorrer do tempo, se tornaram marcadas, em grande parte, pela pobreza e pela presença do tráfico de drogas. Dessa forma, primeiramente apresento as ideias compartilhadas por Mariana Lacerda (2010), ao fazer um breve resumo sobre a constituição das favelas da cidade no início do século XX.

O fim da escravidão e a entrada do Regime Republicano foram pontos de partida para uma reforma urbana no Rio de Janeiro naquela época. Seu objetivo era promover o saneamento e o embelezamento das ruas, retirando todos aqueles que não podiam contribuir com o mercado privado, ou seja, os pobres, mendigos e negros (LACERDA, 2010). Houve obrigatoriedade para construções e compras das casas e edifícios no centro da cidade estabelecida em lei. Dessa forma, muitas pessoas se viram incapacitadas em poder adquirir esses bens e continuar vivendo na cidade de forma legal.

A partir disso, os excluídos de todo esse processo do crescimento urbano e do capital financeiro encontrariam mínimas alternativas para fazer suas moradias nas áreas “invisíveis” do espaço urbano. Assim, os lugares menos privilegiados e com escassa atenção do governo tornaram-se locais das habitações populares (LACERDA, 2010). Ao longo dos anos, as favelas e periferias foram crescendo e sendo acompanhadas por críticas, estigmatizações e demolições.

A desigualdade social no Rio de Janeiro é crescente e continua sendo um problema que aflige diretamente os mais pobres. A falta de saneamento básico, de acesso a serviços públicos de qualidade e de melhores oportunidades de trabalho são fatores que acentuam a precariedade das periferias onde muitas pessoas vivem. O Estado não é presente como deveria ser e as oportunidades dos moradores acabam sendo muito limitadas.

O crescimento dessas áreas não estava incluído na proposta de desenvolvimento da área central do Rio de Janeiro, conforme explicitado anteriormente. Por conta disso houve uma preocupação da elite, no sentido dessa classe se incomodar com a presença desses espaços durante o processo de urbanização. Assim, muitas perseguições ocorreram por parte das elites contra os espaços menos privilegiados, denunciando onde havia cortiços, com o intuito de acabar de vez com a pobreza e a miséria na região central (VALLADARES, 2000).

Afinal, as favelas sempre sofreram por serem vistas como problema para a cidade. Conforme Valladares (2000) cita, os espaços populares eram locais das residências dos trabalhadores, mas também tinham a presença de muitos “malandros”, considerados a “classe perigosa” pela elite. Nesse caso, o preconceito fazia com que as pessoas tivessem uma visão negativa da favela, muitas vezes remetendo a uma região de vagabundagem ou criminalidade. Ademais, a escassez de saneamento básico adequado e as condições de insalubridade possibilitavam pensar que ali poderia ser foco de epidemias.

Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico higienista foram seguidas por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços no Rio; em seguida, uma verdadeira “guerra” que resultou na destruição do maior de todos [...]; e finalmente, a grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que se propunha a sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias (VALLADARES, 2000, p. 7).

Por esse motivo, as propostas higienistas começaram surgindo junto com a divulgação da imprensa sobre as favelas cariocas, que mais uma vez interligavam essas áreas a um status de pobreza e ilegalidade. A exposição da mídia fez com que muitos médicos higienistas se interessassem em visualizar a situação e concluíssem que esses lugares eram insalubres. Também houve um momento em que Oswaldo Cruz visitou o Morro da Providência, o que causou expulsões de moradores no local, e a presença do médico evidenciou ainda mais na mídia a perspectiva da favela como um lugar estigmatizado (VALLADARES, 2000).

“Profissionais de diversas áreas denunciavam e davam palpite sobre como deveriam fazer ações nos espaços da favela e o que fazer com os habitantes. Muitos desses profissionais olhavam de forma condenadora para as favelas” (VALLADARES, 2000, p. 20). Portanto, os argumentos apresentados até aqui mostram o quanto as favelas cariocas sofrem há anos com preconceitos, mas não são acolhidas por políticas públicas que poderiam mudar a realidade. Até o final dos anos 1940, a favela já era definida como um problema de salubridade, de estética e de assistência social. E, ainda que muitos desses assentamentos populares tenham se consolidado e se desenvolvido urbanística e economicamente, ao chegar nos anos 1990, a favela passou a ser vista também como problema para a segurança pública (VALLADARES, 2000).

## 1.1 A intensificação da violência nas favelas cariocas

Entre todos os problemas citados anteriormente que acompanham as favelas, a segurança pública é hoje um dos grandes desafios que o Estado enfrenta nesses espaços. Por muitos anos os moradores lutaram para conseguir o direito de ter suas vidas e suas moradias preservadas. Um exemplo disso é a luta contra a política de remoções das favelas cariocas, que teve seu auge durante a ditadura civil-militar. De acordo com Freire (2021), após uma relativa trégua no período de redemocratização do país, os processos de remoções foram retomados com força no contexto mais recente do Rio de Janeiro, marcado pelo ciclo de megaeventos esportivos, e seguiram sendo motivados por fins políticos e econômicos, causando graves violações de direitos, mas também gerando intensas e novas formas de resistência.

Com relação ao tráfico de drogas, é preciso ressaltar que, ainda nos anos 1960, com a transferência da capital do país para Brasília, a cidade sofreu um grande desequilíbrio socioeconômico, o que contribuiu para o fortalecimento do comércio ilegal da maconha nas favelas devido à falta de investimentos no outrora Distrito Federal. A publicação do estudo “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, em 1960, no jornal O Estado de S. Paulo, elucidava, no entanto, que o “problema favela” estava longe de acabar e reforçava o posicionamento do jornal contra a mudança da capital do país (Mello et al, 2012).

Ainda sobre a questão das drogas ilícitas, Dowdney (2003) menciona que, já nos anos 1950 e 1960, a comercialização da maconha era feita, mesmo sem organização e concentrada apenas em algumas favelas.

A maconha, cultivada basicamente no Nordeste, era consumida nas favelas, prisões e em algumas áreas de prostituição da cidade. A distribuição da maconha na cidade era relativamente organizada, seu tráfico era difuso, de estrutura não-sofisticada e muitas vezes vendida por membros da comunidade a uma clientela local e localizada (DOWDNEY, 2003, p. 23).

A venda da maconha e o “jogo do bicho” se difundiram nos anos 1970, proporcionando uma rede organizada e preparada em dividir o trabalho em áreas, estabelecendo um poder local, e uma ordem de segurança sobre os envolvidos. Sua mercantilização foi política em diversos níveis, pois atendia clientes políticos e corruptos (MISSE, 2006). Até mesmo essa prática tinha o poder de envolver pessoas conhecidas, como é o exemplo de Castor de Andrade, que foi um dos maiores bicheiros da cidade do Rio de

Janeiro, e por muito tempo se escondeu por trás de toda sua boa influência no futebol, nas escolas de samba e na mídia.

Ao longo do tempo o jogo do bicho foi deixando de ser predominante nas práticas ilegais. Com a chegada da cocaína no final dos anos 1970 e a constituição da primeira fase do tráfico de drogas organizado, intensificou-se a violência na capital fluminense. Dessa vez, o crescimento de usuários ultrapassou os muros das favelas, chegando até as classes médias. Assim, “a estrutura de varejo de drogas com os pontos de vendas nas favelas cresceu e foi sendo aprimorada pelas facções criminosas” (ALMEIDA, 2014, p. 28). E por mais que sua chegada fosse no final dos anos 1970, sua marca ganhou mais destaque na década de 1980 ao passar por uma transformação dramática, dado que as exportações mais importantes para os Estados Unidos, Europa e África eram feitas a partir do Rio de Janeiro (DOWDNEY, 2003).

A estruturação do varejo de drogas nas favelas foi primeiramente ordenada pela facção criminosa Comando Vermelho, criada dentro das cadeias por presos comuns e destacada como primogênita em relação às outras facções que vieram depois. Sua criação originou-se na influência que os presos políticos proporcionaram aos presos comuns, que por meio de conversas, os ensinavam sobre o que era necessário para desenvolver uma organização. Dessa forma, o Comando Vermelho organizou-se e cresceu dentro da prisão, articulando crimes que incluíam assaltos e sequestros, para depois financiar o dinheiro roubado em uma nova prática de organização, o varejo de drogas (DOWDNEY, 2003).

Em três anos, o Comando Vermelho conseguiu se estabilizar como facção (MISSE, 1999) e dali em diante ocupou “bocas de fumo”<sup>3</sup> em algumas favelas com a venda da cocaína, tirando o posto da maconha como produto mais comercializado do território. Para dominar o comércio local, eram distribuídos para os novos envolvidos da facção armamentos e capital para investir na compra de mais drogas. Assim, cada vez mais novos espaços se tornavam “bocas de fumo”. Logo, “quadrilhas hierarquicamente estruturadas foram implantadas nas favelas para defender esses pontos de venda” (DOWDNEY, 2003, p. 26).

É importante ressaltar que todo esse processo ocorreu entre os anos 1970 e 1980, coincidindo com o período em que o país ainda estava sob a ditadura militar, marcado por grande repressão sobre seus críticos, torturas, assassinatos e prisões políticas. Nesse momento, a Polícia Militar (PM) se erguia como representante do Estado, trazendo para a corporação um aumento de novos servidores que praticavam mais violência e repressão. Diante disso, há anos a atuação da Polícia Militar vem sendo criticada pelo fato de o uso da força letal ser uma

---

<sup>3</sup> Expressão comumente utilizada para se referir aos pontos de venda de drogas ilícitas (entorpecentes).

prática generalizada até os dias atuais, mesmo depois do término da ditadura (ASHCROFT, 2014).<sup>4</sup> Por outro lado, com a massificação do ensino público, a força do espaço escolar também chegava como uma nova conquista do direito à educação nas favelas, contribuindo para uma nova caminhada de oportunidades para as crianças (FORTUNATO et al, 2020).

Em 1985, houve a queda da ditadura, mas a repressão policial continuava a afetar as áreas mais pobres da cidade, sendo o caso das favelas. Nesses espaços a presença do tráfico de drogas e a ocupação de integrantes do Comando Vermelho se tornavam mais frequentes, o que contribuía para o crescimento da comercialização ilegal em muitas favelas. Para isso, o Estado começou a organizar operações policiais dentro das favelas com o intuito de acabar com as facções e seu poder sobre as favelas. Assim, um dos principais indícios do recrudescimento da violência urbana do Rio de Janeiro se agravou na década de 1980 (ASHCROFT, 2014).

O interesse em acabar com a violência criminal nas favelas sempre foi contraditório, pois o Estado nunca foi presente da forma como deveria ser e nem garante segurança para os moradores dessas áreas até hoje. Não é por acaso que o abandono dos espaços menos valorizados fez com que estes fossem ocupados por facções criminosas do tráfico de drogas. Conforme foi citado anteriormente, as favelas e periferias não eram bem aceitas pelas classes mais altas, tanto que houve diversas políticas de remoções e de precarizações, pelo fato de serem vistas como problema.

No começo era comum os traficantes serem pessoas nascidas e crescidas nas próprias favelas. Em seu estudo, Dowdney (2003) conta que muitos moradores de diferentes favelas notaram a forma que as pessoas envolvidas com o tráfico tratavam os habitantes nesses locais, quando comparavam aqueles que eram “crias” do lugar, e aqueles que não haviam nascido ou crescido ali. Um exemplo disso é o respeito que antes os traficantes tinham com os moradores, no sentido de não venderem drogas e andarem armados na frente das famílias que viviam naquele local. Mas com o tempo isso se reduziu a partir de uma mudança de perfil dos traficantes, passando a incluir pessoas de outras regiões e sem vínculos afetivos com os habitantes.

De modo geral, as leis e ordens locais ficaram sob a responsabilidade dos traficantes, muitas vezes estabelecendo um controle na favela por meio de práticas de dominação, ameaça e violência.

---

<sup>4</sup> Texto escrito por Patrick Ashcroft tratando do período da ditadura à guerra às drogas, no blog Rio onWatch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10480>

Os donos do tráfico preservaram, utilizaram e desenvolveram essa posição, criando um sistema de controle baseado em violência ou na ameaça de violência por meio do qual os traficantes recebem proteção da comunidade em troca de oferecer o que o estado tradicionalmente não tem provido (DOWDNEY, 2003, p. 46).

Já na perspectiva de Machado da Silva (2004), a política e os modos de coordenar as ações desenvolvidos pelos membros das quadrilhas de traficantes, tendo o uso da força como motor, compreenderiam uma ordem social própria, designada por ele como “sociabilidade violenta”, que passou a existir paralelamente à ordem social legal-institucional.

O objetivo das operações policiais era acabar com todo esse movimento por meio de ações repressivas. As facções criaram seus primeiros “soldados” para enfrentar a polícia nessas operações, aumentando os confrontos armados e, conseqüentemente, o número de vítimas fatais. Quanto mais os criminosos se fortificavam nas favelas mais eles tinham acesso ao armamento bélico, a ponto de iniciarem nos anos 1990 a comercialização de armamentos sofisticados nas favelas próximas ao aeroporto e à Zona Portuária do Rio de Janeiro, tendo como público-alvo traficantes de outras favelas que queriam se defender das invasões policiais e de outros grupos rivais que foram sendo criadas depois da primeira facção (LEEDS, 1996).

O companheirismo dos membros do Comando Vermelho se desestruturou, pois após a morte de parceiros importantes ocorreram desconfianças e divergências entre eles. O desentendimento entre os membros da primeira facção abriu espaço para a disputa de territórios e a criação de novas facções, como Terceiro Comando, Amigos dos Amigos e Comando Vermelho Jovem. Esse contexto culminou na segunda fase do tráfico de drogas, caracterizada por disputas de territórios, melhores gestões para controlar a comercialização e o patrulhamento, aprimoramento dos equipamentos (armas de grosso calibre, rádios transmissores etc.) e maior presença de crianças e jovens no combate armado (DOWDNEY, 2003).

Através de uma presença constantemente armada dentro da comunidade e do uso crescente da violência como meio de controle, as facções da droga se tornaram uma “força política” ou uma “forma incipiente de governo” dentro das favelas que dominam (ZALUAR, 1983, p. 32 apud DOWDNEY, 2003, p. 46).

Através desses acontecimentos, o aumento dos confrontos armados foi ganhando força nesses espaços, o que resultou em um crescimento significativo do número de óbitos. Segundo o portal online do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, esse tipo de violência

tem contribuído para o crescimento de mortes, na maioria das vezes intencionais, sendo uma realidade de grandes cidades, como é o caso do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

O contexto histórico a respeito da intensificação do tráfico de drogas e da violência armada nas favelas – onde os traficantes não representam mais do que 1% da sua população, mas impõem, pela força, o controle dos territórios – possibilita compreender que a presença precária do Estado nesses espaços e a colaboração de agentes estatais nas atividades criminosas foram cruciais para consolidar a grave situação que presenciamos. Os estudos mencionados evidenciam que a precariedade na proteção estatal e na distribuição de serviços públicos para as classes populares resultou uma entrega das favelas para as mãos de criminosos. Por outro lado, também contribuiu para que os moradores enxergassem o papel do Estado como ineficaz, e, mais grave ainda, como também produtor de violência contra os mais pobres.

## 1.2 Segurança ou insegurança pública?

O combate ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro tem como principal responsável as instituições de segurança pública do Governo do Estado. Desde o começo da intensificação das operações policiais nas favelas, o Estado vem procurando encontrar medidas e tentando implementar políticas que ajudem a reduzir a concentração de poder dos traficantes nas favelas. Porém, ao mesmo tempo, tal iniciativa tem se revelado contraditória a partir do momento em que as políticas de segurança pública têm se apoiado em um modelo predominantemente repressivo, cujo uso da força não vem garantindo a preservação da vida dos moradores de favelas.

Em relação ao trabalho da Polícia Militar nas favelas cariocas, já foram muitas as ações realizadas, como a instalação de Destacamentos de Policiamento Ostensivo (DPO), Postos de Policiamento Comunitário (PPC) e patrulhamento motorizado por meio da cooperação entre a Polícia Civil, o Batalhão de Choque, o Batalhão de Operações Especiais e as Forças Armadas para a realização de operações, resultando diversas vezes em intensos confrontos armados (DOWDNEY, 2003). Pode-se dizer que o governo de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994) conteve as atuações mais violentas da polícia, pois em seu mandato

---

<sup>5</sup> Entenda mais em: <https://www.icrc.org/pt/document/violencia-armada-em-cidades-brasileiras-e-o-acesso-maisseguro>

ordenou a suspensão das operações policiais dentro das favelas justamente para evitar propagar mais violência nessas áreas (BARBOSA, 2020).<sup>6</sup>

A própria campanha eleitoral de Brizola, antes de sua primeira vitória em 1983, era acompanhada da promessa de dar fim às invasões nas favelas, propondo para a instituição da Polícia Militar uma transformação direta no sentido de instituir um trabalho que preservasse a igualdade e o respeito em relação às pessoas de qualquer classe social. Seu governo, porém, foi bem criticado por parte da imprensa, sobretudo a TV Globo, cujos noticiários divulgavam uma opinião contrária ao que Brizola defendia, relacionando sua política de segurança a uma possível defesa aos criminosos das facções (BARBOSA, 2020).

É importante lembrar que o início da era Brizola também coincidiu com o final do regime militar, o momento em que o tráfico de drogas estava começando a garantir uma melhor organização na venda de cocaína e o processo de expansão do ensino público nas favelas cariocas. O Comando Vermelho, por exemplo, teve momentos gloriosos com as tomadas de novos territórios nesse período, inclusive aumentando seus equipamentos e a organização de soldados. Por um outro lado, a política de Brizola foi um breve alívio para os moradores, que não estavam satisfeitos com o trabalho repressivo da polícia nas favelas (SANTOS, 2016).

No decorrer dos anos, outras políticas de segurança pública surgiram buscando implementar novas alternativas, com o intuito de acabar com o tráfico de drogas e reaver o controle dos territórios ocupados. Uma delas ocorreu em 1990, conhecida como Grupamento de Aplicação Prático Escolar (GAPE), inaugurada no Morro da Providência. Logo depois, foi criado um trabalho comunitário chamado Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Mais adiante, no governo de Antony Garotinho (1999-2002), houve o desenvolvimento do Grupamento Especial Tático Móvel (GETAM), que permitia a ronda dos policiais em algumas áreas do Rio de Janeiro (LOPES e FIGUEIRA, 2013 apud SANTOS, 2016).

Contudo, a longo prazo estas ações não foram consideradas muito eficazes. Cada vez mais a política de segurança pública se via envolvida com o aumento de mortes ocasionadas pelos tiroteios nas favelas e periferias. As estratégias não costumavam ser, e ainda não costumam ser construídas com base em ações de inteligência, com vistas a prevenir o maior número de mortes possível. Uma dessas estratégias foi a megaoperação, realizada em 2007, que tinha como objetivo frear o tráfico de drogas antes da chegada dos Jogos Panamericanos,

---

<sup>6</sup> Dicionário de favelas. Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Leonel\\_Brizola\\_e\\_as\\_favelas\\_do\\_Rio](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Leonel_Brizola_e_as_favelas_do_Rio)> Acesso em: 23/03/2021.

para que os turistas pudessem chegar no Rio de Janeiro tranquilamente. A primeira área a receber essa ação foi o Complexo do Alemão e o seu resultado foi, pelo menos, 44 mortes entre maio e agosto daquele ano (CARNEIRO e CARREIRA, 2007).

A megaoperação contou com o apoio de aproximadamente 1.300 policiais militares, civis e integrantes das forças armadas e a socialização entre as entidades públicas e a população das favelas não foi satisfatória, dado que houve vários casos de abuso de poder sobre adultos, jovens e crianças. Outro impacto negativo foi a suspensão das aulas das escolas públicas nesse contexto, devido ao perigo de vida que os estudantes e o restante da comunidade escolar corriam mediante aos confrontos (CARREIRA e CARNEIRO, 2007).

No ano de 2007, em aproximadamente 3 meses, estudantes ficaram com suas aulas interrompidas no Complexo do Alemão, conseqüentemente atingindo 5.750 alunos naquela época. Algumas crianças e adolescentes, a partir do dia 18 de junho, tiveram a oportunidade de serem atendidas no projeto União que tinha um sistema emergencial e especial, por responsabilidade da Secretaria Municipal, no CIEP Gregório Matos, localizado no entorno do Complexo do Alemão. O projeto disponibilizava atividades, como artes e conteúdo das disciplinas regulares. Porém, alguns pais não queriam colocar a vida de seus filhos em risco, levando eles para o CIEP, já que um jovem de 20 anos tinha sido baleada dentro de uma sala durante um conflito no lado externo.

Quando as aulas retornaram no dia 30 de julho, muitos estudantes não iam para escolas com receio do que pudesse acontecer (CARREIRA e CARNEIRO, 2007, p. 40).<sup>7</sup>

É fundamental destacar também o desenvolvimento do programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criado um ano depois, em 2008, por iniciativa de José Mariano Beltrame, que então exercia o cargo de Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Segundo o estudo de Santos (2016), essa nova política era motivada pela insatisfação de Beltrame em relação à falta de controle do Estado sobre algumas áreas.

Assim, o principal objetivo do programa era enfraquecer o tráfico de drogas, permitindo ao Estado restabelecer o controle dos territórios através da ocupação policial permanente. Em seguida, possibilitar mais investimentos públicos e melhorar a infraestrutura destas áreas. Para isso acontecer, o governo teria como apoio a presença de uma polícia mais próxima da população, em que fosse possível construir coletivamente uma paz social (FERREIRA, 2014 apud SANTOS, 2016). O programa contou com o trabalho cooperativo entre as esferas municipal, estadual e federal, podendo envolver a Polícia Militar, o Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE) e as Forças Armadas, em caso de

---

<sup>7</sup> A suspensão das aulas ocorridas em 2007 é um tema que retomarei mais adiante, ao tratar das políticas de segurança pública e dos efeitos da violência armada sobre as escolas.

extrema necessidade.<sup>8</sup> Além disso, o programa contava com o apoio de diversas organizações não governamentais e entidades civis organizadas.

O processo de “pacificação” – termo que passou a ser largamente utilizado – deveria cumprir quatro etapas. A primeira buscava realizar uma intervenção tática, cujo objetivo era tomar o território das facções organizadas. A segunda se caracterizava pela estabilização dos policiais dentro das favelas. A terceira era a fase da implantação física da UPP na favela. Por último, a etapa chamada de “pós-ocupação”, definia as organizações dos patrulhamentos, dos serviços públicos nas comunidades, dos projetos sociais, e do novo controle (RIBEIRO, 2013). Segundo os dados divulgados pelo Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, ao todo foram implementadas 38 UPP’s no estado, abrangendo aproximadamente 264 áreas, todas na capital fluminense.<sup>9</sup> Em relação aos seus efeitos, algumas pesquisas apresentam vantagens, quando se trata da redução dos confrontos armados e, conseqüentemente dos homicídios, melhorando ainda a capacidade de locomoção e a qualidade de vida na favela. Ademais, também houve um aumento na oferta de trabalhos, visto que, com a pacificação, foi possível abrir novos estabelecimentos e promover serviços turísticos em algumas favelas da Zona Sul, o que chamou a atenção de muitas pessoas da classe média e alta, tanto brasileiras quanto estrangeiras (SANTOS, 2016).

As desvantagens na implementação do programa vieram à tona com o passar dos anos. Mesmo que a UPP tenha sido um projeto da área da segurança pública que recebeu muitos investimentos e teve uma duração mais longa do que iniciativas anteriores, infelizmente não conseguiu atender as expectativas de trazer a almejada “paz social” às favelas. Depois de dez anos do programa, podemos evidenciar a falência das UPP’s devido a diversas circunstâncias, tais como: a falta de investimentos para monitoramentos e aprimoramento da Polícia Militar, a crise econômica e a má administração do Governo do Estado, os ataques frequentes de organizações criminosas contra os policiais, os confrontos que resultaram em mortes de inocentes e o abuso de poder dos policiais sobre os moradores em algumas áreas.<sup>10</sup> Em função

---

<sup>8</sup> Informações do parágrafo fornecidas pela matéria “UPP – Unidade de Polícia Pacificadora”, publicada por Rodolfo F. Alves Pena. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/upp-unidade-policiapacificadora.htm>> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

<sup>9</sup> Mais informações disponíveis em: < <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policiapacificadora-upp>> Acesso em: 21 de dezembro de 2018.

<sup>10</sup> Informações do parágrafo fornecidas pelo site Exame, publicado por Isabel Seta no dia 1 de julho de 2017, com o título de “A falência das UPPs”. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/a-falencia-das-upps/>> Acesso em: 1 de novembro de 2018.

da longevidade desta recente política pública e à existência de estudos que analisam os seus impactos sobre a educação nas favelas, dedicaremos o tópico seguinte a esse tema.

### **1.3 Os efeitos das UPP's sobre as escolas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**

O período de permanência das UPPs em muitas favelas impactou a vida escolar de estudantes destas áreas. A visão positiva a respeito da pacificação possibilitou um novo olhar sobre esses estudantes, descartando a antiga visão de que crianças e adolescentes poderiam estar ligados ao tráfico, e com isso não poderiam frequentar outras escolas fora das favelas. Assim, a chegada da UPP contribuiu de forma positiva na questão da acessibilidade. Alunos moradores também ganharam melhores oportunidades de vagas em outras escolas localizadas fora das favelas (COSTA e ALMEIDA, 2019).

Partimos do pressuposto de que a implantação das UPPs pode impactar a composição socioeconômica de escolas sob sua influência, que tenderiam a ter o seu corpo discente mais heterogêneo, já que os alunos residentes de áreas de favela, provavelmente, passariam a ter alguma chance maior de acesso às escolas localizadas fora das favelas e/ou das áreas que sofrem domínio dos traficantes de drogas ou milicianos. Poderia haver, também, mudança no comportamento da burocracia escolar quanto ao estereótipo dos alunos favelados, pela redução da associação imediata à violência e ao tráfico de drogas (COSTA e ALMEIDA, 2019, p. 174).

A afirmação dos autores acima remete a um estudo comparativo que Ribeiro (2009) fez entre os anos 1950 e 2000, em relação à escola e à favela do ponto de vista de professores. As pesquisas realizadas nesses dois períodos constataram que a opinião dos professores sobre os problemas principais de escolas das favelas eram: baixa renda, desestruturação familiar e a violência urbana. A diferença é que, do ano 2000 em diante, a situação de violência armada se intensificou, e alguns professores acabaram criando estigmas de que o aluno que presencia o tráfico de drogas no local de sua moradia consequentemente possuiria mais risco de ter suas posturas afetadas por essas questões (RIBEIRO, 2009 apud COSTA e ALMEIDA, 2019).

Não é de hoje que as instituições de ensino têm seus cotidianos marcados pela presença de grupos armados no seu entorno e que por diversas vezes esta presença impactou as atividades escolares anuais. Um dos motivos da implementação do programa das UPPs ter sido positiva é que os conflitos armados e as disputas entre facções reduziram, ao ponto de diminuir a letalidade. A partir disso, o trajeto dos alunos até a escola, em alguns locais, passou a ser mais fácil durante esse período. Outro fator importante a ser mencionado é o aumento da

entrada de professores nas escolas de favelas, assim como a redução de saídas e transferências dos profissionais (RIBEIRO, 2013).

Mas nem tudo deu certo nos dez anos dessa política pública porque, conforme dito anteriormente, as expectativas em promover a paz para as pessoas que conviviam frequentemente com a violência armada não duraram. Ou seja, a política pode ter promovido vantagens para alguns serviços, como é o caso de algumas escolas, mas ao mesmo tempo a ação também encontrou resistências por parte da população periférica. Em primeiro lugar, porque os próprios moradores tinham uma certa desconfiança da política e da polícia, depois de anos sendo invisibilizados pelo poder público (BURGOS et al. 2011).

Em segundo lugar, porque a promessa de aproximação entre a polícia militar e a população não ocorreu com sucesso em todas as favelas, muitas vezes acontecendo um tratamento de frieza entre ambos. Apesar dos conflitos armados terem reduzido, houve insatisfações dos moradores em relação ao controle da vida local pela polícia, como em situações de interferência em atividades de lazer na favela, como a proibição dos bailes funk. Outro motivo para a não aprovação da UPP era o constrangimento que alguns moradores sofriam quando eram expostos a situações abusivas por parte de alguns policiais. Sendo assim, em alguns momentos as pessoas não se sentiam tão respeitadas no local de suas residências (BURGOS et al., 2011).

Durante os governos de Sérgio Cabral (2007-2014) foram inauguradas 37 UPP's, e no governo de Luiz Fernando Pezão (2015-2018) apenas uma UPP foi instalada. Conforme mencionei, as UPP's fracassaram, em certa medida, ao final de seus dez anos de existência. A queda começou depois que a crise econômica do Estado em 2016 afetou diversos serviços, inclusive não havendo mais verbas suficientes para continuar o projeto. Aos poucos, o pesadelo dos tiroteios nas favelas voltou a ser como antes, pois ainda existiam diversas áreas com a presença de grupos criminosos armados. Assim, o controle ilegal dos territórios retornou juntamente com os confrontos armados.<sup>11</sup>

Posteriormente, em fevereiro de 2018, o então presidente Michel Temer assinou um decreto, aprovado pelo Senado Federal, que ordenava a intervenção federal para a segurança pública do Rio de Janeiro. Essa intervenção seria comandada pelo Governo Federal até o dia 31 de dezembro de 2018 e tinha como objetivo garantir a segurança pública do estado. A medida foi adotada por conta dos altos índices de violência do Rio de Janeiro que

---

<sup>11</sup> UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>

impulsionaram o governador Luiz Fernando Pezão, durante seu mandato, a recorrer ao Governo Federal para pedir ajuda no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Entretanto, as expectativas por resultados satisfatórios foram, mais uma vez, frustradas. De acordo com a análise feita pelo Observatório da Intervenção (2018), houve no período o aumento do número de tiroteios e de mortes decorrentes de homicídios e chacinas.<sup>13</sup> Todo esse processo histórico revela o quanto que o Estado ainda precisa melhorar a gestão da segurança pública. Mas diante dos problemas que o Rio de Janeiro ainda enfrenta por conta da violência armada, como as escolas públicas resistem a eles?

Retornar o assunto sobre as escolas localizadas em áreas conflagradas nos faz perceber o quanto o fato de o Estado estar até os dias atuais enfrentando de maneira insatisfatória a violência armada nas favelas afeta a rotina de muitas pessoas, e especificamente a vida de muitos estudantes que frequentam essas escolas. Os impactos gerados por essa situação nos remetem ao conceito de efeito vizinhança, descrito na introdução deste trabalho, justamente por ser um fenômeno que afeta todo o contexto de vizinhança no qual a escola está inserida. Assim, se um local se caracteriza pela presença constante da violência armada, automaticamente isso terá efeitos também sobre as suas instituições.

#### **1.4 Educação em meio ao fogo cruzado**

Em 2017, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV) realizou uma pesquisa, nomeada “Educação em alvo”, com o objetivo de estimular a criação de novas políticas públicas que fossem capazes de atender as necessidades de estudantes que moram em comunidades afetadas pelos altos índices de tiroteios. A obtenção dos dados desse tipo de violência sobre essas áreas contou com os registros da plataforma virtual Fogo Cruzado, criada em 2016 por Cecília Olliveira, com a finalidade de mapear os tiroteios no estado<sup>14</sup>. Conforme já apontamos em outro trabalho (FREIRE e SANTOS, 2022), os dados deste estudo mostram que a maior parte dos tiroteios ocorreu nos

---

<sup>12</sup> Informações fornecidas pelo site da BBC Brasil no Rio de Janeiro, por Júlia Dias Carneiro. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44060608>> Acesso em: 1 de novembro de 2018.

<sup>13</sup> Informações disponíveis no site Observatório da Intervenção. Disponível em: <<http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>> Acesso em: 21 de dezembro de 2018.

<sup>14</sup> O acesso à plataforma virtual do Fogo Cruzado é feito através de aplicativo para smartphones ou em redes sociais. Cf: <<https://fogocruzado.org.br/>>.

bairros de Costa Barros, Acari (Zona Norte) e Cidade de Deus (Zona Oeste), próximo a escolas e creches públicas dessas regiões.

Ainda de acordo com o referido estudo, a violência produz efeitos negativos para o cotidiano do professor e para o psicológico e o desenvolvimento do aluno. Deste modo, um dos maiores desafios é tentar isolar o efeito da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Isso porque, na maioria das vezes, a violência faz parte de uma realidade na vizinhança da criança reconhecidamente influente em seu desenvolvimento. Pois quanto mais a criança ou adolescente estiver próximo de atos violentos, mais encadeará na vida deles uma atração para conseguir dinheiro fácil que o tráfico oferece, conseqüentemente aproximando a criminalidade na vida desses jovens, ou então desenvolverá problemas crônicos por conta da situação de estresse (DAPP/FGV, 2017).

Durante anos as escolas do Rio de Janeiro localizadas em regiões vulneráveis à violência armada tiveram seu cotidiano marcado pelos tiroteios incessantes entre policiais e traficantes, ou de criminosos dominantes das áreas contra facções adversárias. Ribeiro (2013) vem se aprofundando nesse tipo de estudo, com o objetivo de entender os impactos que a violência armada vem trazendo para as escolas públicas. Em uma mesa de um ciclo de debates realizado virtualmente em 2020, intitulada “Escola, violência e (in)segurança pública: desafios para o vínculo escolar”<sup>15</sup>, Eduardo Ribeiro reforçou que o fenômeno da segregação se concentra nas regiões mais pobres e que estas são as mais afetadas pela violência armada, o que impacta diretamente a vida dos moradores. Os dados de sua pesquisa vêm sendo coletados desde 2000 sobre as escolas que estão localizadas em áreas que sofrem com a presença da violência urbana. Inclusive foram mencionadas por Ribeiro no referido evento as interrupções das aulas nas escolas de favelas que aconteciam antes da pandemia, devido aos tiroteios que ocorriam no entorno de algumas instituições.

Segundo o pesquisador, cerca de ¼ das escolas municipais do Rio de Janeiro perdiam um ou mais dias de aulas por causa de tiroteios, sendo computadas pelas estatísticas. A situação das escolas em meio ao fogo cruzado não é tão recente, mas para o desenvolvimento deste trabalho foram selecionadas reportagens jornalísticas a partir de 2017 – momento entre o declínio do programa das UPPs e o começo da intervenção federal –, que serão apresentadas no próximo tópico.

---

<sup>15</sup> Ciclo de Debates “Escola municipal, Eleições e Pandemia”, promovido pelo Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (Nupec/UERJ), Núcleo de Estudos sobre Escola, Sociedade e Democracia (PUC-Rio) e Grupo de Estudos Juventude, Escola, Trabalho e Território (JETT/UNIRIO). Gravação disponível no Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=DK0s0-7oUO8&t=1685s>>.

## 1.5 Os impactos da violência armada nas escolas segundo os jornais

As escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro costumam iniciar as atividades do ano letivo nos meses de fevereiro ou março. Durante as férias dos alunos, que antecedem esses meses, os gestores buscam fazer planejamentos escolares importantes, como por exemplo as organizações das turmas e a elaboração do calendário letivo. O intuito é organizar o trabalho, para quando puderem receber de volta seus alunos, o atendimento dentro da escola possa ser feito da melhor forma possível. Assim, é normal que os estudantes antigos cheguem repletos de expectativas no início do ano letivo, pois é momento de conhecerem as novidades, assim como os professores que darão aula para cada turma e quais alunos novos irão chegar.

É comum idealizarmos um bom planejamento em cada novo ciclo anual em qualquer escola, em qualquer circunstância, sem falhas, interrupções e inseguranças. Porém, no caso da Escola Municipal Jornalista Daniel Piza, em Acari (Zona Norte), em março de 2017, o planejamento tão sonhado para começar o ano letivo bem, não aconteceu. Um tiro de arma de fogo provocado por um confronto entre policiais e traficantes nos arredores dessa instituição atingiu a estudante Maria Eduarda, 13 anos, que estava fazendo aula de educação física na quadra esportiva. Segundo o jornal G1, em matéria do dia 30 de março em 2017<sup>16</sup>, a adolescente morreu dentro da escola, sem ao menos dar tempo de os bombeiros chegarem para tentar salva - lá.

Figura 1 -Manchete de Jornal



Fonte: ADOLESCENTE, 2017

<sup>16</sup> Adolescente morre baleada dentro de escola no Rio. **Jornal G1**, 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/adolescente-morre-baleado-dentro-de-escola-na-zona-norte-dorio.ghtml>> Acesso em: 14 de janeiro de 2018 às 18:00.

Em um outro contexto, o pesadelo de perder mais um estudante de escola pública no Rio de Janeiro aconteceu em junho de 2018. Dessa vez era Marcos Vinicius da Silva, 14 anos, que havia sido atingido em um tiroteio que acontecia no Complexo da Maré (Zona Norte), no exato momento em que ele fazia o trajeto de casa até a escola. Segundo o jornal O Globo e outras fontes, os pais relataram que o adolescente estava indo atrasado para a escola e, infelizmente, se deparou com o confronto armado no meio do caminho.<sup>17</sup>

Figura 2 – Manchete de Jornal



Fonte: MORRE, 2018

Obviamente, em ambos os casos, foram situações que repercutiram intensamente nas mídias no estado do Rio de Janeiro, o que despertou meu interesse em buscar entender mais sobre os efeitos que os confrontos armados poderiam trazer para as instituições escolares. Assim, com base nos estudos de Eilbaum e Medeiros (2017), foi possível olhar para essas histórias de forma mais analítica, no sentido de compreender esses fatos e porque eles viraram “casos de repercussão”, ou seja:

as histórias contadas e publicizadas na imprensa tornam-se objeto de conversas, comentários, polêmicas e fofocas entre a população, seja nos espaços de trabalho, nos bares, nas bancas de jornal, nas redes sociais ou em outros espaços cotidianos da vida social e familiar (EILBAUM e MEDEIROS, 2017, p. 7).

A começar com a jovem Maria Eduarda, o primeiro motivo de se tornar um caso de repercussão seria porque a instituição “escola” tem uma grande relevância social, além de ter

<sup>17</sup> Morre jovem baleado durante tiroteio no Complexo da Maré. O Globo, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/morre-jovem-baleado-durante-tiroteio-no-complexo-da-mare-22804872>> Acesso em: 27 de junho de 2018 às 16:00.

a responsabilidade de preservar a segurança e a integridade de seus alunos. O segundo motivo recairia sobre a condição social da vítima, tratando-se da morte de uma adolescente, inocente, provocada por armas de fogo manuseadas por agentes externos à escola. E o terceiro motivo seria a própria condição na qual se deu o ocorrido, colocando no foco a ineficiência das operações policiais que aconteciam naquele momento, a qual se resultou em um confronto armado entre os traficantes da região de Acari, logo no momento do horário de funcionamento escolar, colocando a vida em risco de muitas pessoas que também estavam presentes dentro da instituição, e nos arredores.

Ao analisar o caso da morte de Marcos Vinicius é importante destacar que, durante o ocorrido, o adolescente vestia seu uniforme da escola e estava fazendo seu trajeto em direção a esse local. Outro ponto que chama a atenção é o fato de ter acontecido mais um confronto em horário de funcionamento da instituição. O aluno também era um adolescente, sem envolvimento com nenhuma organização ou atividade criminosa e muito menos estava participando da ocasião que contribuiu para sua morte. Dessa forma, o acontecimento também gerou muita comoção e revolta, principalmente da população local, despertando novos debates sobre os impactos da violência armada para as escolas públicas localizadas em favelas do Rio de Janeiro.

De acordo com Eilbaum e Medeiros (2017), para chegar ao ponto de se tornar um caso de repercussão, como é o exemplo dessas duas histórias citadas anteriormente, é preciso que o ocorrido tenha passado por três dimensões de análise. A primeira remete aos efeitos que ambos os casos proporcionaram para as rotinas e práticas da Segurança Pública e da Justiça Criminal. Isto é, e de que forma as mortes de dois adolescentes provocadas por operações policiais interferiram no cotidiano dessas agências, gerando processos investigativos e administrativos, por exemplo. A segunda dimensão retrata os ritmos de cada história, ou seja, como ocorreram os processos de denúncias, julgamentos, prisões, entre outros. E por último a terceira dimensão, que foca na quantidade de tempo em que os casos ficaram expostos nas mídias.

A intensidade da violência armada contribui para a Secretaria Municipal de Educação do Rio entrar em acordo com os responsáveis da plataforma Fogo Cruzado na criação de um aplicativo que registrasse os números de tiroteios que ocorriam próximo às escolas públicas do Rio de Janeiro, conforme o jornal G1 cita na matéria do dia 30 de janeiro de 2018. Os resultados apontam que, no ano de 2017, aproximadamente 165.804 alunos ficaram sem aulas por causa da violência, 467 escolas foram fechadas e 400 unidades estão em locais considerados perigosos. O objetivo do desenvolvimento deste aplicativo era disponibilizá-lo

aos diretores para que eles pudessem comunicar a secretaria todas as vezes que a unidade escolar estivesse em perigo, ou se precisasse suspender as aulas. Em seguida, os dados seriam encaminhados para os órgãos da segurança pública.<sup>18</sup>

Em outra matéria, desta vez do jornal Extra, o grito de socorro pelos próprios estudantes já vinha acontecendo muito antes dessa segunda morte do estudante acontecer. O primeiro foi em junho de 2017 no Colégio Municipal Walt Disney, do Complexo do Alemão, em que os alunos desabafaram seus sentimentos sobre a violência em desenhos e cartas feitas por eles mesmos. A equipe do jornal criou uma campanha<sup>19</sup> que tinha a pretensão de dar voz às crianças que moravam em favelas, o que chamou bastante atenção da equipe pela forma como elas relatavam a violência no local onde moram. Um dos exemplos é a carta de um aluno de 7 anos que escreveu a seguinte frase: “Para de atirar na gente”, demonstrando a realidade brutal que ela com certeza já estava cansada de presenciar no seu dia a dia.

Figura 3–Capa do jornal Extra



Fonte: ALFANO, 2017.

<sup>18</sup> GLOBO NEWS. Aplicativo vai monitorar escolas fechadas pela violência no Rio. **Jornal G1**, 30 jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/aplicativo-vai-monitorar-escolas-fechadas-pela-violencia-norio.ghtml>> Acesso 19 de agosto de 2018 às 09:00.

<sup>19</sup> ALFANO, Bruno. Para de atirar na gente', pede criança do Complexo do Alemão em cartinha. **Jornal EXTRA**, 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/educacao/para-de-atirar-na-gente-pede-crianca-do-complexo-doalemao-em-cartinha-21431114.html>> Acesso em: 06 de maio de 2018 às 19:00.

Outras crianças relataram suas tristezas sobre ter alguém da família preso por ser um criminoso, ou que queriam parar a violência da polícia nas favelas. Diante disso, a equipe do jornal concluiu que os estudantes queriam pedir mais paz na cidade do Rio de Janeiro, para que essas pequenas vítimas pudessem ter um crescimento mais tranquilo. Dois anos depois, o jornal Extra divulgou um novo registro de desenhos feitos em uma escola pública do Rio. Entretanto dessa vez eram crianças da Maré, que, segundo a matéria de 14 de agosto de 2019, também fizeram cartas e desenhos pedindo paz na comunidade<sup>20</sup>, após a recorrente violência estimulada pelo ex-governador Wilson Witzel ao promover helicópteros atiradores da polícia militar sobrevoando em algumas favelas do Rio de Janeiro como tentativa de acertar os criminosos.

A iniciativa de estimular as crianças a produzirem esses desenhos foi da ONG Redes da Maré, em parceria com as escolas da região. Os moradores também foram convocados para representar no papel o que eles viviam. A partir disso, receberam um total 1.500 cartas feitas pela comunidade. Em seguida foram destinadas ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), com o objetivo de tentar sensibilizar os juízes sobre a realidade que as pessoas estavam vivendo naquele momento, e protestar contra a política ineficaz de segurança pública que colocou em risco a vida de muitas pessoas que não tinham nada a ver com a atividade criminosa nas favelas.

---

<sup>20</sup> Matéria escrita por Gabriel Moraes sobre as cartas entregadas por crianças da Maré para o tribunal de Justiça do Rio pedindo menos violência na comunidade. **Jornal Extra**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-depolicia/criancas-da-mare-entregam-cartas-desenhos-ao-tribunal-de-justica-do-rio-pedindo-menos-violencia-nacomunidade-23874257.html>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2019.

Figura 4 –Carta de uma criança da Maré enviada para o tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

PARA:

À Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
**Exmo. Sr. Des. Claudio de Mello Tavares**

O Ouvidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
**Exmo Sr. Flavio Citro Vieira de Mello**

A Juíza Titular da 6ª Vara de Fazenda Pública  
**Exma. Sra. Dra. Regina Lúcia Chuquer de Almeida Costa de Castro Lima**

Aos Exmos. Srs. Desembargadores  
da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

O QUE VOCÊ GOSTARIA DE DIZER AOS JUÍZES SOBRE O FIM DA AÇÃO COLETIVA DOS MORADORES DA MARÉ?

*o ruim das operações,  
nas favela e porque não  
da para brincar muito.  
É também, ficar mesmo  
de muitos moradores, na  
comunidade.  
É também tem, muitas  
violência.*

*isso* → *ERRADO* → *Não Gosto  
dessa!!!*

Fonte: MORAIS, 2019

A tentativa do protesto não deu certo, visto que o Tribunal de Justiça se pronunciou sobre o recebimento das cartas explicando que essa responsabilidade teria que ser resolvida por instâncias superiores. Aos olhos dos que protestam, isso revelava o abandono das políticas públicas e a falta de respeito aos moradores, aos trabalhadores que vão todos os dias à favela, e também às crianças que perdem sua infância por conta dos perigos que colocam suas vidas em risco. Infelizmente, alguns políticos priorizam dizer em seus debates que a segurança pública só combate o tráfico de drogas dentro das favelas através da violência extrema, como é o exemplo de discursos semelhantes aos do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, eleito em 2018, que disse: “Os caras vão morrer na rua igual barata, pô” (O GLOBO, 2019)<sup>21</sup>. E atitudes parecidas com as do ex-governador Wilson Witzel, eleito no mesmo ano e preso em 2020, que chegou a subir em um helicóptero com militares para sair atirando na comunidade.

<sup>21</sup> Matéria jornalística escrita por Gustavo Maia e publicada no Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/os-caras-vaio-morrer-na-rua-igual-barata-po-diz-bolsonaro-sobre-criminosos23855554>

O ano de 2019 foi mais um período marcado por revoltas e protestos que tinham como objetivo pedir o fim da violência. As mães não aguentavam mais perder seus filhos dentro de suas casas e enquanto iam para a escola. Um protesto desse foi divulgado pelo jornal G1 no dia 29 de setembro daquele ano<sup>22</sup>, contando a revolta das mães que perderam seus filhos durante os confrontos no Rio de Janeiro e, com isso, decidiram se juntar e fazer um protesto em frente à sede do Governo do Estado, na Zona Sul, cobrando uma postura naquela época de Wilson Witzel sobre as 16 crianças que foram atingidas nas favelas.

A faixa larga estendida por elas tinha pintada a frase “#RespondeWitzel” e também vinha acompanhada de um varal de uniformes de escola pública manchados de tinta vermelha, simulando sangue. O pronunciamento do ex-governador consistiu em lamentações sobre a dor das famílias e à afirmação de que as mortes eram por culpa do tráfico. Em seguida, defendeu as políticas de segurança pública, enfatizando que o dever do Estado é acabar com o crime organizado, ao dizer:

O resultado está aparecendo de forma satisfatória. O narcotráfico utiliza as comunidades como escudo. Atiram em policiais e nas pessoas. O crime organizado tem mantido a barbárie como uma de suas bandeiras. Nós estamos conseguindo combater porque os policiais militares e civis estão trabalhando" (WITZEL, 2019, Jornal G1).

Figura 5 – Blusas escolares manchadas de sangue



Fonte: CARVALHO, 2019.

<sup>22</sup> Mães de Crianças mortas no RJ protestam no Palácio Guanabara. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/26/maes-de-criancas-mortas-no-rj-protestam-no-palacio-guanabara.ghtml>>

Um mês e meio depois, Ketellen, de 5 anos, foi mais uma vítima da violência armada a caminho da escola. Segundo os veículos Globo News e G1 Rio, em matérias do dia 14 de novembro de 2019<sup>23</sup>, o fato ocorreu em Realengo, na Zona Oeste, onde a presença da milícia é mais frequente. A menina estava na bicicleta com sua mãe no horário de ir para a aula, quando de repente saíram do carro homens fortemente armados e mascarados atirando a esmo na rua, atingindo, assim, a menina. Não houve envolvimento da polícia nesta ação, mas sobrou mais uma vez para o Estado as cobranças sobre melhores garantias de segurança pública. O enterro da criança foi marcado pela exposição de sua blusa da escola pública estadual manchada de sangue, como forma de protesto e pedido, mais uma vez, por paz e segurança.

Essa intensificação dos confrontos armados gerou o fechamento de muitas escolas no Rio de Janeiro por dias, chegando até mais que um mês, prejudicando fatores como: a aprendizagem dos alunos, o planejamento do ano letivo, as atividades ministradas pelo professor e a segurança dos sujeitos, além de abalarem as condições emocionais e psicológicas de toda a comunidade escolar. A seguir serão apresentadas algumas iniciativas, efetivadas ou existentes apenas no plano discursivo, dos governos estadual e municipal, como forma de tentar proteger as escolas públicas dos confrontos armados.

## **1.6 O enfrentamento dos impactos da violência armada nas escolas segundo o poder público**

O episódio triste da morte da estudante Maria Eduarda, que faleceu dentro da escola atingida por bala de fogo gerou debate entre as autoridades. Dentre eles, o ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que criticou o trabalho policial e defendeu a blindagens das escolas no ano de 2017.<sup>24</sup> De acordo com o jornal Correio Braziliense, o objetivo do prefeito prosseguiu com uma reunião entre o secretário de segurança, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e representantes do exército. O intuito da prefeitura nesta reunião

---

<sup>23</sup> Corpo da menina Ketellen, morta por bala perdida, é enterrado na Zona Oeste do Rio. **G1 Rio**. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/14/corpo-damenina-ketellen-e-enterrado-em-cemiterio-no-rio.ghtml> > Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/01/internabril,585401/marcelo-crivella-critica-policia-defende-blindar-escolas.shtml>><sup>26</sup> Material de gesso.

era dar sua opinião e discutir junto com os órgãos responsáveis uma nova alternativa para a segurança pública do Rio de Janeiro.

A opção de blindar as escolas afetadas pelos conflitos foi considerada necessária em unidades com estruturas frágeis e aprovada naquela época pelo secretário municipal de educação César Benjamin, que afirmou a ineficácia do material Dry Wall<sup>26</sup> para a sustentação de algumas escolas. Em uma entrevista no dia 04 de abril de 2017 ao G1, ele citou inclusive uma visita que fez a uma escola e visualizou uma marca de tiro de fuzil, que, segundo testemunhas, teria atravessado a parede frágil. A partir disso, pensar em aplicar argamassa especial que aguentasse os tiros seria, para a prefeitura, a melhor alternativa emergencial naquele momento.<sup>25</sup>

Um ano depois dessa promessa, foi publicado pelo IG São Paulo, no dia 03 de março de 2018, Marcelo Crivella afirmando que a aplicação da argamassa seria realizada, apesar de, depois disso, esse assunto não ter sido mais mencionado pelo mesmo e nem divulgado pela mídia.<sup>26</sup> Por outro lado, depois da fatalidade contra a estudante Maria Eduarda, não houve até o fim da gestão de Crivella mais mortes de crianças e adolescentes dentro das escolas do Rio de Janeiro por tiros de arma de fogo. Porém, cada vez mais as implementações da segurança pública se intensificavam negativamente e com isso seria preciso dobrar a atenção para o trabalho escolar dentro das favelas.

A ambição do ex-governador Wilson Witzel, por exemplo, em combater o tráfico de drogas o mais rápido possível, através do extermínio dos traficantes, ocasionou momentos de tensão entre as pessoas que moram e trabalham dentro das favelas, em particular quando ele disse a seguinte frase: “A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo”<sup>27</sup> (VEJA, 2019). A alternativa de tentar ser um governador que combate o tráfico de drogas através de violência extrema causou revolta e preocupação na sociedade civil e nas entidades de direitos humanos, pois tal ação era juridicamente injustificável e poderia tirar a vida de muitas pessoas, criminosas ou inocentes, de forma brutal. Em meio a todo esse conflito, o Projeto Uerê, na

---

<sup>25</sup> RJTV. Secretário de Educação diz que blindar escolas em áreas de conflito do Rio é necessário. Jornal G1, 04 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/secretario-de-educacao-diz-que-blindarescolas-em-areas-de-conflito-do-rio-e-necessario.ghtml>> Acesso em: 25 de janeiro de 2021 às 10:00.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-03-03/crivella-argamassa-blindada-escolasrio.html>>

<sup>27</sup> Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/> <sup>30</sup> Fonte da imagem: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/projeto-na-mare-coloca-aviso-em-teto-de-unidadeescola-nao-atire-10052019>

Maré, teve a iniciativa em colocar no telhado da instituição a seguinte frase: “Escola, não atire”.

Figura 6 – Placa “Escola, não atire”



Fonte: FRANÇA, 2019

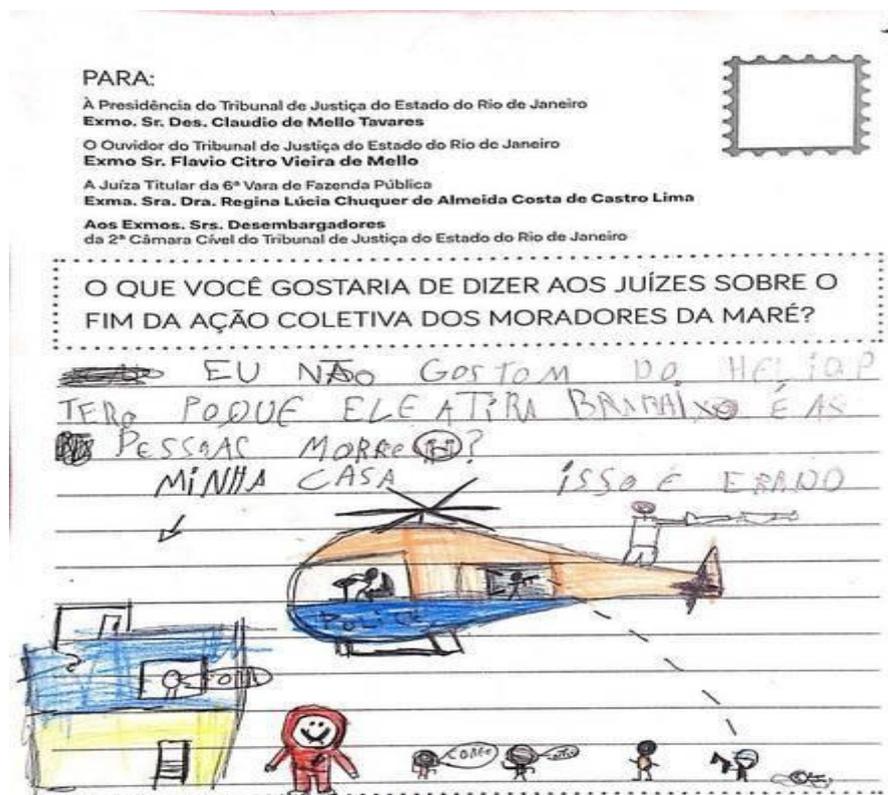
A intenção do cartaz era solicitar atenção redobrada sobre as escolas que estavam expostas aos tiros, assim como muitos outros inocentes que poderiam estar circulando pelas vielas da favela durante as operações policiais. A responsável pelo projeto, Yvonne Bezerra de Mello, confirmou em entrevista para o portal R7 sua preocupação e lembrou o dia em que o helicóptero da Polícia Militar metralhou a escola, podendo ter matado alguém ali dentro.<sup>28</sup> O veículo aéreo apelidado de “caveirão do ar” (SATRIANO, 2020) foi um dos motivos que provocou disparos próximos a escolas e creches e causou o fechamento de instituições de ensino municipais e estaduais.

As cartinhas e desenhos feitos na Maré pelas crianças que pediam o fim da violência, mencionadas antes nesse trabalho, foram solicitados pela Ong Redes da Maré. Essas cartas também serviram como manifestação contra essa política de extermínio com uso de helicópteros. Abaixo segue o exemplo de uma carta feita por outra criança, divulgada pelo jornal Extra, na matéria do dia 13 de agosto de 2019.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> Leia mais em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/projeto-na-mare-coloca-aviso-em-teto-de-unidade-escolanao-atire-10052019>

<sup>29</sup> Neste link é possível visualizar outras cartas e desabafos: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/criancas-damare-entregam-cartas-desenhos-ao-tribunal-de-justica-do-rio-pedindo-menos-violencia-na-comunidade23874257.html>

Figura 7 – Carta de uma criança da Maré enviada para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro



Fonte: MORAIS, 2019

A situação crítica levou a Secretaria de Estado de Educação a instituir a lei do “botão de pânico” (Lei 1200/2019), para implementação em 200 escolas também no ano de 2019. A ideia buscava facilitar a comunicação entre os agentes contratados egressos das forças armadas e a secretaria de educação. Quando o “botão de pânico” é acionado pelo aplicativo instalado no celular dos agentes, as imagens e os sons dos tiros que ocorrem próximo a uma determinada escola são reproduzidos para um setor da secretaria, que vai deliberar a necessidade de fechar ou não a unidade escolar. A criação do projeto, que mais tarde virou lei, teve a autoria da deputada estadual Rosane Félix (PSD) e seu objetivo era tentar proporcionar um ambiente mais tranquilo para as escolas.<sup>30</sup>

Meses depois, Satriano (2020) registrou o pedido da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, feito no início de 2020, a respeito da implementação de medidas que pudessem proibir a Polícia Militar de realizar operações e sobrevoar as favelas com

<sup>30</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/24/lei-que-preve-botao-de-panico-em-escolas-estaduaisdo-rj-e-publicada.ghml>

helicópteros perto de escolas e creches, tendo como objetivo garantir, de forma segura, o ano escolar dos alunos e obrigar o Estado a respeitar o direito à educação. Se fosse o caso de descumprimento da ordem, que ainda estava sendo debatida naquele período, o Estado seria responsável por pagar R\$ 1 mil por cada dia de aula perdido por conta de tiroteios.<sup>31</sup>

Além disso, o pedido contava em exigir R\$ 1 milhão por danos que esta política de segurança pública causava à vida dos alunos. Esse dinheiro seria destinado direto ao Fundo Financeiro para a Infância e a Adolescência e seria usado para o desenvolvimento de projetos. No final foi solicitado melhor monitoramento da educação, criação de ações que preservassem o direito à educação, elaboração de calendário para reposição de aulas perdidas, assistência psicológica aos estudantes e professores e melhor capacitação aos professores. Porém, somente meses depois se deu o pedido do impedimento do uso de helicópteros e as operações policiais nas favelas foram proibidas durante o período de pandemia por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o que será explicado melhor no último capítulo dessa dissertação.

Em relação à suspensão do uso de helicópteros, decidiu-se que eles só poderiam sobrevoar a cerca de 2.000 metros de distância das escolas e creches. A decisão foi estabelecida pela juíza Claudia Leonor Jourdan, que reforçou a necessidade de evitar intervenções próximo a locais onde o fluxo de pessoas é constante. E se, caso ocorresse de forma excepcional próximo as escolas, as Polícias Militar e Civil teriam cinco dias para apresentar um documento justificando a ação para a Defensoria Pública e o Ministério Público. Assim, os órgãos teriam que prestar contas sobre a operação, explicando o que visava combater, quais eram as pessoas envolvidas, o armamento utilizado, a identificação de pessoas que usaram arma de fogo, o resultado da intervenção e o número de escolas existentes da região.<sup>32</sup>

Em janeiro de 2021, a liberação do retorno dos helicópteros já estava sendo feita, a pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e aceito pelo Tribunal de Justiça (TJRJ). Inclusive as operações policiais perto das escolas também poderiam voltar a acontecer. Tal decisão descartou toda a luta da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e a própria decisão anterior do STF. A falta de sensibilidade com o momento difícil da pandemia, no qual milhares de pessoas morriam no país por conta da COVID-19, não impediu os confrontos armados nas favelas.

---

<sup>31</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/13/defensoria-publica-pede-a-justica-que-proibaoperacoes-policiais-no-rj-proximo-a-escolas-e-creches.ghtml>

<sup>32</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/29/justica-decide-que-caveiros-do-ar-nao-podem-voarsobre-escolas-e-creches-no-rj.ghtml>

Enquanto isso, os Governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro pensavam aos poucos sobre o retorno das aulas presenciais das escolas públicas. Começando pelo mês de fevereiro de 2021, pois elas não poderiam parar por conta do COVID, e nem por conta dos confrontos armados.

É importante destacar também que durante um período, antes da pandemia, o ex-governador Wilson Witzel planejou retomar a medida, antes pensada como Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) e suspensa em 2012, que decidia colocar policiais militares dentro das escolas públicas do Rio de Janeiro. Embora não fosse seu objetivo combater ou reduzir os impactos da violência armada sobre as escolas públicas, esta iniciativa também repercutiu nos debates sobre a segurança nas instituições de ensino.

De início, a pretensão era selecionar 40 escolas, que futuramente seriam ocupadas por profissionais da segurança pública interessados em se candidatar voluntariamente para trabalhar nas escolas no período de folga. A parceria do Governo do Estado com a Polícia Militar tinha como objetivo aproximar os policiais dos estudantes, dado que em algumas comunidades os jovens são alvos constantes de influência dos criminosos. Por isso, os órgãos pensaram em tentar tornar a polícia como referência para eles.<sup>33</sup> Veríssimo (2022) narra a experiência que teve com o Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS), que contava com policiais militares de serviço na escola em que ele trabalhava. O resultado não foi satisfatório, visto que em uma situação de indisciplina de um aluno na escola, o policial que estava em serviço naquele dia não tomou atitudes corretas ao abordar esse aluno. Pois ele usou a violência física, chegando a levar a mão até à sua arma de fogo.

Sendo assim, foi um projeto de lei nº 1345/2019 autorizado pelo poder executivo a encaminhar projeto, mesmo que fosse algo inseguro para as instituições de educação, com o nome de “Escola Segura”, com autoria do deputado e subtenente Mauro Bernardo dos Santos (PODE), que lançou essa ementa no ano de 2019, em parceria com as Secretarias de Estado da Educação e a Polícia Militar. A proposta era ampliar o policiamento dentro e em volta das escolas e propor planejamentos de atividades que incluíam palestras sobre combate as drogas, incentivo a programas esportivos e mediação de conflitos para melhor instruir a comunidade escolar em sua preservação. No caso dessa lei, o orçamento viria da Secretaria de Estado da Educação e sua publicação ocorreu em 25 de setembro de 2019.

Depois foi lançado o Programa Estadual Cuidar, em abril de 2020, com intuito de levar a força de segurança para as escolas. Porém dessa vez incluindo policiais civis, bombeiros,

---

<sup>33</sup><https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-02-11/governo-do-rio-pms-escolas.html>

mulheres formadas em vigilância e agentes penitenciários reformados ou aposentados. Witzel garantiu que “a implementação do programa traria paz e mais interação da família com a escola”. Para atuação, os profissionais teriam que se capacitar em um curso de mediação de conflitos, para em seguida atuarem de forma segura e eficaz (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO, 2020).<sup>34</sup>

Houve críticas do Ministério Público direcionadas ao financiamento do programa, pois não era permitido que as verbas da educação fossem gastas com segurança pública. Por conta disso, em junho de 2020, o órgão pediu que a Secretaria de Estado de Educação suspendesse o programa e aproveitou para exigir a devolução do dinheiro que havia sido destinado a ele desde 2012. O descumprimento da decisão chegaria R\$ 1 milhão de multa para o governo. A princípio, o programa teria início em agosto do mesmo ano, mas com a tentativa de impedimento das ações, não foi mais falado os próximos passos.<sup>35</sup>

Mesmo assim, diferentes alternativas foram criadas. Dessa vez um projeto de lei criado em novembro de 2019 por Witzel e enviado à Assembleia Legislativa do Rio (ALERJ), encaminhando medidas a serem tomadas para a nova rede de escolas cívico-militares, criada pelo governo do presidente e seu aliado político Jair Bolsonaro. Mais uma vez, a proposta de fazer parcerias com policiais e bombeiros militares apareceu e uma das exigências seria a necessidade de fazer os profissionais da educação e os alunos se adequarem aos valores militares. A ideia não era construir novas escolas, mas sim modificar o modelo de ensino e tentar inaugurar 30 escolas cívico-militares no Estado do Rio de Janeiro até o final de 2020 (MELLO, 2019).<sup>36</sup>

O modelo cívico-militar é defendido por políticos de direita, como Witzel e Bolsonaro, e sua implementação se estendeu em diversos estados do Brasil. A administração escolar tem como base uma divisão em partes: a primeira segue o trabalho conjunto da Secretaria de Educação com a de Segurança Pública sobre as questões da gestão escolar; a segunda incentiva a abertura da iniciativa privada nas escolas; a terceira apresenta a decisão de também colocar militares como responsáveis na elaboração de projetos para a escola e do método de ensino. Porém, muitos profissionais e estudiosos da educação criticaram esse

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-do-rio-de-janeiro-inaugura-colegiosvacionados-ao-ensino-civico-militar.>>

<sup>35</sup> <https://eurio.com.br/noticia/8587/secretaria-de-educacao-pode-suspender-o-programa-cuidar-apos-acao-domprj.html>

<sup>36</sup> <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/30/witzel-quer-implantar-30-escolas-militarizadas-ate-o-fim-de2020.htm>

modelo, dado que ele pode ter um formato doutrinador e ameaçar a autonomia das escolas (MELLO, 2019).

Para finalizar, as iniciativas apresentadas no final deste capítulo apontam uma oscilação entre os efeitos da violência armada sobre as escolas e as estratégias das políticas públicas que vem sendo formuladas para aumentar a segurança nas escolas públicas, sem atingirem diretamente as causas do problema. Os descumprimentos das decisões judiciais tornaram-se comuns ao longo do tempo, somados à continuidade, em maior ou menor grau, das operações policiais baseadas no confronto, o que tem impossibilitado a esperança de se ver as favelas e suas escolas livres dos tiroteios.

## 2 O PROFESSOR, SEUS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM MEIO AOS CONFRONTOS ARMADOS

A maior parte da pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semi-dirigidas com treze professores (homens e mulheres) e dois ex-diretores que trabalham em instituições públicas de ensino municipais e estaduais (escolas ou creches) situadas nas áreas de Costa Barros, Mangueira, Caju, Bangu, Vidigal, Complexo do Chapadão, Cidade Alta, Santa Cruz e Maré (Fogo Cruzado, Nova Holanda, Vila do João e Salsa), abrangendo a região central e as Zonas Sul, Norte e Oeste da capital fluminense. Os entrevistados que participaram da primeira etapa da pesquisa, realizada antes de 2020, possuíam idade entre 26 e 60 anos, e o tempo de atuação dentro das escolas variava de 2 a 30 anos. Apenas dois disseram morar em favelas.

O perfil dos docentes entrevistados é composto por sujeitos negros e brancos, que atendem alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. A primeira etapa das entrevistas feitas por mim com 11 docentes e 2 diretores ocorreram de forma presencial, ainda no final de 2018, na UERJ/Campus Maracanã, com gravação de áudio e transcrição. Outras duas também foram feitas em 2019, por minha orientadora, mas por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp.

O quadro a seguir possui dados atualizados e calculados em 2022 com informações sobre os professores. Optamos em não identificar os nomes dos entrevistados e das escolas, para que fossem preservados suas vidas e seus trabalhos, tendo em vista ser este tema bastante delicado de ser tratado.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

<b>FUNÇÃO, FORMA E ANO DE ENTREVISTA</b>	<b>IDADE ATUAL</b>	<b>LOCAL DE ATUAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA</b>	<b>SÉRIE</b>
Ex diretora – <b>Presencial</b> (2018)	45	Costa Barros	2 anos	
Ex diretor – <b>Presencial</b> (2018)	59	Bangu	4 anos	

Professora – Via <b>Whatsapp</b> (2019)	37	Santa Tereza (entre as favelas Fallet, Fogueteiro, Escondidinho e Chácara)	3 anos	Ensino Fundamental 2
Professor – Via <b>Whatsapp</b> (2019)	45	Maré (Vila do João e Salsa)		Ensino fundamental 1 e PEJA
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	33	Cajú	2 anos	Educação Infantil
Professor – <b>Presencial</b> (2018)	56	Santa Cruz e Cidade Alta	30 anos	Ensino Fundamental 2, Ensino Médio e EJA.
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	32	Mangueira	9 anos	Educação Infantil
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	28	Costa Barros	6 anos	Educação Infantil
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	32	Maré (Fogo Cruzado)	3 anos	Ensino Fundamental 1
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	Não identificou	Complexo do Lins e Tomás Coelho (Urubu e Primavera)	30 anos	Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2
Professora – Via <b>Whatsapp</b> (2018)	Não identificou	Maré (Nova Holanda)	4 anos	Ensino Fundamental 2
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	43	Pavuna (Complexo do Chapadão)	Pesquisa de Campo	Ensino Fundamental 1
Professora – <b>Presencial</b> (2018)	30	Vidigal	2 anos	Educação Infantil e Ensino Fundamental 1
Professora – Via <b>Google Meet</b> (2021)	30	Manguinhos	8 anos	Educação Infantil
Professor – Via <b>Whatsapp</b> (2021)	30	Manguinhos	2 anos	Ensino Fundamental 1

Fonte: SANTOS, 2021

Ao retornar o contato com os mesmos professores no ano de 2021, na segunda etapa da entrevista, a fim de saber como eles estavam atualmente, algumas mudanças ocorreram. Na época as pessoas que assumiram a direção ainda estavam nesse cargo. Porém, em dois anos depois ambos deixaram o cargo. A ex-diretora de Costa Barros foi remanejada para a administração, e o ex-diretor de Bangu recebeu a aposentadoria. Em relação aos professores, a entrevistada de Santa Tereza tornou-se diretora de outra escola localizada no centro do Rio, não localizada em área de risco. Dos demais, não obtive retorno com 3 docentes que na primeira etapa das entrevistas pertenciam ao Complexo do Lins e Tomás Coelho (Urubu e Primavera), Caju e Vidigal. O motivo foi pela falta de comunicação através de telefonemas e mensagens.

É importante ressaltar que os registros com gravação de áudio e transcrição foram autorizados pelos participantes. Em relação às escolhas dos entrevistados, estas foram feitas com a ajuda de indicações de amigos e da minha orientadora, o que acredito que favoreceu eles aceitarem participar da pesquisa e compartilharem comigo suas experiências mais marcantes diante da problemática da violência armada. As entrevistas foram feitas por meio de aplicação de um roteiro de questões previamente definidas que está em anexo desse trabalho, mas também estiveram abertas ao surgimento de novas questões trazidas pelos entrevistados.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é apresentar uma análise qualitativa das entrevistas realizadas com esses profissionais de educação, apontando sua perspectiva sobre o tema, assim como as estratégias e os desafios por eles enfrentados em sua prática docente nas escolas públicas.

## **2.1 O confronto armado como desafio para a atividade docente**

Através dos resultados das entrevistas é perceptível o quanto o professor que trabalha em escolas de algumas favelas mais vulneráveis à ocorrência de tiroteios passa por experiências difíceis para lidar durante sua rotina de trabalho. A presença recorrente da violência armada no entorno de algumas escolas públicas do Rio de Janeiro acaba trazendo para o professor, que está inserido nesses espaços, desafios que devem ser enfrentados por eles para preservar sua saúde física e mental e estarem aptos para ajudar no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes que também enfrentam a mesma situação cotidianamente.

Na introdução tratei sobre o “efeito vizinhança” justamente para apresentar que a escola não é uma instituição isolada, mas sim uma instituição que sempre pertence a um lugar particular, e isso de alguma maneira influencia a rotina escolar. Neste sentido, o fato de a localidade da escola ter uma vizinhança com altos índices de violência armada coloca um grande desafio para os professores, conforme dito anteriormente, a ponto de alguns não conseguirem se adaptar ao ambiente violento no qual se inserem as escolas e desenvolverem sintomas de ansiedade e depressão, como é o exemplo da professora da Mangueira:

Uma vez eu estava sentada na mesa escrevendo nas agendas dos alunos e de repente houve um tiroteio que eu tomei um susto tão grande que eu caí no chão e por um momento pensei que tinha sido baleada. Pois um lado meu do corpo ficou todo paralisado e eu só sabia pedir socorro. Mas graças a Deus não fui atingida (...) O pior é o depois... Como é que temos condições de conseguir ir trabalhar depois de passar por uma situação dessa? Imagina só você passar por isso e depois ter que se manter firme para continuar trabalhando na parte da tarde em outra turma! E fingir que está tudo bem com você, depois de você quase morrer. No começo isso me afetava muito, cheguei até a ter no começo um princípio de depressão, mas depois eu busquei fazer um trabalho muito forte psicológico para tentar melhorar isso. (Professora da Mangueira na educação infantil, 32 anos)

Esse relato se assemelha à forma como os outros professores entrevistados precisaram aprender a conviver com esse desafio com o tempo. A tarefa de arriscar sua própria vida para salvar as crianças durante um conflito armado é um peso muito grande para o docente, o que exige resistência para não desistir de cumprir os trabalhos educativos com os alunos. Segundo a professora da favela do Caju (33 anos – educação infantil), “nem sempre as operações [policiais] são avisadas. Quando acontece, as escolas decidem fechar ou reduzem o horário de funcionamento”. Dessa forma, os confrontos armados afetam demais o aprendizado das crianças, o trabalho do professor e vida dos pais que precisam ir trabalhar e deixar suas crianças nas instituições escolares.

A professora da escola/creche de Costa Barros afirmou que esse impedimento das aulas acontecia com muita frequência no início da manhã na seguinte maneira:

Todos os dias é incerto, pois os transtornos da violência acontecem de repente e a qualquer hora do dia. A maior parte das operações policiais se iniciam nos horários em que geralmente os alunos estão entrando ou saindo da unidade. Um fato recente foi a morte da aluna Maria Eduarda, na escola Daniel Pizza, onde a aluna estava em atividade e foi alvejada por uma bala, durante esses confrontos. Eu me lembro que, no dia deste acontecimento, estávamos dando a saída dos alunos, quando começou o tiroteio, que acabou matando a aluna, na escola que fica do outro lado do morro. (Professora de Costa Barros na educação infantil, 28 anos).

A professora de Manguinhos (30 anos – educação infantil) conta a importância da parceria com a direção da escola nessas circunstâncias, ao dizer que a gestão da primeira escola em que ela trabalhou nessa mesma favela tinha uma preocupação muito intensa em preservar a segurança dos profissionais e dos alunos. Em seu relato, diz: “quando tinha tiroteio, ela fechava. Já aconteceu de eu estar acordando, e a diretora falar pra ninguém sair de casa.” Entretanto, por mais que fosse seguro fechar as escolas enquanto os confrontos armados aconteciam, não era adequado que a instituição escolar fechasse as portas todos os dias em que ocorressem operações policiais na área, ou disputas entre facções rivais.

O motivo seria porque os impedimentos das aulas trazem consequências para a aprendizagem dos alunos, o planejamento dos professores e o andamento do período letivo. O ano de 2017 foi extremamente marcado por cancelamentos de aulas em diversas escolas públicas em favelas do Rio de Janeiro devido a intensos tiroteios no entorno, com o propósito em assegurar a segurança de toda comunidade escolar. Mas passou longe de ser uma alternativa ideal. Inclusive, em um outro momento, a professora de Manguinhos também cita uma segunda escola nessa localidade em que trabalhou, que reforçava o não fechamento por conta dos tiroteios, ao relatar da seguinte forma: “a diretora da segunda escola de Manguinhos que eu trabalhei, ela não fechava a escola de jeito nenhum. Parecia que ela queria ganhar o prêmio da escola que nunca fecha.”

Tal situação também era um problema para a professora de Santa Tereza (37 anos – ensino fundamental II) que, por mais que o fechamento afetasse demais o trabalho na escola, ela não se sentia à vontade em aceitar que as aulas continuassem:

Ano passado (2018), por exemplo, nós tivemos uma perda de pelo menos uns sete dias letivos por conta da violência. Alguns dias a gente soube que a favela ia ser invadida, aí eu não ia, não ia mesmo. No início, quando eu entrei havia uma certa insistência da direção, porque os alunos que moram ali vão, só que num desses episódios, entrara na escola e pegaram um carro, que era até do diretor adjunto [ela pede para isso não ser citado]. A partir daquele momento, a escola passou a rever a sua forma de lidar com os professores, a questão da “obrigatoriedade” do professor chegar na escola como se a gente tivesse peito de aço e hoje e hoje, por exemplo, na gestão eu percebo que existe uma pressão mesmo – não da minha parte porque eu já disse que não tenho peito de aço, tenho duas filhas pequenas ainda pra criar, então se tiver um problema grave eu não vou – mas a direção vai, recebe os alunos, coisas que, em algumas escolas, não acontece. A minha escola não fecha, ela sempre recebe os alunos (professora de Santa Tereza no Ensino Fundamental II, 37 anos).

Essa mesma professora também comentou sobre um grupo de Whatsapp que ela e os professores participavam com os vigias noturnos da escola, que se encarregavam de mandar notícias sobre como foi a madrugada na favela. A importância desse meio de informação faz

com que muitas pessoas fiquem atentas ao local em que elas vão passar durante um trajeto de costume para o trabalho. Porém, em situações como a de um professor que trabalha em uma favela com altos índices de violência, às vezes isso pode não ser tão útil, pois o tiroteio pode acontecer a qualquer momento, inclusive na hora que ele estiver a caminho da escola para trabalhar. Como narra a professora de Manguinhos:

Nosso trajeto era péssimo. Teve professor que teve que se jogar atrás da lixeira, debaixo de carro. E eu que nessa época já estava morando perto de Manguinhos, e eu ia de bicicleta cortando Manguinhos todo por dentro. Um dia eu estava no meu trajeto, e de repente vi um monte de meninos sem camisa correndo, e falando: “a gente está indo lá buscar a arma”. Nisso, todo mundo sumiu na rua. E eu de bicicletinha indo trabalhar (risos). De repente começou a rolar um tiroteio, e eu não sabia onde estava acontecendo isso. O tiroteio explodindo, eu comecei a pedalar rápido. Não sabia se me jogava na rua, ou continuava correndo. Cheguei na escola, as pessoas já estavam abrindo as portas correndo. Eu entrei jogando a bicicleta e chorando muito. Naquela semana, muitos professores chegaram desesperados. E você sabe o que a diretora teve coragem de me falar? “Ué, ta chorando por quê?? Você defende tanto a cultura deles! (Professora de Manguinhos na educação infantil, 30 anos).

A professora de Costa de Barros e o professor da Maré (Vila do João) também citaram as experiências desagradáveis que cada um passou enquanto se direcionavam até a instituição escolar para trabalhar:

Já aconteceu de eu estar dentro de uma Kombi, e entrar um monte de menino armado. Eles têm muito respeito pelo professor, mas nesse dia eu fiquei com muito medo. Eu vou pra lá muito cedo, a entrada é 7:00 da manhã. Então, a Kombi pra ir para lá esse horário é vazio, pois é contra o fluxo de pessoas que saem da comunidade pra ir trabalhar no centro. Nesse dia só tinha eu e mais passageiro, e eu nunca tinha visto armas de fogo tão de perto, e eles entraram na Kombi pra saber o que era, mas não fizeram nada. Inclusive eles falaram assim: “calma, tia”. São situações como essa que nos fazem apreensiva, né? Mas aí você conta com a solidariedade do motorista, que avisa se dá pra entrar ou não (Professora de Costa Barros na educação infantil, 28 anos).

Eu moro em Vila Isabel, no meu trajeto tem certas áreas que são bem esquisitinhas, mas nunca presenciei nada não. Só alguns fatos dentro da comunidade, dos garotos estarem meio agitados, apontarem arma para gente... e essas invasões de helicópteros, que eu já presenciei duas, que são bem aterrorizantes, bem traumáticas. (Professor da Maré (Vila do João) no ensino fundamental I e PEJA).

As experiências citadas por esses docentes sobre seus trajetos até a instituição escolar revelam o nível de estresse desenvolvido pela preocupação diária de precisar ter que passar por situações difíceis como essas, ao enfrentar pessoas armadas ou estar no meio de um fogo cruzado antes de chegar na escola. Além de afetar a saúde mental e colocar em risco a vida desses profissionais, a violência armada atrapalha o planejamento escolar, conforme

mencionamos anteriormente. E prosseguir com suas tarefas em dar aula, acolher seus alunos e se manter firme após ter sua vida colocada em risco, não é fácil. A insegurança continua até mesmo dentro da escola, até porque “os confrontos armados não são avisados”, conforme a professora do Caju diz.

Assim, ao entrar na escola, e precisar dar aula, o problema de ter as aulas interrompidas por conta de tiroteios que acontecem próximos à instituição é ainda mais desafiador para o docente. Em todas as entrevistas os participantes classificaram isso como o pior momento que eles poderiam ter passado. Além de precisarem salvar suas próprias vidas, precisavam carregar os alunos no colo ou orientá-los a se abaixarem e irem em direção ao local mais seguro da escola”. A professora de Manguinhos (30 anos – educação infantil), por exemplo, disse que as crianças já esperavam o posicionamento dela todas as vezes quando começavam a escutar tiros.

Em seu relato, conta que todos os alunos automaticamente se abaixavam e olhavam para ela, que em seguida dizia para eles: “Entra! Vai para o corredor com o corpo abaixado”.

A ex-diretora de Costa Barros (45 anos) e os professores do Complexo do Lins (idade não identificada – Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II) e da Vila do João (45 anos – Ensino Fundamental I e PEJA) afirmaram que o local mais seguro é o corredor das escolas. A entrevistada da favela de Santa Tereza (37 anos – ensino fundamental II) também incluiu o corredor em sua fala, mas citou o uso de placas de aço, que, segundo a docente, eram usadas como “escudo” e colocadas próximo aos corredores, justamente para proteger as crianças.

Como a gente tem essas placas de aço – não sei de que elas são – a gente costuma fazer este tipo de organização. Quando eu fui pra lá em 2016, e teve o primeiro episódio eu saí, fui pro corredor e perguntei “e aí, o que eu faço?”. Era uma turma de

6º ano, eram novos na escola, eles também não sabiam. As pessoas já estavam colocando as crianças pra fora e pedindo para elas se sentarem próximas a essas placas e as crianças ali abaixadas, esperando aguardar passar. Nós nunca tivemos nenhum curso, ninguém nunca foi à escola para nos dar algum tipo de orientação a respeito disso. Eu imagino que a direção oriente isso. Os alunos de outras séries, que já tinham passado por situações deste tipo, já sabiam o que fazer e já iam para esses locais, os professores também (Professora de Santa Tereza no ensino fundamental II, 37 anos).

Outros docentes citam lugares diversos das escolas usados para proteção, como a professora do Vidigal (30 anos – educação infantil e ensino fundamental), que disse: “no dia que teve um tiroteio intenso, precisamos levar as crianças no banheiro para proteger elas (...) A diretora estava muito nervosa, até porque a responsabilidade maior é dela”. As experiências que esses profissionais da educação vão adquirindo ao longo do tempo nas instituições em que

trabalham os fazem conhecer os aspectos físicos e os ajudam a observar os locais considerados mais seguros.

A professora de Manguinhos (30 anos – educação infantil) até brincou na entrevista que ela não podia fazer nenhuma atividade no lado de fora, pois parecia que realizar as tarefas com sua turma ao ar livre trazia má sorte: “Quase todas as vezes que eu ia lá pra fora tinha tiroteio.

As outras pessoas até falavam assim: “Ih, a professora está indo lá pra fora. Ferrou! (risos). Não sei o que acontecia”. Logo depois a docente contou um exemplo de uma tentativa de culminância de uma atividade educativa que quase foi interrompida.

Um dia estávamos fazendo uma atividade no lado de fora sobre o dia do índio. Nesse dia levei rede, montei uma oca pra eles. Pedi para os pais levarem comida, praticamente passei o mês inteiro trabalhando com eles as questões indígenas, pra depois finalizar com a culminância. Sabe o que aconteceu? Os policiais passaram em frente à escola, viraram em direção à boca que tinha em frente à escola, e começaram a gritar com os traficantes. E eu com uma turma no lado de fora, e aí eu comecei a gritar: “pelo amor de Deus respeitem as crianças” e algumas crianças gritavam a mesma coisa. O policial olhou pra mim, abaixou a arma, e desistiram de começar um confronto ali (Professora de Manguinhos na educação infantil, 30 anos).

Esse relato mostra o quanto que o planejamento de aula pode ser afetado por essa situação. Nas outras entrevistas também foram citados momentos de preocupação com defasagem nas aprendizagens. Porque além dos alunos terem suas aulas pausadas por um momento, mesmo que fosse por alguns minutos ou uma hora, o clima para continuar a aprender tornava-se menos adequado em certas situações. Conforme a professora do Complexo do Lins (idade não identificada – Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II) disse na entrevista, através de sua percepção, as crianças que convivem com tiroteios frequentemente perto de suas casas e da escola, perdem a oportunidade de ter um ambiente adequado para a aprendizagem.

A mesma professora evidência em sua fala o desânimo e a frustração em não conseguir fazer mais do que ela poderia proporcionar para as crianças e ter a capacidade de apresentar um mundo melhor para seus alunos. Muitas vezes o profissional quer trabalhar de forma mais satisfatória, porém a falta de recursos da própria escola também impossibilita isso.

Isso tudo influencia muito no processo de aprendizagem deles. Imagina uma criança ficar 15 dias fora da escola por causa disso. Ou uma criança não ir pra escola por causa disso. E quando ele finalmente consegue chegar na escola, a professora está lá fazendo seu trabalho e de repente tem que parar por causa disso. Então... É algo que prejudica muitas crianças. Às vezes tem umas que ficam dias sem ir pra escola, e quando a gente liga para os pais pra saber o que houve, a mãe diz: “não está dando pra sair de casa, porque a boca está na minha porta de casa”. A criança sofre as

consequências por causa dessas situações. (Professora do Complexo do Lins na educação infantil e ensino fundamental I e II, idade não identificada).

Em seguida a professora conta, bem indignada, uma experiência perigosa com os confrontos armados, em momentos em que realizava atividades com seus alunos dentro da sala de aula.

Uma vez eu estava dando aula na escola do Complexo do Lins, e de repente em cima da minha sala estava sobrevoando um helicóptero próximo a escola. E aí os traficantes da favela começaram a atirar contra esse helicóptero. A minha reação diante disso foi ficar calma, e das crianças também. Até porque as crianças que moram naquele local já estão acostumadas de alguma maneira. Somente as que não moram que ficam mais nervosas. (Professora do Complexo do Lins na educação infantil e ensino fundamental I e II, idade não identificada).

Esse trecho destacado se interliga com a reportagem do jornal Extra do dia 14 de agosto de 2019, citada no capítulo anterior, sobre as consequências que os confrontos armados com os helicópteros traziam para as vidas nas favelas. Percebe-se que tal fato não se resume apenas ao local mencionado na matéria, que é a Maré, mas que também ocorre em várias outras localidades do Rio de Janeiro.

Em meio a isso, alguns professores relataram algumas medidas que deveriam ser tomadas nos momentos de tiroteios próximos à instituição escolar, como o “Plano de acesso seguro”<sup>37</sup>, citado pela professora da Mangueira (32 anos – educação infantil), que era utilizado na sua escola com o objetivo de registrar a ação dos professores com as crianças quando os confrontos armados interrompiam suas aulas. Segundo a professora da Mangueira (32 anos – educação infantil), o documento deveria ser escrito da seguinte maneira:

(...) quem é professora no berçário deve escrever que com a turma do berçário X, costuma entrar no fraldário com as crianças e acalmá-las até cessar os tiros. E quando cessa, é necessário correr até o andar de baixo com elas. Não é recomendado correr durante o tiroteio, pois nesse percurso alguém pode ser baleado. Tem que correr e se esconder ali mesmo. (Professora da Mangueira na educação infantil, 32 anos).

Em outro momento, a mesma docente conta sobre uma sugestão da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), para a escola em que trabalha, de colocar no plano um sinal de papel, que possuísse as cores verde, amarelo e vermelho. Assim, o plano funcionava com o indicativo de cada cor, sendo: verde – situação tranquila, amarelo – atenção, vermelho – situação complicada. A professora de Costa Barros (28 anos – educação infantil) também

---

<sup>37</sup> Plano específico da escola que a professora da Mangueira cita.

citou sobre um “livro de ocorrências”, no qual é registrado tudo o que acontece na escola, inclusive os funcionários que não conseguiram chegar até a escola por conta dos tiroteios e os cartuchos de balas encontrados dentro da instituição. Porém, em seguida, a docente reclamou que escrever no livro não é suficiente para acabar com o problema, mesmo sendo este documento encaminhado para a CRE.

Por mais que a situação seja extremamente difícil, os professores acabam precisando ter que se adequar a essa realidade e encontrar novas alternativas para seguir em frente com seu trabalho. Consideramos que essa situação jamais deve ser naturalizada, mas, conforme a professora da Maré em Nova Holanda (idade não identificada – Ensino fundamental II) disse, “tudo é uma questão de costume”. Afinal, esse trecho ajuda a refletir sobre o quanto o professor precisa resistir e continuar ajudando as crianças. No final das contas o professor acaba se tornando um pouquinho de tudo.

Eu amo meus alunos (...). Eu vejo que é um lugar que precisa de muita atenção. Lá o desempenho do professor está muito longe, pois a gente precisa ser um pouquinho de tudo, porque precisamos atender esses jovens que chegam até a gente no 5º ou 6º ano praticamente sem saber ler, sem saber interpretar. Além disso, preciso muito de um acolhimento. Então, o trabalho é muito mais além daqueles conteúdos que a gente coloca. E eu amo aquele lugar! Meu sonho era ter muito dinheiro e fazer um trabalho

que pudesse valorizar os talentos daqueles jovens, não focando apenas no esporte, mas em outras coisas também. São pessoas que tem um olhar sensível para as coisas, e que nunca tiveram oportunidades de visitar um cinema, um teatro... o mundo deles é muito restrito. Me dá muita vontade de chorar quando falo sobre isso. (Professora da Maré – Nova Holanda no ensino fundamental II, idade não identificada).

Desse modo, muitos professores aos poucos foram aprendendo a adotar medidas semelhantes a uma “pedagogia de emergência” cujo papel é priorizar o ambiente escolar como um local acolhedor no atendimento aos jovens que presenciam a violência urbana com frequência. As práticas dessa pedagogia ajudam na convivência entre professores e alunos, no sentido em que os estudantes possam confiar e relatar seus traumas para uma equipe empática e acolhedora.<sup>38</sup>

A princípio o inventor dessa pedagogia foi Bernd Ruf, um professor alemão de 64 anos, que se inspirou nos métodos Waldorf, valorizando a importância dos trabalhos artísticos e de expressão corporal como melhor forma para lidar com as situações difíceis. O público-alvo são os estudantes que presenciam eventos traumáticos, incluindo aqueles que perdem de

---

<sup>38</sup> Pedagogia da emergência ajuda educadores a criarem laços com estudantes. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/pedagogia-de-emergencia/>

suas casas por catástrofes naturais, são vítimas de violência doméstica e urbana ou vivem em condições de vulnerabilidade social. O método já foi utilizado em diversos países, mas no Brasil só chegou no ano de 2011, depois que o terapeuta brasileiro Reinaldo Nascimento, cofundador da Instituição Amigos da Arte de Educar, apoiadora dessa ação, incentivou a educação brasileira a também adotá-lo após a realização de dois seminários.<sup>39</sup>

As apresentações enfatizaram a importância de o país começar a entender a “Pedagogia de Emergência”, dado que os colaboradores brasileiros reconheceram na época a realidade que milhões de jovens enfrentam ao lidar com a violência urbana, resultando em um número de mortes semelhante ao que acontece nos conflitos bélicos na Síria. Em vista disso, organizaram-se esses seminários em Nova Friburgo (RJ) e São Paulo (SP) nos anos de 2011 e 2012 para incentivar essa pedagogia e discutir estratégias de cuidados especializados para atender os estudantes que possuem traumas extremos.<sup>40</sup> Somente no ano de 2016 o processo foi finalizado, levando à criação da Associação da Pedagogia de Emergência no Brasil<sup>41</sup>.

As propostas de estratégias são positivas, pois ajudam os professores, que participam da associação, a lidarem com crianças e jovens em vulnerabilidade social. É importante ressaltar também que a Pedagogia de Emergência possui objetivos parecidos com a ideia de “Pedagogia Visceral”<sup>42</sup>. Entretanto, essa última é focada em um trabalho de cuidado emocional. É uma expressão utilizada por Bello (2020), em uma análise preliminar de sua investigação doutoral, na qual reflete sobre a narrativa de três professoras negras que trabalham em escolas nas periferias do Rio de Janeiro, onde a política governamental de controle policial e marginalização social afetam diretamente o trabalho docente.

Bello (2020) destaca que as três professoras escolhidas vivem nestas favelas e pertencem à classe social designada classe média – baixa, o que as aproxima da experiência de classe vivenciada por seus alunos. Seu objetivo é apresentar uma reflexão sobre o cuidado e o trabalho emocional realizado por estas professoras em contextos escolares marcados por dinâmicas de violência armada em favelas da zona norte da cidade do Rio de Janeiro,

---

<sup>39</sup> Pedagogia da emergência ajuda educadores a criarem laços com estudantes. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/pedagogia-de-emergencia/>

<sup>40</sup> Atuação da Pedagogia das Emergências. Disponível em: <http://pedagogiadeemergencia.org/Pagina/Exibir/2e3171b4-c757-4d70-be78-a9532f5fae42#atuacao-no-brasil>

<sup>41</sup> Entenda mais sobre a Associação da Pedagogia de Emergência no Brasil. Disponível em: <http://pedagogiadeemergencia.org/>

<sup>42</sup> Expressão usada por Alanis Belo em seu artigo “Uma pedagogia visceral: experiências de cuidado e trabalho emocional de professoras na periferia carioca”, publicado em 2020 na Revista Educación y Ciudad.

evidenciando suas práticas de sobrevivência e o acompanhamento emocional por elas realizadas.

A intensificação dos problemas gerados pela violência armada que as escolas de algumas favelas do Rio de Janeiro vêm enfrentado nos últimos anos as levam a assumir novas responsabilidades, além das que eram definidas como seus objetivos, como o acompanhamento emocional de seus alunos. Assim, as escolas localizadas em espaços vulneráveis tornaram-se um centro de acolhimento para os alunos que tem seu cotidiano marcado pelos confrontos armados. O trabalho é feito mesmo sem assistência dos governos na elaboração de melhorias no sistema escolar e o reconhecimento do trabalho dos professores que precisam lidar com os mesmos problemas, sem ao menos receberem aumento no salário (BELLO, 2020).

Portanto, a ideia da Pedagogia Visceral é algo mais além da transmissão dos conteúdos, pois busca encontrar alternativas que ajudarão a desenvolver trabalhos que empenham em ações de proteção em meio aos conflitos armados, e que lute contra a violência e a exclusão. É um movimento que nasce a partir das consequências geradas pelos problemas citados nesse trabalho e que fazem parte de novas estratégias de preservação da escola.

## **2.2 Estratégias educativas dos professores diante da ocorrência de tiroteios no entorno da escola**

Esse tópico tem como objetivo apresentar os exemplos de estratégias que foram mencionadas pelos professores entrevistados para este trabalho, que em suas respostas relataram suas experiências, e o que costumam fazer dentro da sala de aula quando ocorre algum tiroteio próximo das escolas em que eles trabalham ou trabalhavam. Primeiramente, trago a notícia que viralizou no dia 30 de maio de 2017, como exemplo, do Portal de notícias R7, sobre um vídeo do professor Roberto Ferreira<sup>43</sup> que circulou na mídia pelo fato dele ter pego um violão e começar a cantar músicas para os alunos se acalmarem diante do medo que eles sentiram ao ouvir os sons dos tiros no lado de fora da escola.

---

<sup>43</sup> Professor canta com alunos no corredor de escola para “abafar” som de tiros. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/professor-canta-com-alunos-no-corredor-de-escola-para-abafar-som-detiros-30052017>> Acesso em: 30 de março de 2018.

Figura 8 - Imagem de um professor cantando com alunos no corredor de escola para “abafar” o som de tiros



Fonte: PROFESSOR, 2017.

Esse caso aconteceu no CIEP Roberto Morena, na comunidade Três Pontes, em Paciência, na Zona Oeste do Rio. Com o violão, o professor ensinava às crianças músicas e pedia para que eles cantassem o mais alto possível para que conseguissem abafar os sons dos tiros. O vídeo foi gravado durante o momento de tensão, e compartilhado nas redes sociais, o que impulsionou o sucesso de visualização. A atitude do professor Roberto Ferreira fez com que ele ganhasse o Prêmio Faz a Diferença<sup>44</sup> na categoria Rio, pelo reconhecimento dessa iniciativa que foi inspiração para muitos professores através da música.<sup>45</sup>

Esse caso foi o que mais repercutiu nos jornais, após a foto do professor com o violão e seus alunos sentados no corredor, se protegendo do tiro, ter vazado na internet. Logo mais, sua atitude foi aclamada pelas pessoas que acompanharam o caso na mídia. Dado que, naquela situação de medo, a alternativa que o docente encontrou para acalmar os nervos de seus alunos foi cantando. Esse seria outro caso de repercussão, caracterizado por Eilbaum e Medeiros (2017), pelo fato de o acontecimento expor uma situação que muitos professores, infelizmente, precisam encarar no cotidiano de algumas favelas do Rio de Janeiro.

<sup>44</sup> Segundo jornal o Globo, o Prêmio Faz a Diferença é uma iniciativa do GLOBO em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) que tem o objetivo em reconhecer o trabalho, dedicação e o talento dos brasileiros que de alguma maneira trouxe inspiração para o Brasil e o mundo. Disponível em: <<http://eventos.oglobo.globo.com/faz-diferenca-2017/2017/sobre-o-premio/>> Acesso em: 9 de novembro de 2018.

<sup>45</sup> Informações do parágrafo coletados no site do jornal O Globo. Disponível em: <<http://eventos.oglobo.globo.com/faz-diferenca-2017/2017/vencedores/categoria-rio-roberto-de-oliveiraferreira/>> Acesso em: 9 de novembro de 2018

A aparição do professor Roberto Ferreira cantando para as crianças, veio para tornar público sobre como a violência armada está afetando em nível extremo as escolas, impossibilitando que a instituição seja um espaço de total segurança na garantia de vida de seus alunos e funcionários. Acontece que muitos professores enfrentam esse mesmo problema há anos. Um exemplo disso, é o caso da professora do Vidigal (30 anos – educação infantil e ensino fundamental I), que tem uma história parecida com a do docente cantor de Três Pontes em Paciência. Em sua fala, a professora do Vidigal fez carinhosamente menção às músicas cantadas com os alunos:

Desde que eu entrei na escola, eu canto com meus alunos no início de toda aula uma musiquinha que fala da terra, do fogo, da água, do poder dos elementos da natureza. Então, é uma música que as crianças até sabem cantar de cor [...]. No dia que teve um tiroteio intenso, e precisamos levar as crianças no banheiro para protegê-las, eu comecei a pedir a elas para cantar essa música que a gente sempre canta no início de todas as aulas. Depois pedimos para cantar juntos o Rap da Felicidade, que muitas crianças do Vidigal conhecem. Além disso, conforme foi passando o tempo eu resolvi mostrar para eles os desenhos que eles fizeram que estavam guardados em minha pasta que estava na minha bolsa naquele dia. Posso dizer que o canto foi a melhor forma para aliviar aquele momento [...]. Nesse dia eu tinha feito uma oração antes de ir embora, então eu estava bem tranquila. A diretora que estava muito nervosa, até porque a responsabilidade maior era dela. Mas eu consegui através da música contornar essa situação. Nós ficamos 50 minutos no banheiro. Depois disso fizemos atividades de pintura e de leitura (Professora do Vidigal na educação infantil e ensino fundamental I, 30 anos).

Em seguida a mesma também citou a importância de trabalhar a pintura e a leitura com as crianças pequenas. Por mais que sejam atividades que exigem a concentração no momento, talvez não seja uma alternativa certa ao ponto de focar a atenção das crianças nos momentos em que elas escutam os barulhos dos tiros. Conforme a professora de Costa Barros (28 anos – educação infantil) compara: “a sensação que temos é de estarmos numa guerra. Se formos assistir a um vídeo do YouTube, da guerra do Iraque, o som dos disparos são os mesmos”. Dessa forma, é muito difícil um professor pensar em uma estratégia pedagógica adequada para esse momento. Mas, todos afirmam que fazem o que podem para ajudar de acordo com o perfil de suas turmas.

A professora de Costa Barros menciona a mesma estratégia dos docentes citados anteriormente com a educação infantil: “Geralmente ficamos com os mais novos sentados em nossas pernas e cantamos músicas calmamente”. Com os pequenos a situação pode ser ainda mais complicada, conforme essa mesma professora relata, pois pela quantidade de bebês na creche, não é possível uma pessoa pegar todos no colo e colocá-los em um lugar seguro. Por

isso, “nessas horas a direção, o pessoal da cozinha e da limpeza largam seus serviços para nos auxiliarem. Porque é desesperador”. Entretanto, em relação às crianças maiores a história é outra.

Quando são maiores, com a idade de 4 anos, conversamos sobre a situação, pois alguns nessa idade não conseguem se distrair e começam a comentar. Então, a gente tenta cortar o assunto deles através de rodas de conversas e com outras atividades educativas. Conforme vão se acalmando, fazemos brincadeiras que distraiam e arranquem os sorrisos deles. (Professora de Costa Barros na educação infantil, 28 anos).

Para professora da Mangueira (32 anos – educação infantil), solicitar que as crianças sentem em rodinha e começar a contar histórias para elas com fantoche é uma das estratégias que dá certo porque seus alunos gostam muito. O que não funcionaria com os alunos da professora da Maré, na região conhecida como “Fogo Cruzado” (32 anos – ensino fundamental I), pois, de acordo com ela, não é nem um pouco fácil focar a atenção deles nesse momento. Então, ela buscava passar filmes no lugar da interrupção da aula por conta dos tiroteios intensos. Para ela essa é uma estratégia que realmente dá certo em seu trabalho. No caso especificamente dessa professora, a escola em que trabalha é pequena, sendo difícil todos os funcionários acharem um local extremamente seguro para se protegerem com as crianças.

A escola é muito pequena. Possui apenas 6 salas de aula e não há uma sala que seja mais ‘segura’ ao ponto de poder esconder as crianças. Eu recorro à sala de vídeo, porque eu sei que funciona. Depois, eu dou uma lição para casa para que o aluno escreva ou desenhe a parte do filme que mais gostou. Nessas horas não dá para pensar em muita coisa. Filme é algo que eu consigo realizar com mais praticidade. Eu coloco a TV no último volume para abafar os sons dos tiros. A contação de história foi uma tentativa que, pelo menos comigo não deu certo. É difícil prender a atenção da turma com o barulho que é muito obvio do que está acontecendo para eles. (Professora da Maré – Fogo Cruzado no ensino fundamental I, 32 anos).

Trabalhar o lúdico é uma boa alternativa para o desenvolvimento afetivo, cognitivo, social e físico, sendo atividades que sempre ajudam as crianças na imaginação, atenção e memória. Ou seja, o brincar é fundamental para o desenvolvimento de qualquer criança<sup>46</sup>. Então, conforme os professores entrevistados relataram, essas estratégias pedagógicas com o uso de recursos lúdicos são ideais para serem usadas no momento de aflição devido aos barulhos dos tiros, para que todos tenham a possibilidade de se acalmarem e conseguirem aliviar um pouco a tensão com a ajuda da professora que os acompanha na escola.

---

<sup>46</sup> Informações do parágrafo coletados sobre a importância do Brincar no site Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincar-na-educacao-infantil.htm>> Acesso em: 11 de novembro de 2021.

Pode-se dizer que a maior parte dos professores entrevistados, de alguma forma, tentam se apoiar nas atividades lúdicas como forma de “distração” das crianças nos momentos de confrontos armados, com o intuito de deslocar a sua atenção dos barulhos dos tiros para as atividades pedagógicas. As únicas exceções foram dois entrevistados – um professor que atualmente trabalha na Cidade Alta e em Santa Cruz, e o ex-diretor que trabalhou alguns anos próximo à vila militar do Rio de Janeiro em Bangu), que atendiam adolescentes. Ambos relataram a importância do diálogo com esses alunos, já que eles tinham maturidade suficiente para entender o que estava acontecendo.

Com base nas respostas de cada um, foram apresentadas propostas diferentes sobre o uso do diálogo na sala de aula e da direção de acordo com as experiências deles. O primeiro professor que falou sobre a ideia do diálogo foi o que trabalha atualmente na Cidade Alta e em Santa Cruz. Segundo o seu ponto de vista, trabalhar com uma turma de faixa etária entre 12 anos até 15 anos, requer estabelecer um diálogo com os alunos sobre o que se passa na favela em relação à violência, e instigar seus alunos a refletirem sobre como este problema pode afetar as suas vidas e apresentando que existem caminhos melhores do que se envolver com facções criminosas.

Não tenho uma estratégia pedagógica específica. A única coisa que faço primeiro é passar uma tranquilidade para manter a calma dentro da sala. E depois, quando passar o nervosismo, procuro trabalhar no conteúdo mesmo, dentro da sala de aula, sobre a questão da violência [...]. Converso com eles porque alguns jovens entram para o tráfico e tento orientá-los através do diálogo que aquilo não é certo, fazendo eles refletirem sobre o assunto. (Professor de Santa Cruz e Cidade Alta no ensino fundamenta II, ensino médio e EJA, 56 anos)

O intuito de promover um debate que gera reflexões, influência aos alunos a participarem ao expor suas opiniões, tendo a oportunidade de ter uma voz ativa no ambiente escolar, defendendo seus pontos de vistas sobre o que eles concordam ou discordam diante de qualquer assunto que esteja sendo trabalhado na sala de aula. O intuito do ex-diretor que trabalhou em Bangu (60 anos), era manter um diálogo com os alunos como chave para estabelecer o respeito mútuo entre eles. Em sua experiência, presenciou poucos momentos de violência armada no entorno da escola em que trabalhava. Por outro lado, alguns de seus alunos “se perderam” para o tráfico de drogas.

“[...] na época tinha problemas de tráfico de drogas dentro da escola que eu trabalhava em Bangu. Não tinha muitos problemas com tiroteios ao entorno dessa escola. [...] Entre 2003 e 2004, não ocorria muitos problemas com tiroteios como tem acontecido nos últimos anos. O problema lá era mais o tráfico de drogas mesmo dentro da escola. Inclusive um dos gerentes do tráfico era estudante da escola, então quem assegurava a segurança da distribuição da droga dentro da escola era ele. (ex-diretor de escola em Bangu, 60 anos)

Quando perguntei como ele e os outros profissionais da escola conseguiam na época lidar com esse tipo de situação, ele disse:

Quando eu assumi a direção da escola que eu trabalhava em Bangu, eu procurei saber quem era o aluno que estava gerenciando as drogas dentro da escola. Chamei ele para conversar lá na direção, e tentei fazer um acordo com ele. Tive um diálogo tranquilo com esse aluno, e disse que se ele tivesse um filho talvez ele não gostaria de ver o filho dele tendo a mesma atitude dentro da escola. E a partir disso, consegui fazer ele pensar um pouco sobre o problema e também fazer com que ele desistisse de fazer aquilo. Então, entramos em um acordo para que o aluno acabasse com o tráfico dentro da escola e respeitar o espaço de educação. O argumento que eu usei é que se ele não parasse, eu iria acabar pedindo reforço policial, e isso iria acabar sendo pior para ele e para todo mundo que não tem nada a ver com isso. [...] Ele mesmo proibiu de vender dentro da escola. Eu como diretor tinha que tomar uma atitude diante daquele problema. (Ex-diretor de escola em Bangu, 60 anos)

Por mais que o relato anterior não tenha a ver com o foco dessa pesquisa, pelo fato de não envolver os problemas com os tiroteios, mas sim o tráfico de drogas, trago essas duas experiências como forma de apresentar a importância do diálogo com os alunos que vivem nessas circunstâncias. Tornar a escola um ambiente acolhedor, que prioriza o respeito, é estabelecer um vínculo fundamental entre os estudantes, as famílias e os profissionais da educação. Assim, a escolha de conversar com os alunos, em ambas as partes, também pode ser considerada uma estratégia pedagógica que leva o estudante a refletir sobre a realidade em que estão inseridos.

Embora esses dois últimos exemplos não sejam semelhantes às atividades indicadas pelos outros entrevistados, que se encaminharam totalmente para o uso de recursos lúdicos, as histórias se entrelaçam, pelo fato de todos terem suas vidas em risco por conta de confrontos armados perto da instituição escolar, onde cada um trabalha ou trabalhava. De modo geral, a análise feita das entrevistadas possibilita um entendimento melhor sobre o quanto é desafiador para um profissional da educação ter que aprender no improviso e como contornar de forma segura as circunstâncias de perigo.

Certamente são as experiências práticas que ajudaram esses docentes a se organizar melhor nessas situações, sobre o que é necessário e como fazer. Pode-se dizer que uma boa parte depende da compreensão do profissional da educação em relação ao envolvimento da turma a respeito dos tiroteios, sobre como ele age psicologicamente nessas situações em específico, e o que procura fazer diante delas. Ademais, o professor precisa ter consciência da faixa etária para a qual leciona, identificando quais atividades são apropriadas para trabalhar no momento em cada idade, tendo como objetivo chamar a atenção dos alunos para a atividade pedagógica (SANTOS, 2018).

É fundamental a observação desses aspectos. É lógico que não é adequado naturalizarmos as situações que esses professores enfrentam, visto que todas as pessoas, de modo geral, possuem direito de realizar seus trabalhos com paz e segurança. Nessa situação das escolas, não é correto que profissionais da educação e alunos tenham suas vidas colocadas à prova por conta de confrontos armados entre agentes públicos de segurança e traficantes de drogas nestas localidades. Mas, conforme foi esclarecido antes, as experiências impulsionam esses sujeitos a encontrarem medidas de proteção e solidariedade, reduzindo prejuízos à aprendizagem dos estudantes, mesmo o docente não se sentindo frequentemente preparado para trabalhar lidar com este tipo de problema em sua rotina de trabalho.

Por mais que seja inviável naturalizar essa situação, seria necessário haver uma reconstrução na formação docente, para que pudesse ser ampliada essas questões consideradas como desafios. Até porque muitos alunos da licenciatura optam fazer concursos para outros municípios e estados, então o risco de serem selecionados para trabalhar em áreas conflagradas é possível. Assim, é preciso incluir alguns aspectos que precisam ser dialogados com mais frequência nas licenciaturas, que tenham o objetivo de sempre alertar o que pode ser acontecer, de como cada escola tem uma diversidade de alunos e acontecimentos, e que o professor precisa estar preparado para tudo, estando disposto a sempre se reinventar como educador.

Em minha experiência na Faculdade de Educação da UERJ, a prevalência das disciplinas referentes à Educação Infantil era, na minha época de graduação e ainda continua sendo, algo tão relevante no curso de Pedagogia a ponto de parecer que a área da educação só restringe ao ensino e cuidado das crianças pequenas. Raramente existem matérias que tratam sobre outros assuntos além da Educação Infantil, mesmo assim é passado muito pouco nos períodos de graduação, como é o exemplo do Ensino de Jovens e Adultos – EJA (SANTOS, 2018).

Apenas no 4º período da minha graduação teve uma única matéria que abordou algumas questões sobre a comunidade da Mangueira, que foi a disciplina de Didática lecionada na época pelo professor Guilherme Lemos no ano de 2016. A proposta dessa disciplina era ensinar aos alunos de pedagogia a regular o que deve ser dado como conteúdo, tratando das possibilidades da prática docente, nos diversos setores em que ela pode se dar, inclusive na sala de aula. A decisão do professor Guilherme Lemos em levar os alunos para a Mangueira partiu de uma questão sobre como era possível pensar a teoria dissociada à prática. Então, essa indagação o norteou a ter uma iniciativa de tentar aplicar tal teoria num contexto de realidade concreta, que no caso seria uma visita na Mangueira (SANTOS, 2018).

Diante disso, posso dizer que essa disciplina foi essencial para conseguir enxergar os diferentes mundos que, os futuros professores, precisamos observar e adequar a didática na sala de aula de acordo com o mundo dos alunos, como foi o exemplo da visita à Mangueira proposta em 2016. Mas, ao lembrar do restante das disciplinas, ao longo de minha graduação ouvi muitas críticas relacionadas ao grande número de disciplinas referentes à Educação Infantil na grade curricular do curso de Pedagogia, e poucas dedicadas a outros assuntos que poderiam ser relevantes também, como os impactos da dinâmica urbana e sobre as instituições de ensino. Ainda mais com essa realidade atual do Rio de Janeiro, de inúmeros índices de violência armada e os casos dos professores que passam por muitos problemas dentro das escolas, deveria ser mais dialogado com os alunos sobre esse grande problema (SANTOS, 2018).

Os próprios professores que aceitaram ser entrevistados durante as pesquisas para a construção deste trabalho, criticaram a ausência de preparação em suas formações para situações relacionados à violência. Todos são professores concursados e atuam em escolas públicas do Rio de Janeiro. E a elaboração de atividades aplicadas por eles em momentos de tensão, quando ocorre algum intenso tiroteio próximo a escola, é aprendida só na prática do dia a dia. Conforme diz a professora da Maré – Fogo Cruzado (32 anos – ensino fundamental I): “Nós professores não somos preparados ou formados para encarar esse tipo de situação. Acabamos aprendendo meio que no improviso mesmo, sabe?”

A professora comenta também na entrevista, sobre a carência de professores nas escolas de comunidades. Em sua fala, diz:

Lugares considerados de risco, como as comunidades, ainda são evitados por profissionais da área de educação. A maioria tem medo. Nós realmente não recebemos nenhum preparo para lidar com essa realidade [...] prestei concurso para Prefeitura do RJ sabendo que iria para o complexo da Maré, pois as vagas seriam direcionadas para lá, visto que a necessidade de professores na área da Maré era grande por conta do grande índice de violência. (Professora da Maré – Fogo Cruzado no ensino fundamental I, 32 anos)

Enfrentar todos esses desafios, após tomar posse de um concurso público, tão sonhado pelo professor, não é a expectativa de muitos. Dessa forma, por conta do aumento da violência que impulsionou os frequentes tiroteios próximos às escolas e a falta de conhecimento dos professores em primeiros socorros, a Cruz Vermelha Brasileira teve a iniciativa de criar um curso de treinamento que ensinasse aos professores como lidar com situações de riscos. Entre as reportagens jornalísticas que fizeram parte da construção desse trabalho, encontramos uma que relatava sobre o curso oferecido pela Cruz Vermelha Brasileira de capacitação para

professores que trabalhavam nessas áreas de risco de violência. A partir dessa informação extraída pelos jornais, despertou-me o interesse em aprofundar mais no assunto, no sentido de ir além das informações que as matérias jornalísticas revelavam.

### 2.3 O curso da Cruz Vermelha para os professores do Rio de Janeiro

Nos meses de junho e julho de 2018, procurei fazer uma incursão na sede principal da Cruz Vermelha, no centro do Rio de Janeiro, logo após ter sido aconselhada por minha orientadora. Durante minhas visitas nesse local tive a oportunidade de entrar em contato com dois setores: o Departamento Estadual de Primeiros Socorros e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV<sup>47</sup>. Ambos me passaram informações sobre o curso, denominado “Acesso mais seguro para serviços públicos essenciais”, inclusive disponibilizando materiais para leitura que eram de acesso livre com os resumos da proposta do curso de treinamento para professores. Assim, o objetivo do curso que foi oferecido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, era treinar os professores da rede municipal que trabalhavam em instituições escolares situadas em lugares de difícil acesso por conta da violência armada. Segundo fontes do Jornal Extra, publicado em 12 de julho de 2017, o curso tinha a pretensão de ensinar aos docentes como reagir em momentos de incêndio, catástrofe natural e, o mais comum no Rio, tiroteios.

Figura 9 – Manchete de Jornal

---

<sup>47</sup> O Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, foi fundado em 1863, e trabalha no mundo todo levando assistência humanitária às pessoas afetadas por conflitos e pela violência armada e para promover as leis que protegem as vítimas da guerra. Dados coletados no Web site do CICV. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/ocicv>>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.



Fonte: PROFESSORES, 2017.

Após o treinamento, os professores tinham a opção de repassar as instruções aos seus alunos a fim de reduzir os riscos de tragédias, como a morte de Maria Eduarda, estudante atingida por uma bala de arma de fogo dentro da Escola Municipal Daniel Piza, em Acari, no fim de março.<sup>48</sup> Este trabalho foi feito em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, com a intenção de diminuir a fragilidade de alunos e professores das 400 unidades em regiões consideradas violentas. A realização do treinamento ocorreu na Escola de Formação Professor Paulo Freire, no Centro do Rio.<sup>49</sup> Em 2018, os setores visitados haviam informado que naquele período em que visitava a instituição, o curso estava pausado até ordens superiores do Comitê Internacional autorizarem a sua retomada.

Recentemente, em agosto de 2021, durante a pandemia, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou uma nota em seu site oficial a respeito de uma renovação do acordo de cooperação que firmava a parceria da Secretaria Municipal de Educação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. A proposta segue da mesma forma, como foi implementado no ano de 2017, com o objetivo de orientar os professores a planejarem ações nas unidades escolares e nos territórios como forma de reduzir os riscos e de preservar vidas. O secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha, defende a responsabilidade do município em priorizar as

<sup>48</sup> Dados coletados pelo Jornal EXTRA e publicado na matéria *Professores do Rio aprendem com a Cruz Vermelha como proteger crianças de tiros*. Disponível em: <[https://extra.globo.com/noticias/educacao/professores-do-rio-aprendemcom-cruz-vermelha-como-protoger-criancas-de-tiros-21579122.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=Extra](https://extra.globo.com/noticias/educacao/professores-do-rio-aprendemcom-cruz-vermelha-como-protoger-criancas-de-tiros-21579122.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra)> Acesso em: 20 de março de 2018.

<sup>49</sup> Dados coletados pelo Jornal O DIA e publicado na matéria *Professor treina para atuar em área de risco*. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-11/professor-treina-para-atuar-emarea-de-risco.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-11/professor-treina-para-atuar-emarea-de-risco.html)> Acesso em: 26 de novembro de 2018.

vidas dos profissionais da educação e dos estudantes, preservando também, o processo de ensino e aprendizagem.<sup>50</sup>

O objetivo era capacitar os professores da rede Municipal do Rio de Janeiro a desenvolver comportamentos que devem ser tomados em risco de perigo. Segundo as informações disponíveis na grande mídia e no livreto que tive acesso, com orientações feitas pela Cruz Vermelha, o curso envolvia os seguintes aspectos: respirar fundo e manter a calma, identificar locais mais seguros dentro da escola que dê para se proteger, aprender a reconhecer os sinais de perigo, ficar longe das janelas, se abaixar e se arrastar até um local mais seguro, não ser curioso pra saber o que está ocorrendo no lado de fora, não pegar granadas ou balas abandonadas e aprender a ficar atento de quando um tiroteio pode acontecer.

Conforme o livreto “Acesso mais seguro para serviços públicos essenciais”<sup>51</sup>, disponibilizado pela instituição, o aumento das consequências humanitárias da violência armada levou o CICV a elaborar ações em especial para os cidadãos que moram em comunidades mais afetadas pela violência armada. Sendo assim, a formulação para o trabalho que oferece orientações seguras, não só para os professores, mas também para os cidadãos em geral, tem a intenção de promover intervenções que facilitem a minimização dos efeitos da violência armada no dia a dia da população.

Mesmo que o curso tenha atendido até a última realização somente professores de algumas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, seria ideal que mais para a frente impulsionasse mais na divulgação e incluísse na capacitação professores de outras redes. Nas entrevistas, por exemplo, de 13 professores, retirando os diretores, que aceitaram expor suas experiências, somente quatro ouviram falar sobre esse trabalho do Comitê Internacional da Cruz

Vermelha. Inclusive a professora do Vidigal (2018) se interessou e disse em sua fala: “Nunca ouvi falar sobre o curso da Cruz Vermelha. Acho que seria até uma boa eu procurar saber e indicar para os meus colegas de trabalho”. A partir dessa fala, é possível perceber o quanto um treinamento como esse faz falta para a formação desse profissional.

---

<sup>50</sup> Prefeitura do Rio de Janeiro. Educação renova acordo com Comitê Internacional da Cruz Vermelha para implantação do Acesso Mais Seguro em escolas. Disponível em: <https://prefeitura.rio/educacao/educacao-renovaacordo-com-comite-internacional-da-cruz-vermelha-para-implantacao-do-acesso-mais-seguro-em-escolas/>. Acesso em: 6 de janeiro de 2022.

<sup>51</sup> CRUZ VERMELHA. **Acesso mais seguro para serviços públicos essenciais**. Brasília, 2018. P. 6, 9, 10, 14, 18. Livreto elaborado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha com delegação regional para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Ao todo, apenas a diretora Kátia participou do curso. Inclusive ela comentou sobre a necessidade de sigilo da formação.

Esse curso é algo que não pode ser comentado. Ele tem um pacto de sigilo, porque este curso é usado quando a situação está realmente muito tensa em questão de violência. Só faziam quem era da área da saúde mesmo, mas resolveram trazer para os professores. Eu fui a única da unidade a fazer o curso. Nem tudo do curso pode ser comentado, porque as pessoas podem acreditar que é um curso de combate ao tráfico, ou seja, podem confundir achando que é um curso que se faz para dizer que os professores participando de algo com a polícia. Então, isso pode até botar a vida desses professores em risco.

Portanto, o agir nas formações dos profissionais da educação precisam ser repensadas imediatamente, propondo por intermédio das disciplinas trabalhadas nas licenciaturas uma aproximação mais eficaz entre a teoria e a prática. Para que mais atividades como o que o professor de didática fez com a nossa turma que despertem reflexões sobre a complexidade que envolve o trabalho docente com alunos que moram e estudam em favelas consideradas violentas. E incentivem os futuros profissionais a pensar as possibilidades de como se pode atuar em certos contextos de vulnerabilidade social, supondo saídas para a violência que tem assolado, principalmente, as escolas públicas nestas áreas.

### **3 AS MUDANÇAS PROVOCADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A VIOLÊNCIA ARMADA E O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM FAVELAS**

A chegada inesperada da pandemia devido ao novo coronavírus, causador da COVID19, no ano de 2020, gerou a necessidade de novas reflexões no curso da pesquisa de mestrado, visto que, para evitar a propagação do vírus, foi recomendado pelas autoridades sanitárias o isolamento social, acarretando, entre outras medidas, o fechamento provisório de diversos estabelecimentos e instituições, inclusive as de ensino.

Além das disciplinas e demais atividades acadêmicas do mestrado passarem a ser realizadas de maneira remota, a própria pesquisa sofreu impactos e teve que ser repensada, uma vez que alunos e professores das escolas públicas do Rio de Janeiro também tiveram que se afastar das unidades escolares e manter suas atividades remotas, por meio de recursos tecnológicos, durante aproximadamente um ano. Embora não fizesse parte dos objetivos iniciais da pesquisa, a pandemia não podia ser simplesmente ignorada e passei a refletir sobre seus efeitos em relação ao meu tema central. Dessa forma, decidi retomar o contato com todos os entrevistados anteriores, realizando uma segunda etapa de entrevistas para sondar os impactos que a pandemia trouxe para a atividade docente e o que mudou depois das interrupções das aulas presenciais em 2020 e a volta gradual delas em 2021, sem perder o foco na sua percepção sobre a violência armada nas áreas onde se situam as escolas.

A crise sanitária provocou a interrupção das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino, através do posicionamento dos governos municipais e estaduais, o que impactou, entre outros fatores, o calendário escolar, o acompanhamento e a aprendizagem dos alunos, os planejamentos pedagógicos e o trabalho em geral de muitos profissionais da educação. Por outro lado, para os docentes que antes vivenciavam interrupções de suas atividades devido aos confrontos armados nas regiões das escolas, com a suspensão das aulas presenciais eles ficaram protegidos deste tipo de interferência e da exposição ao perigo dos tiroteios, com exceção apenas daqueles que já moravam em favelas e periferias consideradas “áreas de risco”.

Assim, o impedimento das aulas presenciais deixou em suspenso os desafios antes enfrentados pelos profissionais da educação e seus alunos diante da violência armada em algumas favelas. Mas, ao pensarmos de outra perspectiva, novos desafios também surgiram diante da pandemia, dado que o professor também é um sujeito que vivencia dificuldades pessoais e pode passar por adoecimentos tanto físicos quanto emocionais. A sobrecarga de

trabalho e as pressões para a transposição do ensino presencial para o ensino remoto, muitas vezes sem receberem uma formação e recursos adequados para isso são alguns dos fatores que contribuíram para um possível mal-estar entre muitos docentes, como demonstra a fala de uma das entrevistadas abaixo.

O isolamento social não foi fácil para mim... Tive raiva, apatia, tédio, medo. Quando as aulas pararam, foi de repente. Nenhuma informação superior foi passada para nos orientar como seria esse processo das aulas remotas. A iniciativa meio que foi da gente mesmo, pois antes a gente já tinha uma plataforma chamada LACE, onde a gente colocava as atividades e quem tivesse dúvida era só entrar na plataforma Teams, que lá nós professores estaríamos pra poder tirar as dúvidas (...) Minha carga de trabalho com certeza foi maior nesse período, sem contar com a falta de respeito dos vizinhos que escutavam músicas altas, internet instável, tudo isso atrapalhava meu serviço em casa, e as reuniões (Professora da Maré – Nova Holanda do Ensino Fundamental II, idade não identificada).

Em relação à vida dos estudantes e de seus parentes e amigos que antes já moravam em áreas de vulnerabilidade social, a exposição ao risco de contaminação se tornou mais preocupante. Se, entre todas as orientações de prevenção ao coronavírus, uma delas aconselhava as pessoas a ter higiene constante com as mãos, através do uso de água e sabão, como poderiam manter essas recomendações em ambientes que apresentavam escassez de água, ausência de saneamento básico adequado e dificuldade de acesso a serviços públicos de saúde? São fatores como esses, em específico, que ocasionaram “uma preocupação surgida no início da pandemia, que passou a ocupar cada vez mais espaço na imprensa nacional, por conta do espalhamento do vírus em favelas e periferias do país.” (MAGALHÃES, 2020, p. 81).

Outra questão apontada por Magalhães (2020) é a inevitável proximidade entre pessoas que residem em localidades com elevada densidade populacional, com casas coladas umas às outras e sem o devido arejamento, muitas vezes acolhendo famílias numerosas. Esta situação conseqüentemente impossibilita seguir as recomendações de isolamento social, elevando os riscos de contágios entre os moradores de favelas e periferias. Dessa forma, como o próprio autor diz, a pandemia chegou para escancarar as desigualdades urbanas, que se sobrepõe mais ainda na vida dos moradores de favelas tornando seus cotidianos mais difíceis de serem vividos. Diante disso, os desafios aumentaram de forma que as condições de moradia apontam para maiores riscos à saúde e à vida de uma parcela significativa da população. Por conta disso, os próprios moradores, em parceria com movimentos sociais e organizações não-governamentais, se uniram para ajudar aqueles mais necessitados desses

cuidados durante esse período, com doações de álcool em gel, máscaras de proteção e cestas básicas.

Enquanto uma política de cuidado não parece surgir no horizonte da administração pública, os próprios moradores elaboram estratégias para encarar os efeitos da difusão do novo coronavírus em suas vidas [...] Essas iniciativas de solidariedade e ajuda mútua, embora não totalmente novas quando olhamos para a experiência histórica de moradores de favelas e periferias no Brasil, talvez esteja nos apontando para outros modos de existência, de produzir o comum, ao apostar numa mobilização cujo foco central é a defesa da vida. (MAGALHÃES, 2020, p. 84).

É evidente o quanto a inoperância do Estado prejudica o processo de luta pela permanência dessas vidas, ao não se atentar às maiores carências evidenciadas no momento para garantir mínimas condições alimentares e higiênicas, por exemplo. Até o processo de escolarização de muitos estudantes periféricos foi afetado, em primeiro lugar pela falta de acesso à internet, e, em segundo lugar, pela indisponibilidade de materiais didáticos distribuídos pelas escolas públicas que pudessem atender uma grande massa de alunos durante o período de ensino remoto. O rompimento do vínculo escolar e o aumento da evasão foram algumas das consequências mais dramáticas desse processo em relação à educação pública.

Em documento final produzido no Ciclo de Debates “Escola municipal, eleições e pandemia”, realizado virtualmente em 2020 pelo Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC/UERJ), pelo Núcleo de Estudos sobre Escola, Sociedade e Democracia (PUC-Rio) e pelo Grupo de Estudos Juventude, Escola, Trabalho e Território (JETT/UNIRIO), os pesquisadores Marcelo Burgos, Mônica Peregrino e Leticia de Luna Freire destacam:

O impacto da pandemia sobre o vínculo escolar não pode ser encarado apenas como algo momentâneo, que logo será superado, pois poderá aprofundar ainda mais a desigualdade no acesso à escola, na medida em que este passará a ser mediado por tecnologias digitais. O “tamanho” da margem social/escolar será dimensionado, agora, a partir das condições de acesso à internet (equipamentos disponíveis nas famílias, acesso à banda larga, etc.). Para além de garantir acesso às ferramentas do que tem sido chamado de ensino híbrido, o que já não seria fácil, também se deverá criar toda uma pedagogia e formas inovadoras que envolvam a família e outros atores sociais no uso dessas ferramentas. Além disso, será necessário criar métricas para monitorar a desigualdade nas novas formas de acesso à escola e, por conseguinte, às formas de evasão e infrequência escolar que delas decorrerão (BURGOS, PEREGRINO, FREIRE, 2020, p. 4).

A Agência Brasil revelou informações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), na matéria do dia 03 de dezembro de 2021, sobre o tempo aproximado em que as escolas do Rio de Janeiro suspenderam as aulas no ano de 2020. Segundo os dados estudados pela SIS, foram

somados 279, 4 dias, sendo incluídas 99,3% das escolas privadas e públicas do Rio de Janeiro. Outra informação é que o Brasil foi um dos países com mais registros de suspensões das aulas presenciais por conta da COVID 19, sendo a Região Nordeste a mais destacada da rede pública.

As aulas síncronas tiveram mais sucesso para as escolas privadas, dado que 69,8% foi a média das atividades pela internet nas escolas particulares, e nas públicas 35,5% (O GLOBO, 2021).<sup>52</sup>

### 3.1 O trabalho dos professores entrevistados pós-pandemia

O ano de 2020 foi marcado por inúmeras *lives*, permitindo aproximação aos debates relacionados sobre os impactos que a pandemia vinha trazendo em diversos aspectos, incluindo os mundos educacional e econômico. Uma dessas *lives* que eu tive a oportunidade de assistir abordava os prejuízos que a pandemia vinha trazendo para alunos de escolas públicas que residiam em áreas favelizadas. Organizada pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC), a *live* tinha como título “Operações Policiais e Pandemia: a luta de movimentos sociais contra a violência do Estado”<sup>53</sup> e contou com a participação de Patrícia Oliveira (ativista dos direitos humanos), Thainã de Medeiros (membro do Coletivo Papo Reto), e as pesquisadoras Natasha Neri (UFRJ) e Lucía Eilbaum (UFF).

A interrupção das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas trouxe nítidas desvantagens no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a fala de Thainã, ao pensarmos em alunos que estudam e moram em áreas que sofrem com tiroteios, é possível afirmar que os desafios antes vivenciados por eles permaneceram durante a pandemia, porém, de uma forma pior, já que estar em casa para alguns não significou estarem em segurança. Primeiramente porque em algumas regiões consideradas violentas, o risco de ser atingido por uma “bala perdida” não ocorre somente nas ruas, como já teve caso de criança ser atingida a caminho da escola, mas também pode acontecer dentro de casa. Como se não bastassem os tiroteios atrapalharem o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos, aulas remotas assistidas por alunos de determinadas localidades também poderiam ser interrompidas pelo

---

<sup>52</sup> Dados informados no site: <https://tecnologia.ig.com.br/2021-12-03/aceso-internet-desigualdade-escolas.html>

<sup>53</sup> Transmitido pelo canal do Youtube do InEAC, sendo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uiz1FjWXef8>

barulho de tiros. A mesma situação aconteceria com pessoas que precisassem trabalhar em casa ou assistir a reuniões remotas, como é o caso do professor da Cidade Alta e Santa Cruz (56 anos – Ensino Fundamental II, Ensino Médio e PEJA).

A violência continua existindo. Isso não impediu as aulas online. Uma vez eu estava assistindo reunião do grupo de pesquisa que eu participo de forma online, e eu me atrapalhei durante, quando eu participava, porque teve tiros na região onde eu moro. Graças a Deus não aconteceu nada de ruim. Mas é um constrangimento você estar em uma reunião e isso acontecer (Professor da Cidade Alta e Santa Cruz do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e PEJA, 56 anos).

A segunda possibilidade seria a falta de acesso à internet, que gerou desigualdade no ensino e na aprendizagem, afetando a maioria dos estudantes de escolas públicas municipais e estaduais. Por mais que nossa sociedade seja atualmente mais atendida nas questões tecnológicas, não podemos generalizar que todos tenham equipamentos eletrônicos, como computador, tablet ou telefone celular, muito menos acesso à internet adequada. Tal restrição impossibilitou a aprendizagem de muitos alunos das redes públicas de ensino e o trabalho dos professores que se sentiram perdidos e expostos aos novos desafios.

A seguir são apresentados relatos de dois professores entrevistados como exemplos de frustração com a experiência das aulas remotas.

Nós, professores, não conseguimos dar aula. Muitas crianças não tiveram acesso à internet. A gente ainda tentou dar as atividades na escola para eles pegarem, mas não iam. Eu fico pensando nas crianças que iriam ser alfabetizadas. Infelizmente foi um ano perdido. E esse ano de novo. Eu já tô cansada e apreensiva. Eu não vejo mais significado com o que tô fazendo com meus alunos nessa pandemia (...) Ano passado eu quase entrei em depressão. Porque eu sou aquelas professoras que gostam de ver os alunos aprendendo, e com as aulas remotas eu não vi isso. Eu dava aula no *meet*, e de 31 alunos, só apareciam 2. Ver seu trabalho não tendo sucesso, é horrível (Professora do Complexo do Lins da Educação Infantil, Ensinos fundamentais I e II, idade não identificada).

Com a interrupção das aulas por conta das medidas preventivas contra o coronavírus, foi impossível ter muita interação com os alunos, por várias questões. Eu envio toda semana um material complementar, mais uma atividade que eu mesmo faço com lista de exercícios. Ou passo algum vídeo. A maior dificuldade que venho encontrando nesse período de aulas remotas é a falta de condições dos alunos em poder ter uma internet de qualidade, e por conta disso, na maioria das vezes eles não consegue pegar as atividades, gerando uma falta de retorno. Me sinto incapaz porque infelizmente é um problema que nós professores não podemos resolver. No começo eu estava na mesma situação, não tinha celular, nem computador com câmera. Tive que comprar correndo pra poder continuar dando aula (Professor de Manguinhos do Ensino Fundamental I, 30 anos).

A terceira e última possibilidade seria a própria situação de vulnerabilidade social, que não daria abertura para a continuação dos estudos em casa, uma vez que algumas crianças não possuem espaços adequados dentro de suas moradias para estudar, sem contar a

responsabilização no cuidado de irmãos e dos lares. Por conta disso, o prosseguimento do ensino e da aprendizagem acaba se tornando mais dificultoso, conforme foi mencionado pela professora da rede municipal e pesquisadora Luciane Souza na mesa “Escola, violência(in)segurança pública: desafios para o vínculo escolar”, no ciclo de debates *online* “Escola municipal, eleições e pandemia”, mencionado anteriormente<sup>54</sup>

Já no caso dos docentes, sua carga de trabalho aumentou consideravelmente e foi preciso que reinventassem suas didáticas, criando estratégias próprias para o prosseguimento de seus trabalhos diante dos imprevistos citados anteriormente, sem que recebessem algum tipo de formação específica que os ajudassem a realizar ações mais formalizadas e capacitadas no formato online. Dentre os aspectos negativos gerados pela obrigatoriedade das aulas remotas, temos as dificuldades na utilização de recursos tecnológicos sem capacitação, a falta de equipamentos apropriados, a desigualdade no acesso à internet de seus alunos e a dificuldade de acompanhar reuniões pedagógicas e *lives*.

Como nós sabemos, tudo é muito novo. Não estávamos preparados para um evento de grande porte desse como a pandemia. A secretaria Municipal de Educação começou a buscar um caminho. Porque inicialmente pensávamos que seria uma parada de 15 dias, mas foi se estendendo. Na direção eu realizei oito reuniões pedagógicas online. Com registro em ata, com participação dos funcionários, justamente para manter vínculos com os servidores. Para que eles não pudessem se perder. Estavam todo mundo muito perdido. Pensávamos o que poderíamos fazer, como fazer, que crianças atender... Será que as aulas voltam? E se não voltar? Então, a secretaria envolveu todos no trabalho remoto. Atividades online. Tudo foi se encaminhando muito devagar, ainda com pouca organização. Então, foram se fazendo alternativas para se chegar até os alunos (Diretora de escola em Costa Barros, 45 anos).

Além disso, havia o impacto destas condições de trabalho e do próprio isolamento social na saúde mental, que se somava aos aspectos apresentados. Em outra *live*, dessa vez transmitida pela rede social Facebook, intitulada “Os desafios para docência no contexto da COVID-19”<sup>55</sup>, a palestrante Andreia Serpa (professora da Faculdade de Educação da UFF) comentou sobre sua sensibilidade sobre a vida dos professores. Tal sentimento fez com que ela conversasse com diversos docentes do Rio de Janeiro, como forma de acolhimento. Segundo Andreia, “o professor precisa ser muito escutado, porém, quase sempre as gestões públicas não estão dispostas a ouvi-lo”.

Mais adiante ela incrementou sua fala com o assunto que eu pesquiso, quando disse que quando as aulas são interrompidas pelos tiroteios, que geralmente são dias seguidos, e que

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DK0s0-7oUO8&t=1685s>

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/377169659464572/videos/253732509115239>

quando finalmente voltam, existe a possibilidade de os professores serem surpreendidos e encontrarem a escola coberta de marcas de tiros. Em seguida, afirma a tristeza de toda a comunidade escolar, que, depois de tantos dias sem aula, de uma hora para outra a pandemia chega evidenciando os verdadeiros abismos que estavam sendo escondidos há muito tempo, quando se trata da desigualdade, a falta de assistência adequada a essas escolas, como é o exemplo da segurança e dos recursos.

Dessa vez, o espaço que deve ser de convivência humana passa a ser ameaçado por outro inimigo que esvazia o local através da exigência do ensino remoto, afetando sobretudo a juventude e o trabalho pedagógico. Diante disso, é possível nos aproximar da ideia em que pandemia chegou para escancarar o que os professores estão dizendo há anos sobre a desigualdade, as más condições de trabalho e a falta de segurança nas escolas. Afinal, não foi a pandemia que inventou a exclusão. Para Luciane Souza, professora citada anteriormente, a melhor sugestão para isso tudo seria realizar planejamentos específicos para cada escola, como forma de melhorar o atendimento aos alunos, através de avaliações diagnósticas que observassem como é feito esse trabalho remoto e o que é preciso fazer para avaliar esse aluno.

### **3.2 A violência armada nas favelas em meio à pandemia da COVID-19**

Em uma matéria publicada pelo jornal O Globo em abril de 2020 (TORRES e CALLEGARI, 2020)<sup>56</sup>, no início da exigência do isolamento social no estado do Rio de Janeiro, foi registrado o impedimento de voluntários fazerem seus trabalhos habituais para o combate ao coronavírus no Complexo do Alemão. Segundo as informações da matéria, houve um confronto armado entre policiais e traficantes na região da Fazendinha, no Complexo do Alemão na Zona Norte do Rio, desde às 7 horas da manhã, que impossibilitou os voluntários realizarem suas ações solidárias no dia, tendo assim que adiarem as doações de cestas básicas aos moradores necessitados.

Esse impedimento atrasou as atividades. Os voluntários criticaram a ineficiência do trabalho dos agentes da segurança pública nas favelas em meio a pandemia. Inclusive, um dos entrevistados desejou que tais atos pudessem ser repensados de forma humanitária, dada a gravidade do momento pandêmico, e realizar intervenções que gerassem violência e morte

---

<sup>56</sup> TORRES, Ana C. CALLEGARI, Carolina. Tiroteio no Alemão impede que voluntários do combate ao coronavírus saiam de casa, diz ativista. O Globo. Rio de Janeiro, 27 de Abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tiroteio-no-alemao-impede-que-voluntarios-do-combate-ao-coronavirus-saiam-decasa-diz-ativista-24395800>. Acesso em: 30 de Abril de 2020.

seria um ato de muita irresponsabilidade contra a vida das pessoas que estão ou vivem na região.

Adiante afirmou a falta de esperança em relação à redução dos confrontos armados. Ainda sobre a matéria de Torres e Callegari (2020), também foi exposta a indignação de alguns moradores a respeito do medo em conjunto que sentiam a todo tempo por conta da circulação do vírus e da existência dos tiroteios que eles já estavam “habituaados” a conviver no dia a dia, mas cujo risco neles implicados nunca seria naturalizado. "Já não basta estarmos vivendo em estado de pavor com nosso inimigo invisível Covid-19. Agora temos que estar com o inimigo que sempre está visível em nosso dia a dia", disse um dos entrevistados, cujo nome não foi mencionado pelo jornal, indignado com a situação atual daquele mês de abril de 2020.

Outras coberturas jornalísticas registraram episódios de tiroteios em outras favelas durante a pandemia. As disputas de território por facções distintas que antes eram frequentes em algumas regiões, continuavam perpetuando. Na matéria do Extra, no dia 05 de abril de 2020, de autoria de Soares (2020), dizia que, logo no início do fechamento dos estabelecimentos e instituições, quando o Governador Wilson Witzel anunciou as medidas restritivas para circulação de pessoas na cidade do Rio de Janeiro, as disputas por territórios atingiram em média nove favelas nas Zonas Norte e Oeste da capital, na Baixada Fluminense e no Norte Fluminense.<sup>57</sup>

Dessa vez, a briga foi entre traficantes e milicianos que buscavam dominar os Morros do Dezoito e do Saçu, em Quintino, na Zona Norte. Não é de hoje que milicianos também tentam comandar algumas favelas, o que continua possibilitando a venda de drogas, desde que os comerciantes paguem um “pedágio”. Nesse caso, tentar retomar o controle dos morros foi uma alternativa para os traficantes tentarem derrubar o comando dos milicianos, e acabarem com essa política de autorização para vender drogas. (SOARES, 2020).

Portanto, ao relembrarmos a fala do morador que reprovava a convivência dos perigos dos tiroteios e do coronavírus ao mesmo tempo, isso só comprova o quanto os moradores de favelas e periferias são afetados pela falta de eficiência das ações governamentais, que vai se encaminhando para uma política de precarização. A escassez de assistência adequada se

---

<sup>57</sup> SOARES, Rafael. Tráfico e milícia disputam favelas no Rio em meio à pandemia de Corona Vírus. *Jornal Extra*. Rio de Janeiro, 05 de Abril de 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-miliciadisputam-favelas-no-rio-em-meio-pandemia-de-coronavirus-24350795.html>> Acesso em: 10 de Abril de 2020.

acumula de forma negativa ao se juntar com os impactos que a violência urbana proporciona em um caminho para a exposição à morte (MAGALHÃES, 2020).

### 3.3 As ações do STF e a ADPF das favelas

Apesar do número de tiroteios e mortes causadas por operações policiais terem sido reduzidas no início da pandemia no Rio de Janeiro, conforme registrado pelo Diário do Rio na matéria do dia 10 de abril de 2020<sup>58</sup>, as medidas de isolamento social não impediram que as operações policiais parassem de provocar violência em algumas favelas. Segundo informações do Observatório de Segurança do Rio de Janeiro, mencionado por esse mesmo jornal, os primeiros 15 dias de março de 2020 tiveram cerca de 58 operações policiais. Após a necessidade do isolamento social, houve uma redução das operações nas favelas, caindo mais de 70%.

Assim, a demanda de movimentos sociais ligados às favelas e organizações de defesa dos direitos humanos incentivaram a instauração de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que ficou conhecida como “ADPF das Favelas”.<sup>59</sup> De acordo com o blog Conectas Direitos Humanos (2020), tal ação foi proposta por movimentos sociais juntamente com o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A “ADPF das favelas” tinha como objetivo cobrar medidas jurídicas sobre as graves consequências ocasionadas pela política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, desrespeitando um dos direitos mais básicos dos cidadãos, que é o direito à vida. Além disso, também defende novas medidas de atuação policial dentro das favelas, a fim de diminuir a as taxas de letalidade que se somam aos problemas sanitários.

No mesmo ano, essa situação se tornou objeto de debate em uma histórica audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), pois, com a criação da ADPF, o ministro Edson Fachin decidiu atender o pedido do coletivo soltando uma decisão liminar no dia 05 de junho de 2020, que daria início a uma votação sobre a exigência de suspender as operações policiais

---

<sup>58</sup> Reportagem escrita por Altair Alves e disponível em: <<https://diariodorio.com/rio-registra-menos-tiroteios-emortes-durante-periodo-de-isolamento-social/>>

<sup>59</sup> Conectas direitos humanos. Disponível em: <[https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-quelevaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio#:~:text=A%20ADPF%20635%20\(Argui%C3%A7%C3%A3o%20de,Mar%C3%A9%2C%20Conectas%20D%20ireitos%20Humanos%2C%20Movimento%20](https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-quelevaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio#:~:text=A%20ADPF%20635%20(Argui%C3%A7%C3%A3o%20de,Mar%C3%A9%2C%20Conectas%20D%20ireitos%20Humanos%2C%20Movimento%20)>

em favelas do Rio de Janeiro até o final da pandemia, exceto em “hipóteses absolutamente excepcionais”<sup>60</sup>, mediante um documento justificando a necessidade do ato.

A primeira decisão foi favorável e os registros das operações policiais e a quantidade de feridos e mortos causada por essa atividade caíram para 75,5% no período em que a lei estava em vigência, comparando com outros anos. Com o passar dos dias, pesquisadores e integrantes de organizações de direitos humanos passaram a apoiar a medida, mas o então comandante da PM opinou ao contrário, alegando que a restrição às operações policiais nas favelas geraria um salto no aumento da criminalidade nessas regiões.<sup>61</sup>

As falas contrárias não influenciaram na votação, dado que, no dia 05 de agosto do mesmo ano segundo o jornal G1 Rio, a conclusão do julgamento definiu que as operações realmente deveriam ser suspensas durante o período de crise sanitária e incluiu que, caso a ordem fosse descumprida sem justificativa e autorização, o Governo do Estado poderia responder por responsabilidade civil e criminal.<sup>62</sup> Também foram determinadas condições que: restringiam a utilização de helicópteros em confrontos diretos, criação de medidas que verificassem com mais cuidado vestígios de crimes e melhores cuidados com escolas e hospitais.<sup>63</sup>

Entretanto, conforme os meses foram passando, as operações policiais foram se intensificando sem uma justificativa legal das ações, conforme fora exigido na decisão do STF. Em novembro de 2020, a redação do jornal independente Brasil de Fato publicou uma matéria em que mencionava a cobrança feita pelo ministro Edson Fachin por explicações do Governo do Estado do Rio de Janeiro sobre o descumprimento da liminar, dado que o número de mortes em favelas em outubro daquele ano aumentou.<sup>64</sup>

Ainda de acordo com informações dadas pelo jornal Brasil de Fato, a exigência da explicação iniciou no dia 26 de novembro de 2020 e teve o prazo de cinco dias para apresentação no STF, incluindo investigações que deveriam ser feitas pelo Ministério Público (MP-RJ) a respeito das mortes que aconteceram durante os confrontos. Um dos principais motivos pela busca por melhores esclarecimentos surgiu depois da nota emitida pelo Instituto

---

<sup>60</sup> Fala de Edson Fachin, a qual ele não exemplifica quais seriam especificamente quais hipóteses.

<sup>61</sup> Mais informações no portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/26/stfdecide-nessa-sexta-sobre-restricoes-a-operacoes-policiais-no-rj-durante-a-pandemia-estudo-indica-diminuicao-de-mortes.ghtml>.

<sup>62</sup> Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/05/stf-mantem-proibicao-deacoes-policiais-em-favelas-do-rj-durante-a-pandemia-de-covid.ghtml>.

<sup>63</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=449833&ori=1>

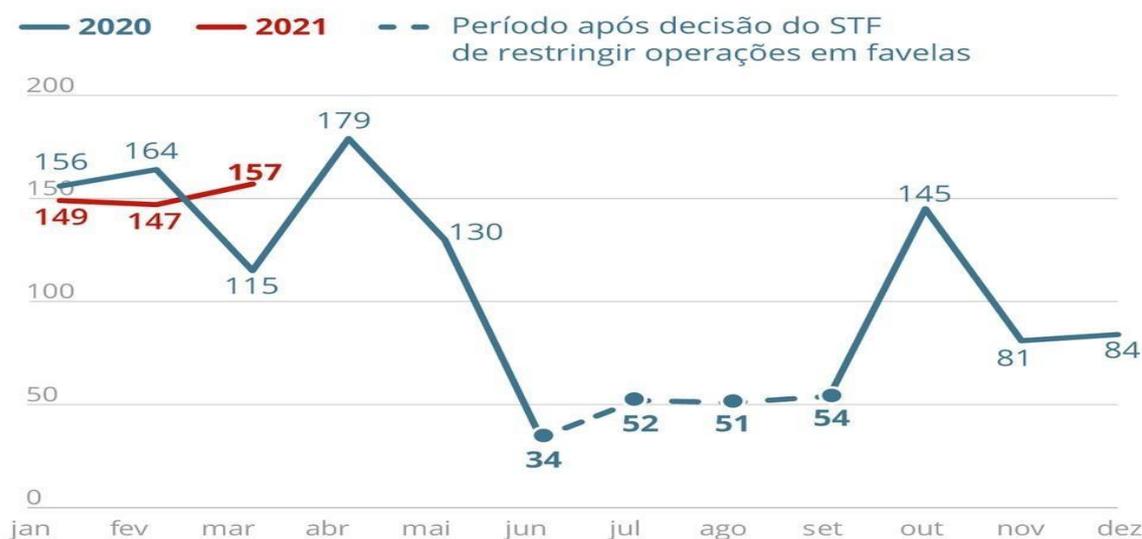
<sup>64</sup> Matéria completa em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/26/stf-pede-que-governo-do-rj-expliqueoperacoes-policiais-em-favelas-apos-proibicao>.

de Segurança Pública (ISP), na qual o órgão divulgou dados que comprovavam um aumento significativo das taxas de letalidade, depois de quase 6 meses em redução.

Figura 10 – Gráfico

## Mortes causadas por policiais no RJ

Dados registram queda expressiva após decisão do STF e retomada do aumento em outubro



Infográfico elaborado em: 07/05/2021

Fonte: BARREIRA e CARVALHO, 2021.

Os representantes da segurança pública responderam que houve uma preocupação com o fortalecimento das facções criminosas e milícias durante o período de suspensão das operações. Esses mesmos representantes defenderam que seria preciso colocar em pauta a necessidade do trabalho policial nas ruas durante o período da pandemia. Os comandantes das polícias Militar e Civil deram exemplo de situações em que são exigidas a ação policial imediata, como forma de convencer que continuasse as operações. Diante das justificativas expostas, novas discussões surgiram para repensar o trabalho da polícia nas favelas no período de isolamento social.<sup>65</sup>

Um mês depois, já no início de 2021, mais uma vez foi aberta uma reunião para diálogo e busca de alternativas para diminuir a letalidade policial. As informações escritas por Ana Pompeu, do Jota Info, citaram a iniciativa de Fachin em promover uma audiência

<sup>65</sup> Mais informações em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/10/fachin-e-aras-discutem-nestasexta-feira-limitacao-de-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio.ghhtml>.

pública, na qual os interessados poderiam se inscrever até o final de janeiro. O objetivo da audiência seria promover novas discussões para identificação de um plano de redução da letalidade policial. Mas, para isso acontecer, primeiro aconteceria a seleção dos participantes, para depois organizarem data e metodologia do encontro.<sup>66</sup>

Por fim, a audiência pública do STF somente aconteceu nos dias 16 e 19 de abril de 2021, na parte da tarde, pelo canal do Supremo Tribunal Federal no Youtube, contando com a participação de 66 pessoas, entre representantes de movimentos sociais, de organizações de direitos humanos e vítimas da violência armada. No debate transmitido ao vivo foram discutidos temas como: a melhoria do treinamento policial, o enfrentamento do racismo estrutural, a elaboração de protocolos com parâmetros nacionais e internacionais e a participação da sociedade civil.<sup>67</sup> Poucas semanas depois da audiência, houve uma operação policial no Jacarezinho, uma das favelas consideradas mais violentas no Rio de Janeiro, o que resultou na morte de nada menos que 29 pessoas, algumas delas no interior de residências.

A irresponsabilidade da ação escancarou-se a partir do momento que a pandemia evidenciou mais ainda a deficiência do Estado na garantia dos direitos à saúde e à segurança dos moradores de favelas e periferias, mas também do direito à educação de crianças e jovens que, se antes já ficavam expostas a tiroteios e perdiam aulas nas escolas, ficariam ainda mais vulneráveis aos riscos da violência armada. Isso comprova a falta de respeito com os professores e o restante da comunidade escolar. Para muitos docentes, é um sonho se tornar servidor público. O máximo era ter um trabalho de qualidade e a educação ser mais valorizada como um serviço público essencial, assim como a segurança e a saúde também são fundamentais.

Concluo este capítulo reproduzindo a fala de um professor entrevistado na primeira etapa da pesquisa, na qual destaca a importância de se valorizar os serviços públicos e da escola pública, em particular, para a inclusão social.

Eu acho que é um problema que vem de 30 anos, que percorre por vários ambientes e um deles é o saber usar o público, né? Saber valorizar o público, porque o único lugar que se tem inclusão é na escola pública. Escola particular, por natureza, já é exclusiva, ela não é inclusiva. Acho que é mais uma questão de consciência, enquanto não houver consciência não adianta representação política, professor, educação... E consciência você precisa ter uma certa liberdade para construir ela, precisa de um certo tempo, de uma geração de 20 anos para se ter resultado. Tem

---

<sup>66</sup><https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-abre-inscricoes-para-audiencia-publica-sobre-operacoes-policiais-norj-11012021>

<sup>67</sup> Primeira e segunda audiência pública promovida pela STF nos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=rf3x9u6QQ5Ye> e <https://www.youtube.com/watch?v=20MabrqGCQ0>.

que ter paciência e inteligência na hora do uso, mas há um projeto de desconstrução do serviço público, da escola pública que já não é de agora e a maior parte dos professores estão cansados, de saco cheio, não querem que seus filhos virem professores, não botam seus filhos em escola pública, então é um conceito que tem que ser trabalhado, sem culpa mas com responsabilidade. Tem muito debate ainda, muita coisa a ser desconstruída (Professor da Maré – vila do João e Salsa do Ensino Fundamental I, 42 anos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lembrar a trajetória dessa pesquisa, realizada em parceria com minha orientadora, desde quando a iniciei no final do curso de graduação de Pedagogia até a sua reelaboração e aprofundamento no mestrado, tenho a sensação de dever cumprido. Mesmo assim ainda sinto que o trabalho não termina aqui e que devemos ouvir mais os professores que trabalham em regiões vulneráveis à violência armada.

O desejo de compreender um pouco melhor essa problemática começou logo após a morte da estudante Maria Eduarda, baleada no interior de uma escola pública em Acari, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Aquela situação me despertou o interesse em entender o que estava acontecendo com as escolas em algumas favelas no Rio de Janeiro. Sendo assim, a experiência de pesquisa e o contato com os professores que vivenciavam a violência armada a partir de seus locais de trabalho foram muito enriquecedores na construção desse trabalho. É importante ressaltar que a escuta nas entrevistas foi um elemento importante, não deixando passar nenhuma informação ou sentimento. Eram perceptíveis o amor e a dedicação que todos manifestavam pela profissão no magistério, do mesmo modo que eram explícitas enormes dificuldades a serem superadas.

A realidade deles se aproximava com os fatos que eram expostos nas mídias. E para entender melhor os efeitos que a violência armada trazia para as escolas, foi necessário recorrer a materiais que explicassem os conceitos de segregação residencial e efeito vizinhança. Da mesma forma, a análise das entrevistas realizadas com os profissionais de educação foi necessária para elucidar sua perspectiva sobre o tema, assim como os desafios por eles enfrentados em sua prática cotidiana nas escolas públicas. As narrativas dos professores ajudaram a trazer uma discussão sobre a relação entre a violência armada, sobretudo os tiroteios, e as instituições públicas escolares localizadas em favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Infelizmente a questão dos tiroteios é um problema crônico, visto que a geografia dos grupos armados mostra que o problema se alastrou por toda a cidade. Dessa forma, é importante ressaltar que a violência armada não é um fenômeno intrínseco às favelas, mas que tem aparecido, com mais frequência, em alguns assentamentos urbanos populares em função principalmente pela deficitária regulação e incorporação desses espaços à cidade por meio de políticas e serviços públicos. São, por sua vez, também nestes espaços onde mais se

proliferam movimentos sociais de luta pelo reconhecimento dos direitos de suas populações, de resistência cultural e enfrentamento à violência do Estado.

Em relação as escolas públicas localizadas nesses espaços, não podemos naturalizar que essas instituições, e nem qualquer outro lugar, estejam sujeitas cotidianamente à violência armada, como se isso fosse “um mal necessário”. De certa forma, as escolas seguem funcionando como podem e os professores que entrevistei seguem trabalhando em condições extremamente complexas, elaborando estratégias individuais e precárias para protegerem seu trabalho, seus alunos e si mesmos dos tiroteios. Sendo assim, é preocupante uma instituição escolar estar a mercê da violência armada, pois não adianta somente tentar desviar o problema dentro das escolas, encontrando maneiras para se protegerem. É necessário que haja políticas públicas efetivas que preservem a segurança dos moradores e da comunidade escolar.

A educação é um direito humano que busca assegurar à dignidade de todas as pessoas. Na Constituição de 1988, a educação é um direito social, que deve caminhar junto com a saúde, o lazer e o trabalho, entre outros. Sendo assim, é dever do Estado garantir o direito à educação de todas as crianças e adolescentes, independente de onde residem, promovendo políticas públicas para que os direitos sociais se efetivem (PIDHDD, 2005).<sup>68</sup>

Porém, essa dissertação revela os imensos desafios existentes para a garantia desses direitos para as populações das favelas. Há uma forte desvalorização da educação pública pelo Estado, sobretudo do trabalho do professor, e para contrapô-la, precisamos reforçar a escola como uma instituição fundamental para a proteção social de crianças e jovens e incluir a comunidade escolar nos debates sobre segurança pública.

Considero que os resultados da pesquisa, apresentados nos três capítulos anteriores, fornecem um quadro analítico geral acerca da relação entre violência armada e escola pública, priorizando a perspectiva e as experiências dos professores, e, assim, contribuindo para esse movimento de valorização da educação e dos educadores.

Procurei mostrar, num primeiro momento, a importância de se compreender historicamente o problema da violência armada no Rio de Janeiro relacionada ao tráfico de drogas, dos anos 1970 até os dias atuais, e a forma como os grandes jornais e o poder público tratam os seus impactos sobre o ambiente escolar, a fim de revelar a construção social da narrativa de “guerra ao crime” nas favelas cariocas e desnaturalizar os tiroteios e as mortes hoje existentes em algumas áreas da cidade.

---

<sup>68</sup> Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD)

A análise das entrevistas trouxe, num segundo momento, a voz dos professores e pôde favorecer um olhar mais para dentro das escolas, permitindo conhecer as experiências e as angústias cotidianas de seu trabalho frente à iminente ameaça de tiroteios, mas também as estratégias educativas que utilizam para tentar amenizar as situações de medo e estresse na sala de aula durante confrontos armados nos arredores das escolas, buscando “distrair” as crianças com atividades lúdicas. Como procurei mostrar, não há muita formalização nos procedimentos adotados para proteger a comunidade escolar dos tiroteios, mas a necessidade de um constante

“jogo de cintura” dos profissionais e uma reinvenção dos modos de trabalhar.

A pandemia da COVID-19 trouxe, por sua vez, outras variáveis frente ao problema da violência armada e levou as escolas públicas a suspenderem suas atividades presenciais durante aproximadamente um ano. Se, por um lado, as restrições sanitárias deixaram os professores menos expostos aos tiroteios nas áreas onde se situam as unidades escolares; por outro lado, os alunos das favelas se viram ainda mais expostos aos riscos da violência armada com a interrupção das aulas presenciais, fazendo com que o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenasse a restrição das operações policiais durante o período mais crítico da pandemia. No mundo virtual, foram muitos os desafios enfrentados pelos professores para garantirem a continuidade de seu trabalho pedagógico e pelos alunos para seguirem com a escolarização. Entre tantas restrições à circulação e à aglomeração, as novas entrevistas *online* com professores, as *lives* e os eventos na internet tornaram-se fontes de pesquisa importantes na compreensão dos debates sobre violência armada e educação no contexto da pandemia.

Finalmente, creio que os objetivos dessa dissertação foram atingidos e espero que ela possa ensejar muitas outras pesquisas sobre o tema. A busca pelo conhecimento nessa área me proporcionou um olhar mais crítico para a formação de professores, que precisa incluir o debate sobre isso que tem assombrado muitas escolas públicas do Rio de Janeiro, e também para a necessidade urgente de o poder público assumir a segurança pública e a educação como prioridades, construindo políticas articuladas e pautadas pela defesa dos direitos humanos.

Como professora da educação básica no município de Teresópolis, tenho empatia por todos os docentes que entrevistei, e por todos aqueles que continuam enfrentando a violência armada no cotidiano das escolas em que trabalham. Muitos estudam durante anos para passar em um concurso público e, após serem convocados, são selecionados para trabalhar em escolas que podem ser muito diferentes de sua realidade, inclusive em áreas onde os tiroteios são frequentes.

Concluo essa dissertação trazendo uma crítica construtiva sobre o curso de pedagogia, ou qualquer outro que envolva a formação de professores, que, a meu ver, geralmente não abordam questões como as que foram aqui tratadas. Penso que é necessário que tais cursos conversem mais com os futuros pedagogos e professores sobre a realidade das escolas públicas do Rio de Janeiro, sem naturalizar o problema da violência armada ou individualizar as soluções, mas proporcionar o desenvolvimento de uma reflexão crítica dos estudantes sobre estas questões, por exemplo por meio de seminários, rodas de conversas, trocas de experiências, estudo de jornais e materiais bibliográficos. Por fim, creio que essa pesquisa colabora para esse movimento reflexivo e pode incentivar outros profissionais da educação a realizarem novos estudos sobre o tema, cuja relevância acadêmica e social é inegável.

## REFERÊNCIAS

ADOLESCENTE morre baleada dentro de escola no Rio; motoristas são atacados durante protesto. **Jornal G1**, 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/adolescente-morre-baleado-dentro-de-escola-na-zona-norte-do-rio.ghml>> Acesso em: 14 jan. 2018.

ALFANO, Bruno. Para de atirar na gente', pede criança do Complexo do Alemão em cartinha. **Jornal Extra**, 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/educacao/para-de-atirar-nagente-pede-crianca-do-complexo-do-alemao-em-cartinha-21431114.html>> Acesso em: 06 maio 2018.

ALMEIDA, Karina Riehl Souza. **UPPs e educação – possíveis impactos da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora na segregação escolar**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

ALUNOS da rede pública têm metade do acesso à internet que os da particular. **O Globo**, 30 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2021-12-03/acesso-internetdesigualdade-escolas.html>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ALVES, Altair. Rio registra menos tiroteios e mortes durante período de isolamento social. **Diário do Rio**. Rio de Janeiro, 10 de Abril de 2020. Disponível em: <<https://diariodorio.com/rio-registra-menos-tiroteios-e-mortes-durante-periodo-de-isolamentosocial/>> Acesso em: 10 abr. 2020.

ALVES, Raoni. STF decide nessa sexta sobre restrições a operações policiais no RJ durante a pandemia; estudo indica diminuição de mortes. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/26/stf-decide-nessasexta-sobre-restricoes-a-operacoes-policiais-no-rj-durante-a-pandemia-estudo-indicadiminuicao-de-mortes.ghml>> Acesso em: 01 ago. 2020.

ANTUNES, Thiago. Professor treina para atuar em área de risco. **Jornal O dia**, 11 de julho de 2017. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-11/professortreina-para-atuar-em-area-de-risco.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-11/professortreina-para-atuar-em-area-de-risco.html)> Acesso em: 26 nov. 2018.

“A IMPORTÂNCIA da pintura para as crianças ”Disponível em: <<http://www.posunifae.com.br/a-importancia-da-pintura-para-as-criancas/noticia/827>> Acesso em: 16 nov. 2018.

APLICATIVO vai monitorar escolas fechadas pela violência no Rio. **Jornal G1**, 30 jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/aplicativo-vai-monitorarescolas-fechadas-pela-violencia-no-rio.ghml>> Acesso 19 ago 2018..

ASHCROFT, Patrick. **A história da polícia militar do Rio de Janeiro parte II: a ditadura à guerra às drogas**. Rio de Janeiro, 10 de março de 2014. Rio OnWatch. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10480>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ATUAÇÃO da Pedagogia das Emergências. Disponível em: <http://pedagogiademergencia.org/Pagina/Exibir/2e3171b4-c757-4d70-be78a9532f5fae42#atuacao-no-brasil>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BARBOSA, Vivaldo. **Leonel Brizola e as favelas do Rio**. Wiki Favelas. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Leonel\\_Brizola\\_e\\_as\\_favelas\\_do\\_Rio](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Leonel_Brizola_e_as_favelas_do_Rio). Acesso em: 12 jul. 2021.

BARREIRA, Gabriel; CARVALHO, Barbara. Rj teve ao menos 944 mortos em ações policiais desde que STF restringiu operações em favelas. **Jornal G1**, Rio de Janeiro, 07 de maio de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/07/rj-teve-ao-menos-944-mortos-em-acao-policial-desde-que-stf-restringiu-operacoes-em-favelas.ghtml>> Acesso em: 13 julho 2021.

BURGOS, Marcelo Baumann. Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito favela”. In: PAIVA, Angela Randolpho; BURGOS, Marcelo Baumann (orgs). **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009. p. 59-132.

BURGOS, Marcelo et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 11, p. 49-98, ago/dez, 2011.

BURGOS, Marcelo; PEREGRINO, Mônica; FREIRE, Leticia de Luna. **Desafios para o vínculo escolar em tempos de pandemia**. Convite ao debate. (Documento final do Ciclo de Debates Escola Municipal, Eleições e Pandemia, 8 páginas), 2020.

CARNEIRO, Júlia Dias. Intervenção federal pretende trazer criminalidade no Rio a 'patamares suportáveis', diz porta-voz do Exército. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 12 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44060608>. Acesso em: 12 julho 2021.

CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. **Relatoria nacional para o direito humano à educação (BRASIL)**. Violação dos direitos educativos da comunidade do complexo Alemão. Relatório. Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Bárbara. Mães de Crianças mortas no RJ protestam no Palácio Guanabara. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2019. Disponível em: <[https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/26/maes-de-criancas-mortas-no-rj-protestam-no-palacioguanabara.ghtml?fbclid=IwAR1s3Xf\\_4GwiVdVkk31zEqvUsLeuZ\\_xwK4-HcqOnwfbX3xZokbZzYttvUw](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/26/maes-de-criancas-mortas-no-rj-protestam-no-palacioguanabara.ghtml?fbclid=IwAR1s3Xf_4GwiVdVkk31zEqvUsLeuZ_xwK4-HcqOnwfbX3xZokbZzYttvUw)> Acesso em: 20 fev. 2020.

CIÊNCIA, educação e covid 19: desafios para docência. Participação: Cleonice Puggian (UERJ); Leandro Trindade (UERJ); Andréa Serpa (UFF) e Hugo Bellucco (SME-Duque de Caxias). [Rio de Janeiro: s. n.], 2020. 1 vídeo (1:42 min). Publicado na rede social Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?v=253732509115239&ref=watch\\_permalink](https://www.facebook.com/watch/live/?v=253732509115239&ref=watch_permalink). Acesso em: 10 set. 2020.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Disponível em:  
<<https://www.icrc.org/pt/document/violencia-armada-em-cidades-brasileiras-e-o-acesso-maisseguro>> Acesso em: 9 fev. 2022.

CORPO da menina Ketellen, morta por bala perdida, é enterrado na Zona Oeste do Rio. Por **GloboNews e G1Rio**. Rio de Janeiro, 14 nov 2019. Disponível em:  
<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/14/corpo-da-menina-ketellen-e-enterrado-em-cemiterio-no-rio.ghtml> > Acesso em: 10 fev 2020.

COSTA, Márcio; ALMEIDA, Karina R. S. UPPs e educação – possíveis impactos da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora na Segregação escolar. **Revista Brasileira de Segurança pública**, São Paulo v. 13, n. 2, 172-191 ago/set 2019.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA: Primeiros Socorros nas Escolas. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha. 1 folder.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Acesso mais seguro para serviços públicos essenciais. Brasília, 2018. Folheto elaborado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA: Comportamento mais seguro. Rio de Janeiro, 2012. Folheto elaborado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

EILBAUM, Lúcia; MEDEIROS, Flavia. Entre rotinas, temporalidades e moralidades. A construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos. In: EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flávia; KANT DE LIMA, Roberto (Org.). **Casos de repercussão**: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

ENTENDA ação que levou stf a suspender operações policiais em favelas do Rj. **Conectas direitos humanos**. São Paulo, 29 de junho de 2020. Disponível em: <  
[https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-que-levaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio#:~:text=A%20ADPF%20635%20\(Argui%C3%A7%C3%A3o%20de,Mar%C3%A9%20Conectas%20Direitos%20Humanos%20Movimento](https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-que-levaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio#:~:text=A%20ADPF%20635%20(Argui%C3%A7%C3%A3o%20de,Mar%C3%A9%20Conectas%20Direitos%20Humanos%20Movimento)> Acesso em: 08 set.2020

ESCOLA, violência e (in) segurança pública: desafios para o vínculo escolar. Participação: Eduardo Ribeiro; Bruna Silva; Marcelo Martins; Luciane de Souza; Marcos Veríssimo. 2020. 1 vídeo (1h 54 min). YouTube: Ciência Sociais PUC – RIO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DK0s0-7oUO8&t=1685s>. Acesso em: 14 out. 2020.

ESCOLA, violência e (in) segurança pública: desafios para o vínculo escolar. Participação: Letícia de Luna Freire (UERJ); Eduardo Ribeiro (UERJ); Bruna Silva (Mães da Maré); Marcelo Martins (UNIRIO); Luciane de Souza (UERJ) e Marcos Veríssimo (UFF). [Rio de Janeiro: s. n.], 2020. 1 vídeo (1:45 min). Publicado no canal Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DK0s0-7oUO8&t=1685s>. Acesso em: 14 out. 2020.

FACHIN e Aras discutem nesta sexta-feira limitação de operações policiais em favelas do Rio. **Tv Globo**. Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/riode-janeiro/noticia/2020/12/10/fachin-e-aras-discutem-nesta-sexta-feira-limitacao-deoperacoes-policiais-em-favelas-do-rio.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FANTACHOLI, Fabiane N. **A importância do brincar na Educação Infantil**. Brasil escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincarna-educacao-infantil.htm>. Acesso em: 04 jan. 2022.

FREIRE, L.L.. "Escola, não atire": a perspectiva de professores de escolas públicas sobre a violência armada em favelas do Rio de Janeiro. In: MAIA, Bóris; Marcos Veríssimo; KléverFilpo; Paloma Monteiro (Org.). **Administração institucional de conflitos no espaço escolar**. Estudos interdisciplinares II. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. v. 1, p. 65-94.

FORTUNATO, Julio Cesar Gomes; SERPA, Juliana Cassia de Avellar; CASSIANO, Adriana; CONRADO, Luciane Medeiros de Souza. A escola e a interculturalidade nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista educação Pública**, v. 20, n. 19, 26 maio 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/19/a-escola-e-a-interculturalidadenafavelas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 18 fev. 2022

FRANÇA, Lucas. Projeto na Maré coloca aviso em teto de unidade: "Escola. Não atire". **Portal R7**. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-dejaneiro/projeto-na-mare-coloca-aviso-em-teto-de-unidade-escola-nao-atire-10052019>> Acesso em: 20 Jun. 2019.

FREIRE, Leticia de Luna; CUNHA, Neiva Vieira da (Orgs). **Educação e Favela**: refletindo sobre antigos e novos desafios. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

FREIRE, Leticia de Luna. SANTOS, Luana Caroline. Educar sob fogo cruzado: desafios docentes em contexto de violência armada. In: FREIRE, Leticia de Luna; CUNHA, Neiva Vieira da (Orgs). **Educação e Favela**: refletindo sobre antigos e novos desafios. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022. p. 211-239.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRACIANO, Mariângela. Educação também é direito humano. São Paulo, 2005. Folheto elaborado pela Ação Educativa, Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD).

GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro lança o projeto "Cuidar". Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://rj.gov.br/NoticiaDetalhe.aspx?id\\_noticia=78](http://rj.gov.br/NoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=78)> Acesso em: 01 Jun. 2020.

GOVERNO do Rio de Janeiro vai colocar PMs armados dentro de escolas públicas. **Blog IG**. São Paulo. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-02-11/governo-doripms-escolas.html>> Acesso em: 02 jun. 2020.

LACERDA, Mariana. Espelho, espelho meu. No centro da cultura. **Revista Continuum**, Itau Cultural, 2010.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba Maria; Souza, Marcos A. P. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 233 – 269.

LEI que prevê “botão de pânico” em escolas estaduais do RJ é publicada. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/24/lei-que-preve-botao-de-panico-em-escolas-estaduais-do-rj-e-publicada.ghtml>> Acesso em: 19 Jan. 2019.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas (RS), V. 8, N.1, Jan – Jun 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18909>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MARCELO Crivella critica polícia e defende blindar escolas. **Correio Braziliense**, Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2017. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/01/interna-brasil,585401/marcelo-crivella-critica-policia-defende-blindar-escolas.shtml>> Acesso em: 20 abr. 2020.

MELLO, Igor. Witzel quer implantar 30 escolas militarizadas até o fim de 2020. **Blog UOL**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/30/witzel-quer-implantar-30escolas-militarizadas-ate-o-fim-de-2020.htm>> Acesso em: 30 maio 2020.

MISSE, Michel. “As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio.” In: MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006, p. 179-209.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos & acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MORAIS, Gabriel. Crianças da Maré entregam cartas e desenhos ao tribunal de Justiça do Rio pedindo menos violência na comunidade. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/criancas-da-mare-entregam-cartasdesenhos-ao-tribunal-de-justica-do-rio-pedindo-menos-violencia-na-comunidade23874257.html>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MORRE jovem baleado durante tiroteio no Complexo da Maré. **O Globo**, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/morre-jovem-baleado-durante-tiroteio-no-complexo-damare-22804872>> Acesso em: 27 jun. 2018.

MUNIZ, Rosana Mendonça Ferreira. **Os caminhos da aprendizagem no Complexo do Chapadão** (Dissertação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NIELEBOCK, E. H; CARVALHO, I. S. (2021). A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário? **Revista Brasileira De Segurança Pública**, 2(1).

Recuperado de <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/29>. Acesso em: 23Abr.2022.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. Intervenção Federal: um modelo para não copiar. Relatório 2019. Rio de Janeiro, 2019, 40 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhypkOpA/view>. Acesso em: 11 jan. 2021.

OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp>. Acesso em: 21 de dezembro de 2018.

OPERAÇÕES policiais e pandemia: a luta de movimentos sociais contra a violência do estado. Participação: Lucia Eilbaum; Patrícia Oliveira; Thainã de Medeiros e Natasha Neri. [Rio de Janeiro: s. n.], 2020. 1 vídeo (1:49 min). Publicado no canal Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uiz1FjWXef8>. Acesso em: 09 jul. 2020.

PEDAGOGIA da emergência ajuda educadores a criarem laços com estudantes. Centro de Referências em Educação Integral, 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/pedagogia-de-emergencia/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

PENA, Rodolfo F. A. UPP – Unidade de Polícia Pacificadora. **Mundo Educação** – UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/upp-unidade-policiapacificadora.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PITASSE, Mariana. STF pede que governo do RJ explique operações policiais em favelas após proibição. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/26/stf-pede-que-governo-do-rj-explique-operacoes-policiais-em-favelas-apos-proibicao#:~:text=A%20medida%2C%20pautada%20no%20ano,popula%C3%A7%C3%A3o%20das%20periferias%20e%20favelas>. Acesso em: 12 jan. 2021.

POMPEU, Ana. STF abre inscrições para audiência pública sobre operações policiais no RJ. **Jota Info**. Brasília, 11 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/dosupremo/stf-abre-inscricoes-para-audiencia-publica-sobre-operacoes-policiais-no-rj11012021>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PRÊMIO faz a diferença. **O Globo**, 12 fev. 2018. Disponível em: <http://eventos.oglobo.globo.com/faz-diferenca-2017/2017/vencedores/categoria-rio-robertode-oliveira-ferreira/> Acesso em: 9 nov. 2018.

PROFESSOR canta com alunos no corredor de escola para “abafar” som de tiros. **Portal R7**, 30 mai. 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/professor-canta-com-alunos-nocorredor-de-escola-para-abafar-som-de-tiros-30052017> Acesso em: 30 mar. 2018.

PROFESSORES do Rio aprendem com a Cruz Vermelha como proteger crianças de tiros. **Jornal Extra**, 12 set 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/professores-do-rio-aprendem-com-cruz-vermelha->

comoprotoger-criancas-de-tiros-21579122.html?utm\_source=Facebook&utm\_medium=Social&utm\_campaign=Extra> Acesso em: 20 mar. 2018.

“QUAL é a importância da leitura na educação infantil? ” Disponível em: <<https://leiturinha.com.br/blog/qual-importancia-da-leitura-na-educacao-infantil/>> Acesso em: 16 nov 2018.

RAMÍREZ, Alanis Bello. “Una pedagogía visceral: experiencias de cuidado y trabajo emocional de professoras em la periferia carioca.” **Revista Educación y Ciudad**, Colombia, n. 39, 9 jul. 2020.

REIS, Shana. Crivella garante que as escolas terão argamassa blindada em algumas semanas. **IG**, São Paulo, 03 mar. 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-03-03/crivella-argamassa-blindada-escolasrio.html>. Acesso em: 04 mar. 2018.

RESENDE, Leandro. UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

**Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 15, n. 44, 5-34, out. 2000.

RIBEIRO, Eduardo. Impactos educacionais nas Unidades de Polícia Pacificadora: Explorando os efeitos sobre os fluxos docentes. **Revista Intratextos**, 2013, v. 4, n.1, p. 27-52. DOI: 10.12957/intratextos.2013.8561.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. **Educação renova acordo com Comitê Internacional da Cruz Vermelha para implantação do Acesso Mais Seguro em escolas**. Disponível em: <https://prefeitura.rio/educacao/educacao-renova-acordo-com-comite-internacional-da-cruzvermelha-para-implantacao-do-acesso-mais-seguro-em-escolas/>. Acesso em: 6 jan.

RUEDIGER, Marco A. **Educação em alvo: os efeitos da violência armada nas salas de aula**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017. 24 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18670/Educa%C3%A7%C3%A3o-Seguran%C3%A7a-Tiroteio-DAPP-Fogo-Cruzado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTOS, Carina da Cunha. **Lugar de polícia é na escola?: Conflitos, percepções e representações sobre o serviço de policiamento no interior de uma escola pública na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação, 2021.

SANTOS, Ivan Soares. **Representações sociais de unidades de polícia pacificadora (UPP) por professores de escolas públicas no município do Rio de Janeiro e seus efeitos no entorno escolar**. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Luana Caroline. **Entre tiros e livros: desafios e estratégias pedagógicas de professores que atuam em áreas afetadas pela violência urbana no Rio de Janeiro**. Monografia

(Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 59. 2018.

SATRIANO, Nicolás. Defensoria Pública pede à Justiça que proíba operações policiais no RJ próximo a escolas e creches. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/13/defensoria-publica-pede-ajustica-que-proiba-operacoes-policiais-no-rj-proximo-a-escolas-e-creches.ghtml>> Acesso em: 14 fev. 2020.

SATRIANO, Nicolás. Justiça decide que “caveirões do ar” não podem voar sobre as escolas e creches no RJ. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 29 maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/29/justica-decide-que-caveiroes-doar-nao-podem-voar-sobre-escolas-e-creches-no-rj.ghtml>> Acesso em: 29 maio 2020.

SECRETÁRIO de Educação diz que blindar escolas em áreas de conflito do Rio é necessário. **Jornal G1**, 04 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/secretario-deeducacao-diz-que-blindar-escolas-em-areas-de-conflito-do-rio-e-necessario.ghtml>> Acesso em: 30 mar. 2018.

SETA, Isabel. A falência das UPPs. **Exame**, 03 jul. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/a-falencia-das-upps/>> Acesso em: 1 nov. 2018.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 5384, Jun 2004.

SOARES, Rafael. Tráfico e milícia disputam favelas no Rio em meio à pandemia de Corona Vírus. **Jornal Extra**. Rio de Janeiro, 05 Abr. 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-milicia-disputam-favelas-no-rio-em-meiopandemia-de-coronavirus-24350795.html>> Acesso em: 10 abr. 2020.

STF mantém proibição de ações policiais em favelas do RJ durante a pandemia de Covid. **Jornal G1**. Rio de Janeiro, 05 de Agosto de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/05/stf-mantem-proibicao-de-aco-es-policiais-em-favelas-do-rj-durantea-pandemia-de-covid.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF determina condições para operações policiais em comunidades no Rio de Janeiro. 19 Ago. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=449833&ori=1>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TORRES, Ana C. CALLEGARI, Carolina. Tiroteio no Alemão impede que voluntários do combate ao coronavírus saiam de casa, diz ativista. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 de Abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tiroteio-no-alemao-impede-quevoluntarios-do-combate-ao-coronavirus-saiam-de-casa-diz-ativista-24395800>. Acesso em: 30 abr.2020.

TORRES, Ana C. CALLEGARI, Carolina. Tiroteio no Alemão impede que voluntários do combate ao coronavírus saiam de casa, diz ativista. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 de Abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tiroteio-no-alemao-impede->

quevoluntarios-do-combate-ao-coronavirus-saiam-de-casa-diz-ativista-24395800. Acesso em: 30 abr. 2020.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 15, n. 44, 5-34, out. 2000.

## **ANEXO – Roteiro das entrevistas**

### **1ª etapa**

NOME E IDADE.

- 1) Qual sua formação?
- 2) Quais escolas você já atuou? Quais suas localidades? E quais níveis de escolaridade que você atendeu?
- 3) O lugar que você trabalha é próximo a sua moradia?
- 4) O seu trajeto é tranquilo ou preocupante até seu local de trabalho?
- 5) Quantos anos você está na escola atual? Está satisfeita?
- 6) Você considera o entorno da escola que você trabalha como um local violento?
- 7) Que tipos de violência ocorrem? (tráfico de drogas, operações policiais e etc).
- 8) Ainda sobre o entorno, há grandes índices de confrontos armados?
- 9) Qual o posicionamento da escola em relação a isso?
- 10) Em algum momento aconteceu confronto armado no lado externo da escola enquanto você estava lecionando?
- 11) Qual foi sua reação diante disso?
- 12) E qual foi a primeira coisa que você tomou iniciativa?
- 13) Qual foi a reação das crianças?
- 14) Eles possuem conhecimento sobre a violência armada?
- 15) Seus alunos já manifestaram seus pensamentos em relação a violência armada em desenho ou outras atividades?
- 16) Qual local é considerado mais seguro dos tiros para proteger os alunos e funcionários?
- 17) Você já aplicou alguma atividade para seus alunos, enquanto acontecia tiroteios próximos a escola, com o intuito de amenizar a tensão dos alunos?
- 18) Para você, qual é o maior desafio nessa situação ao meio do fogo cruzado?
- 19) Acredita que um ambiente vulnerável ao tiroteio pode influenciar no aprendizado dos alunos?
- 20) E nas suas condições de trabalho?
- 21) Como você se sente em ver crianças observando isso?
- 22) Em algum momento você pensou em pedir transferência?

- 23) Você já passou por algum constrangimento no caminho até o trabalho? (foi parado por policiais ou traficantes, passou no meio do tráfico de drogas, e etc).
- 24) De que maneira as violências do entorno da escola afetam seu emocional?
- 25) Qual a relação da comunidade com a escola?
- 26) E a relação com os pais dos alunos?
- 27) Qual relação da escola com a polícia?
- 28) Existe uma relação da escola com os traficantes? Por exemplo: de respeito a instituição.
- 29) As incursões policiais ocorrem em que período escolar com frequência?
- 30) Qual o posicionamento das secretarias Municipal ou Estadual em relação a violência armada perto das escolas? Elas mantêm contato? Elas orientam vocês?
- 31) Vocês registram as ocorrências de tiroteios que atrapalham a rotina escolar?
- 32) Vocês utilizam algum mecanismo para alertar as secretarias que a escola está em perigo?
- 33) Você participou do curso para professores que trabalham em áreas de risco realizado pela Cruz Vermelha?
- 34) Qual o nível da presença do Estado é na favela que a escola está situada? (baixo, médio, alto).
- 35) Sobre a Pedagogia do cuidado, você acha que os professores devem sempre ter em prática com seus alunos que moram em favelas?

## **2º etapa**

- 1) Como você lidou com a situação da pandemia de COVID-19?
- 2) O que isso impactou para a escola em que você trabalha?
- 3) Quais providências a escola que você trabalha buscou fazer para lidar com o Ensino Remoto?
- 4) Você mora em região vulnerável à violência armada? Se sim, isso impactou nas suas aulas online?
- 5) O que mudou para você após precisar ficar isolado(a) dentro de casa para dar aula e ter se afastado da violência armada na área da escola?